



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR

Marta Guimarães D´Afonseca Vieira

**Responsabilidade Social e Ética nas Instituições de Ensino
Superior Públicas e Privadas de Salvador - Ba**

Fortaleza

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA- UNIFOR

Marta Guimarães D´Afonseca Vieira

**Responsabilidade Social e Ética nas Instituições de
Ensino Superior Públicas e Privadas de Salvador - Ba**

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado em
Administração de Empresas
da Universidade de Fortaleza
como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre
em Administração de
Empresas.

Orientador: **Prof. Doutor Francisco Tarciso Leite**

Fortaleza

2006

V658r Vieira, Marta Guimarães D'Afonsêca.
Responsabilidade social e ética nas instituições de ensino superior
públicas e privadas de Salvador-Ba / Marta Guimarães D'Afonsêca
Vieira. - 2006.
223 f.

Cópia de computador.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2006.

“Orientação : Prof. Dr. Francisco Tarciso Leite.”

1. Empresas - Responsabilidade social. 2. Ética. 3. Instituições
de ensino superior. I. Título.

CDU 658:301.01

Marta Guimarães D´ Afonsêca Vieira

**Responsabilidade Social e Ética nas Instituições de
Ensino Superior Públicas e Privadas de Salvador**

Data da aprovação: 18 de Julho de 2006

Banca Examinadora

Professor Francisco Tarciso Leite, PhD.
Orientador - UNIFOR

Professora Francisca Inar de Sousa, Dr^a.
membro - UNIFOR

Professora Marcelle Colares Oliveira, Dr^a.
membro - UNIFOR

Professora Mr^a Isolda Castelo B. Bezerra de Menezes, Dr^a
membro - UFC

D'AFONSÊCA, Marta Guimarães. *Responsabilidade Social e ética nas instituições de ensino superior públicas e privadas de Salvador - Ba.* 2006. 223 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Universidade de Fortaleza – UNIFOR, CMA, Fortaleza, 2006.

Perfil da Autora: Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA – 1994 e Pós-graduada *lato sensu* em Marketing pela Universidade Cândido Mendes – UCM, RJ, 1998. Professora das disciplinas de Marketing I e II e Estratégia Corporativa. E-mail: martaunifor@yahoo.com.br.

RESUMO: A responsabilidade social (RS) vem assumindo cada vez mais destaque na sociedade atual, sendo praticada por organizações dos mais diversos setores. De início surgiu como prática assistencialista, porém, devido aos crescentes debates acadêmicos e empresariais, algumas organizações vêm adotando um entendimento de compromisso ou dever social. No ambiente das Instituições de ensino superior (IES), essa discussão ganha impulso com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1968, que criou o departamento de extensão universitária vinculando-o ao ensino e pesquisa. A RS, como tema abrangente e complexo, vem recebendo atenção das IES por entender que a educação em si mesma possui uma dimensão social que precisa ser potencializada a favor do desenvolvimento social. Assim, como objetivo geral da pesquisa, buscou-se traçar o perfil de RS das IES públicas e privadas de Salvador- Ba, utilizando-se para tanto o conceito de RS de Passos (2004) abrangendo-se ainda as três dimensões do modelo de Carrol (1991): pragmática, ética e legal. Optou-se por uma pesquisa exploratória de metodologia qualitativa tendo sido selecionada a técnica de análise de conteúdo aplicada ao roteiro de entrevista semi-estruturado. A amostra, por acessibilidade, constituiu-se de seis IES: duas públicas e quatro privadas. Como resultado, os gestores das IES públicas e privadas compreendem a RS numa visão pós-convencional: de dever social. E, ainda, sob duas das dimensões de Carrol (1991): ética e legal, verificou-se que a RS é tratada de forma incipiente nas IES de Salvador.

PALAVRAS – CHAVE: Empresas - Responsabilidade Social. Ética. Instituições de Ensino Superior.

Dedico este trabalho a meus pais José Aurélio D'Afonsêca e Consuêlo Gómez Guimarães D'Afonsêca pelo amor, compreensão e apoio, sem eles impossível cumprir mais essa etapa de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente:

Ao meu irmão Luiz Augusto pelo incentivo ao aprimoramento profissional.

Ao meu orientador prof^o Dr^o Francisco Tarcísio Leite pelos conhecimentos, carinho e amizade decisivamente importantes e marcantes para mim.

Ao professor Dr^o Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte, coordenador do Mestrado, pelo empenho, equilíbrio, entusiasmo e amizade que serviram de exemplo e motivação a todo momento.

À professora Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de Menezes pela acolhedora delicadeza e sensibilidade.

Aos professores do Mestrado pelo exemplo de dedicação e competência.

À Alessandra Magna Schiarantolla pelo espírito de fraternidade e alegria com que me acolheu em todos os momentos.

Aos colegas de mestrado não só pela receptividade e amizade demonstradas no transcorrer do curso, mas por me proporcionarem momentos divertidos e felizes durante minha permanência nesta capital.

Ao pessoal de apoio Adriana, Socorro, Narciso e dona Nair (financeiro) pela simpatia e presteza.

Aos gestores das instituições de ensino superior de Salvador que concordaram em participar deste estudo, bem como aos coordenadores de extensão destas instituições.

RESUMO

A responsabilidade social (RS) tem sido praticada por diversos tipos de organização, no mundo, mas, sobretudo, é dada nesta pesquisa atenção especial àquelas que têm o dever da formação do homem, como as voltadas para a educação: as Instituições de Ensino Superior (IES). Estas estão eticamente obrigadas à prática da RS, o que constitui objeto de progressivos debates e foco de pesquisas nestas instituições. O objetivo geral deste trabalho é traçar o perfil de RS das IES públicas e privadas de Salvador – Ba, para tanto, esta pesquisa é do tipo exploratório tendo sido adotada a metodologia qualitativa. Para análise dos dados aplicou-se a técnica de análise de conteúdo aplicada à entrevista semi-estruturada. Foram estudadas seis IES em Salvador – Ba, respeitando-se os critérios instituídos para constituição da amostra estudada, além do critério de acessibilidade de seus gestores à pesquisa. Para responder aos objetivos de pesquisa, aplicou-se o modelo de Carrol (1991) que abrange as dimensões da RS. As identidades, como também a localização das IES, foram preservadas por meio de nomes fictícios. Os resultados encontrados demonstraram que os gestores das IES compreendem a RS como um dever social, dissociado, portanto, de uma concepção mercadológica. Dentre suas práticas externas (dimensão pragmática), verificou-se que nas IES públicas o trabalho da RS, além de ser mais intenso, é também mais abrangente do que nas IES privadas. Relativo aos discentes nas IES privadas, observou-se sua inserção em organizações não - governamentais, como oportunidade para o aluno obter experiência na área social, no entanto a inserção destes em comunidades é ainda muito incipiente, pois não abrange todos os cursos. Assim, no âmbito externo, ao exercer a RS, as IES Girassol (privada) e Orquídea (pública) destacam-se respeitando as culturas e os valores comunitários para adequação dos projetos às necessidades específicas da comunidade. Relativo ao modelo das dimensões de Carrol (1991), conclui-se que os gestores das IES de Salvador têm ainda posturas incipientes quanto às dimensões éticas e legais da RS. Outro dado da pesquisa é que nenhuma das IES elabora balanço social, apenas relatórios para o MEC.

Palavras-Chave: Empresas - Responsabilidade Social. Ética. Instituição de Ensino Superior.

ABSTRACT

The social responsibility (RS) has been practised for diverse types of organization, in the world, but, over all, special attention is given in this research to that they have the duty of the formation of the man, as the come back ones toward the education: the Institutions of Education Superior (IES). These are obliged by ethics to the practical one of the RS, what it constitutes object of gradual debates and focus of research in these institutions. The general objective of this work is to trace the profile of RS of the public and private IES of Salvador - Ba, for in such a way, this research is of the exploratorie type having been adopted the qualitative methodology. For analysis of the data it was applied technique of analysis of content applied to the half-structuralized interview. Six IES in Salvador - Ba had been studied, respecting themselves the criteria instituted for constitution of the studied sample, beyond the criterion of accessibility of its managers to the research. To answer to the research objectives, the model of Carrol was applied (1991) that it encloses the dimensions of the RS. The identities, as also the localization of the IES, had been preserved by means of fictitious names. The joined results had demonstrated that the managers of the IES understand the RS as a social duty, separated, therefore, of a marketing conception. Amongst its practical external (pragmatic dimension), it was verified that in the public IES the work of the RS, besides being more intense, is also more including of the one than in the private IES. Relative to the learning in the private IES, its insertion in not - governmental organizations was observed, as chance it pupil to get experience in the social area, however the insertion of these in communities is still very incipient, therefore it does not enclose all the courses. Thus, in the external scope, when exerting the RS, the IES Sunflower (private) and Orquídea (public) are distinguished respecting the communitarian cultures and values for adequacy of the projects to the specific necessities of the community. Relative to the model of the dimensions of Carrol (1991), one concludes that the managers of the IES of Salvador still have incipient positions how much ace ethical and legal dimensions of the RS. Another data of the research are that none of the IES elaborates social rocking, only reports for the MEC.

KEY – WORDS: Companies - Social Responsibility. Social Balance. Ethics. Institutions of superior education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Quadros

	Pg.
1. As diferenças entre filantropia e responsabilidade social.....	34
2. Responsabilidade social interna e externa.....	36
3. Modalidades de exercício de responsabilidade social corporativa.....	40
4. Antiga x nova lógica econômica.....	57
5. Racionalidade econômica x racionalidade social.....	59
6. Categorias teóricas da análise de conteúdo.....	139
7. Amostra da pesquisa.....	143
8: Responsabilidade social aspectos gerais.....	153 -154
9. Dimensão pragmática da responsabilidade social.....	167
10. Responsabilidade social nas IES privadas.....	183
11. Responsabilidade social nas IES públicas.....	184
12. Dimensão ética da responsabilidade social.....	185
13. Valores das IES.....	189
14. Dimensão legal da responsabilidade social.....	192

Lista de Figuras

	Pg.
1. Estágios de responsabilidade social corporativa.....	37
2. Responsabilidade social corporativa.....	39
3. Pirâmide da responsabilidade social.....	44
4. Relação das IES com seus <i>Stakeholders</i>	115
5. Perfil das IES.....	143

Lista de Tabelas

	Pg.
1. Instituições de ensino superior, em 2003, por organização acadêmica	99
2. Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e localização (capital e interior) ,segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES 2004	100
3: Caracterização das IES e gestores	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids
- ABMES – Associação Brasileira dos Mantenedores das Entidades do Ensino Superior
- ABRADEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
- ACC – Atividade Curricular em Comunidade
- ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BS 8800 – *British Standards* ou Padrões Britânicos
- CEAP – Centro de Assessoria Pedagógica dos Jesuítas
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CENE – Centro de Estudos de Ética nos Negócios
- CETead – Centro Educacional de Tecnologia em Administração
- CIVES - Associação de Empresários pela Cidadania
- COELBA – Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia
- COPEL – Companhia Paraense de Energia Elétrica
- ESA – Escola de Altos Estudos e Ética profissional
- ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- FAINOR – Faculdade Independente do Nordeste
- FAMA – Faculdade Montessoriana de Salvador
- FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão
- FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FHR – Faculdade Hélio Rocha
- FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará
- FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães
- FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas
- FTE – Faculdade de Tecnologia Empresarial
- GIFE – Grupo de Instituições, Fundações e Empresa
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais
- IES – Instituição de Ensino Superior
- INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IOS – Instituto Observatório Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MUDA – Movimento Universitário de Alfabetização
NAS – Núcleo de Ação Social
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
UNE – União Nacional dos Estudantes
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PRACATUM – Escola Profissionalizante de Música
PROFAE – Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
PROGEFE – Programa de Gestão de Fornecedores
PRO UNI – Programa Universidade para Todos
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SA 8000 – *Social Accountability* ou Responsabilidade Social
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras das Instituições de Ensino Superior de São Paulo
SESI – Serviço Social da Indústria
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SSR – *Strategic Social Responsibility* ou Responsabilidade Social Estratégica
UCSAL – Universidade Católica do Salvador
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIBAN – Universidade Bandeirante de São Paulo
UNINOVE – Centro Universitário Nove de Julho
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. CONCEPÇÕES E DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL ..	24
1.1 Responsabilidade social no mundo e no Brasil	26
1.2 Responsabilidade social e filantropia	31
1.3 Responsabilidade social organizacional	35
1.4 Responsabilidade social e econômica	49
1.5 Responsabilidade social e as racionalidades econômica e social.....	56
1.6 Responsabilidade social: uma ação estratégica.....	61
1.7 Balanço social	65
CAPÍTULO 2. ÉTICA: PRESSUPOSTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL ...	71
2.1 Evolução conceitual da ética	72
2.1.1 Ética na literatura grega	73
2.1.2 A ética cristã.....	75
2.2 Ética e responsabilidade social	80
2.3 Ética e moral	83
2.4 Ética nas organizações	88
CAPÍTULO 3. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA	94
3.1 IES: histórico e caracterização	95
3.2 Tipos e reformas das IES	98
3.3 A extensão nas IES.....	103
3.4 Responsabilidade social e ética nas IES.....	114
3.5 Responsabilidade social nas IES: ação mercadológica ou dever social ..	125
CAPÍTULO 4. PERCURSO METODOLÓGICO	130
4.1 Técnicas de coleta de dados e trabalho de campo	133
4.2 Técnicas de análise dos dados	136
4.3 Justificativa de recortes à pesquisa: definição de rs, modelo e delimitação da amostra	140

CAPÍTULO 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	147
CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICES	214
Apêndice I Carta aos Gestores	215
Apêndice II Entrevista semi-estruturada	216
ANEXOS	219
Anexo I Balanço Social UNISINOS - 2004	220

INTRODUÇÃO

Com efeito, todo o presente modo de pensar do homem é modo de pensar em termos de mudança. A essência do método científico está em sua posição de juízo suspenso. Tudo que fazemos se funda em hipóteses sujeitas obviamente a mudanças. Tais mudanças decorrem de novos conhecimentos, os novos conhecimentos decorrem de novas experiências e tais novas experiências do fluxo ininterrupto de mudanças que sobrevêm no processo mesmo de ordem da vida, como é hoje concebida no curso da existência humana (ANÍSIO TEIXEIRA, in Revista Educação da ABE, 2000, nº. 101 disponível em: <http://abe1924.org.br/revista101.htm>).

A sociedade tem sido alvo, durante muitos anos, das conseqüências das relações capitalistas, fundamentadas na lógica positivista ou racionalista; Essas relações, aliadas à crise da filosofia, pautada em valores morais e éticos, trouxeram comportamentos dissociados da virtude pública, que vêm comprometendo, há décadas, as relações sociais e influenciando, de forma negativa, a esfera produtiva e as relações humanas.

Pelos argumentos expostos, a responsabilidade social (RS) passa a ser, cada vez mais, valorizada neste século, visto que se apresenta como alternativa para promover o desenvolvimento social e fortalecer valores humanitários, permeados pela conduta ética que evolui para o estágio de compromisso social. Nesse estágio, as organizações estão imbuídas das ações de responsabilidade social por demonstrarem sensibilidade às questões sociais e, assim, justificam sua conduta pelo cumprimento de deveres e obrigações impostas pela sociedade.

A RS constitui-se como: um dever cívico (FERREL *et al*, 2000); ação que prescindem de planejamento, controle e avaliação (MELO NETO e FRÓES, 2004) em vista a promover o bem-estar social por meio de parcerias entre empresa – Estado, empresa – sociedade e Estado e sociedade (BARBOSA, 2003). Ou ainda, conforme Ashley (2005, p. 7), apresenta, de forma sucinta, a RS é “toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

No entanto, após investigação no campo teórico acerca do termo (RS), e considerando a amplitude de relações de uma organização no ambiente em que opera (funcionários, comunidade, fornecedores, governo, meio ambiente etc.) verifica-se que a RS é um conceito ainda em transformação (ASHLEY, 2002). Para esta autora, o termo ainda não se encontra suficientemente consolidado visto que suscita diversas interpretações. No entanto, tais interpretações não se restringem à RS, mas, como advertem Duarte e Dias (1986), o problema conceitual é comum nas ciências humanas e, além do mais, trata-se de um campo de estudo muito recente e complexo. Diante disso, esta investigação, no decorrer de sua trajetória teórica, visa elucidar diferentes interpretações.

A proposta da RS é baseada no conhecimento de problemáticas da sociedade e na busca de soluções que modifiquem a vida da sociedade, comunidades ou grupos desfavorecidos. Porém, ressalta Demo (1996), que tais soluções só são adequadas às comunidades quando precedidas de um mapeamento da cultura,

valores e hábitos das mesmas buscando respeitar e preservar tais elementos para, a partir de então, poder se delinear projetos específicos a cada realidade com suas necessidades específicas. Feito isto é que se consegue promover, de maneira espontânea e participativa, a inserção dessa comunidade no contexto social, econômico ou político do país.

Com base nesta proposta e reunindo específicas abordagens acerca da RS, encontra-se o enfoque do desenvolvimento sustentável, que estabelece o compromisso da organização de responder às necessidades das gerações presentes sem comprometer a satisfação das gerações vindouras, ficando a organização responsável por três dimensões, além da econômica, a social e a ambiental (MELO NETO e FRÓES, 2004). Pensando em reunir num conceito aspectos que refletissem as expectativas da sociedade, Carrol (1977) veio contribuir com um modelo piramidal que agrupa de forma relacionada dimensões do conceito de RS: a econômica, a filantrópica, a ética e a legal.

Assim, a partir do exposto, pode-se aceitar a idéia de que a organização socialmente responsável não é aquela possuidora de boas políticas de recursos humanos, ou mesmo as que promovem ações comunitárias do tipo assistencialistas, mas aquela que busca progresso em todas as dimensões que possam estar relacionadas ao desenvolvimento da sociedade.

Nos países desenvolvidos, a RS só passou a ser difundida, nos meios acadêmicos e empresariais, na década de 50, porém, no Brasil, essa discussão tem caráter mais recente (LIMA, 2005), década de 70, tendo intensificado as ações sociais nas organizações por volta dos anos 90, quando foi criado o instituto Ethos com a finalidade de difundir o conceito de RS nas organizações. Nessa mesma década, a ética passava a ser objeto de disciplina nos cursos de graduação e pós-graduação de administração, por sugestão do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Portanto, algumas instituições mais conscientes vêm percebendo a influência que exercem no modo de vida da sociedade e já entendem que as ofertas do passado não mais atendem às aspirações do presente e futuro da população, como também da própria organização, na maioria das vezes, comprometendo a própria produtividade.

O fato é que, na prática, a RS, nos últimos dez anos, no Brasil, vem se distanciando da concepção assistencialista e eventual, para ser aplicada, por

algumas organizações, como um dever social, que impõe compromisso permanente e efetivo com a qualidade de vida da sociedade; tendo por base valores como a ética, a solidariedade, a participação, a lealdade e a fraternidade. Esse compromisso permanente fez com que as organizações entendessem a responsabilidade social como estratégica (MELO NETO e FRÓES, 2004).

No entanto, há duas correntes antagônicas: a dos fundamentalistas, como Friedman (1988), que entende a organização como ente amoral cuja atividade deva se restringir ao propósito de lucro e não voltar atenções para questões sociais; e a dos acadêmicos, como Carrol (1991), que sustentam as linhas ética e instrumental. Na primeira, a empresa está obrigada à responsabilidade moral independentemente de sua atividade e custos incorridos com as ações sociais e, na segunda, seus defensores crêem numa relação positiva entre a atitude socialmente responsável e o desenvolvimento econômico, gerando oportunidade às organizações. Em alguns estudos sobre RS foi diagnosticada a predominância da dimensão pragmática sobre o tema; assim, em poucos casos, pesquisaram-se as dimensões éticas e político-institucionais (CARROL, 1991). Em vista disso, procurou-se, nesta investigação, ir além da dimensão pragmática, incluindo-se essas dimensões. Isso justifica o interesse em tratar com maior amplitude o tema desta dissertação, visto que, num contexto de constantes transformações socioculturais, novas concepções de RS surgem rapidamente.

Percebendo que as organizações de atividade econômica (comercial), de um modo geral, são as que possuem maior visibilidade de ações sociais, por conta de propósitos mercadológicos inerentes à atividade que exercem no sistema capitalista, pensou-se em investigar outras organizações de relevante função na sociedade e de intenso compromisso social por natureza: as instituições de ensino superior (IES), que detêm a responsabilidade para com a formação do cidadão.

As instituições de ensino superior (IES) - públicas e privadas - podem cooperar com a transformação social, por meio de projetos sociais próprios ou como executoras de ações sociais governamentais, no caso das IES públicas, para tanto, desde 1986, a Lei de Diretrizes e Bases criou o departamento de extensão. Mais tarde, com o advento da Constituição Federal de 1988, a extensão universitária passava a ter o mesmo *status* das funções de ensino e pesquisa. Assim, sua criação

serviu como instrumento para a realização das práticas de RS nas IES, sendo decisivo para uma atuação mais condizente com as demandas da sociedade.

A contribuição das IES, na área da RS, tem origem também na função de desenvolver uma visão integrada do indivíduo e por ser capaz de auxiliá-lo na constituição do caráter e da promoção da intelectualidade, gerando conhecimentos que devem estar fundamentados em princípios éticos, como os da solidariedade, respeito, transparência e participação.

Essa formação de sujeito socialmente responsável irá definir, como expõe Vallaey (2003), as decisões futuras da sociedade. Tais decisões estão nas mãos de futuros administradores, economistas, advogados e outros profissionais que, direta ou indiretamente, exercem influência na construção de respostas às problemáticas da mesma. Nesse sentido, é que a responsabilidade social, tendo como base a ética, favorece o aperfeiçoamento das relações humanas, visto que condiciona o agir com base em princípios construídos coletivamente com o propósito de se alcançar uma convivência coletiva mais humana. Assim, o cidadão, hoje, deve conduzir - se coerente com a nova racionalidade social, pois essa vem valorizar o capital moral-ético e social, além do próprio Estado, tornando-o parceiro das organizações e das comunidades, em suas ações em prol do desenvolvimento sustentável.

Nesta direção, no campo das IES, já se registram dados que mostram a mobilização das mesmas em prol dessa questão. Uma pesquisa encomendada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras das IES de São Paulo (SEMESP) quantificou as atividades sociais das IES dessa região, registrando também a frequência de projetos sociais e extracurriculares (RODRIGUES, 2005). Outra pesquisa, a da Associação Brasileira das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES, 2005), verificou em pesquisa nacional, no ano de 2004, não só as ações de RS desenvolvidas pelas IES (sem diferenciar responsabilidade social de filantropia), mas os meios de divulgação dessas, tanto internos quanto externamente utilizados.

Tais práticas podem estar sendo impulsionadas pela necessidade de fortalecer a imagem, em face da competitividade do mercado, como o que ocorreu na PUC - RJ, na década de 90. Essa instituição trazia, em sua publicidade, mensagens de compromissos sociais, cujo uso, em canais de marketing, trazia fortalecimento de sua imagem. Fatos como esses repousam na idéia do autor de que existe uma

tendência no mercado das IES de abordagem mercadológica, relativa às questões de responsabilidade social (CALDERÓN, 2005).

Tendo em vista a valorização crescente do comportamento socialmente responsável e da importância de se potencializar a dimensão social das IES, principalmente pela função social que ocupa, procurou-se investigar a respeito da participação das IES públicas e privadas no tratamento da RS. Para tanto, buscou-se investigar a visão que os gestores possuem acerca da RS. Com base nisso, identificou-se a seguinte problemática de pesquisa: Qual a visão que os gestores de IES públicas e privadas possuem sobre RS? O problema de pesquisa foi elaborado dando origem aos seguintes pressupostos relativos às IES situadas no Município de Salvador: 1) As IES privadas compreendem a RS dentro de uma abordagem mercadológica; 1.1) As IES privadas divulgam suas ações de RS. 2) As IES públicas compreendem a RS na linha de dever social; 2.1) As IES públicas não divulgam suas ações de RS.

No intuito de responder à problemática de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral descrever o perfil dos gestores sobre a RS nas IES públicas e privadas de Salvador. Para consecução do objetivo geral da pesquisa baseado nos pressupostos, delinear-se os objetivos específicos:

1) analisar as instituições de ensino superior - públicas e privadas - de Salvador na perspectiva de visão de RS e princípios éticos instituídos por seus gestores;

2) identificar as ações endógenas e exógenas de RS das instituições de ensino superior públicas e privadas;

3) identificar o público interno envolvido (discentes, docentes, funcionários e diretoria) nas ações de RS, bem como o público externo beneficiado e as parcerias realizadas pelas IES;

4) verificar se há adesão das IES à prática de elaboração do balanço social;

5) realizar estudo comparativo entre as IES públicas e privadas.

Constituem como sujeitos da pesquisa os gestores das IES, sendo o objeto as IES públicas e privadas. O escopo do estudo abrange as IES da capital Salvador – Ba, justificando-se em virtude da facilidade de acesso aos dados pelo pesquisador. Para definição do universo da pesquisa, estabeleceu-se critérios, como o de estarem

credenciadas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), no caso das IES privadas e federal, ou Conselho Estadual de Educação (CEE), no caso de IES estadual. Partindo do universo constituído, extraiu-se uma amostra, por acessibilidade das IES, culminado com um total de seis colaboradoras: quatro privadas e duas públicas. No intuito de preservar a identidade das mesmas foi atribuído a cada uma delas um nome fictício de referência como também para sua localização (bairro) na capital.

A pesquisa é do tipo exploratória de metodologia qualitativa tendo sido aplicada a técnica de análise do conteúdo para interpretação dos dados obtidos pelo instrumento de coleta a entrevista semi - estruturada.

Com o propósito de atender os objetivos acima relacionados, elegeu-se a definição de RS na visão de Passos (2004), pois, sob seus argumentos, a autora exclui interesses econômicos ou mercadológicos para justificativa de práticas sociais nas organizações. Sob sua perspectiva as organizações podem verdadeiramente cumprir seu papel de dever social sem vincular contrapartidas que acabam por servir de condicionantes para as ações. Utilizando-se ainda de uma abordagem contemporânea acerca da RS selecionou-se o modelo de Carrol (1991) que aborda a RS sob a ótica multidimensional, no entanto, diante da concepção de Passos (2004), procurou-se delimitar esta pesquisa optando-se por investigar o tema sob três das dimensões: a ética, a filantrópica e a legal.

As razões que motivaram a realização da pesquisa foram: 1) conhecer a participação das IES nas atividades de RS, tendo em vista a dimensão social da educação, para a prática de verdadeira transformação social; 2) aprofundar o estudo dentro de dimensões éticas e político - institucionais no Brasil, que surgem como base para um relacionamento integrado entre a IES e a sociedade, gerando compromisso e maior produtividade, eliminando, com isso, a lacuna existente de estudos dessa natureza, já que, no Brasil, estudos sobre questões pragmáticas são predominantes; e ainda 3) contribuir para agregar conceitos contemporâneos de RS tendo em vista a dificuldade de se estabelecer um padrão universal.

A relevância da pesquisa está em poder contribuir para o campo científico das ciências sociais, revelando à sociedade informações acerca do perfil de RS dos gestores das IES de Salvador. Abrange para tanto os valores éticos disseminados, as práticas de RS instituídas que determinam o estágio em que o compromisso

social pode estar estabelecido por essas instituições, tendo em vista as expectativas das comunidades sobre as IES na promoção de transformações sociais. Cabe ressaltar, de acordo com Panizzi (2004), que a comunidade lhe deposita grande credibilidade. Contribui também servindo de orientação à sociedade, e particularmente às IES, sobre a abordagem contemporânea da RS, além de motivar comportamentos nas IES com base no desempenho de atividades que estejam dentro da perspectiva de transformação social.

A pesquisa está fundamentada no referencial teórico em torno da Responsabilidade Social, Ética e das Instituições de Ensino Superior. Para compor o referencial teórico, obtive as contribuições de autores como Ashley (2005); Carrol (1991); Capra (2002); Drucker (1986); Melo Neto e Fróes (2005); Passos (2004); Schwartzman (2005); Razzolini e Pereira (2004); Morin (2005); Vásquez (2003); Srour (2005); Souza (2000); Calderón (2005); Vallaeys (2003); Demo (1996); Taffarel (2004) e Chauí (2004).

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo os três primeiros reservados ao campo teórico. Abordam-se nestes três capítulos distintos, porém correlacionados, as seguintes temáticas: Responsabilidade Social, Ética e Instituições de Ensino Superior, respeitando-se a cronologia das leis e fatos históricos que contribuíram para o tema.

O primeiro capítulo dispõe sobre as concepções e dimensões da RS; no segundo, discorre-se sobre Ética como fundamento da RS; o terceiro é dedicado a RS e Ética nas IES, de início explanando-se sobre as leis que contribuíram para o surgimento da extensão universitária como instrumento que deu origem à responsabilidade social nas IES. Em seguida abordando a Ética e a RS nas IES. No quarto capítulo, discorre-se sobre o percurso metodológico mencionando suas etapas e procedimentos científicos adotados, bem como as limitações do estudo. O quinto capítulo apresenta os resultados da investigação, a partir dos dados coletados, analisados e interpretados em conformidade com as teorias investigadas, transformando-os em informações que, na medida do possível, possam contribuir para o conhecimento científico; Por fim, após os resultados analisados, foram expostas as conclusões e sugestões da pesquisa.

CAPÍTULO 1. CONCEPÇÕES E DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A sociedade tem passado por muitas transformações políticas, sociais, econômicas e, em meio a elas, muitos questionamentos são dirigidos à qualidade de vida de nossa sociedade capitalista, com heranças da racionalidade econômica clássica. Esse sistema versa não apenas sobre relações econômicas, mas passou gradativamente a transformar os princípios humanos em princípios econômicos. Desde então, o homem deixou de ser visto como o centro das coisas, como na época de Aristóteles e outros filósofos.

As ações centradas no modelo capitalista seguem a lógica da multiplicação de capital, que acaba por promover a concentração de renda nas mãos de pequenas parcelas da população, as quais são detentoras dos meios de produção. Neste contexto, o sistema sobreviveu, por décadas, sem realizar, ao menos, ações compensatórias no âmbito social, as quais contemplassem os interesses coletivos na proporção em que os impactos econômicos, sociais e ambientais negativos fossem afetando a coletividade. Agravaram-se, assim, questões como a exclusão social, o desemprego, o preconceito de sexo e raças, situações que culminaram com a desigualdade de direitos. Promoveu-se com isso a perda da credibilidade generalizada no sistema que trazia promessas de desenvolvimento social e emancipação do homem.

Diante desse contexto, a preocupação com questões sociais e do bem coletivo foi objeto de discussão em toda a sociedade desembocando no conceito da Responsabilidade Social (RS).

Este capítulo tem o propósito de revelar a origem da responsabilidade social no mundo e no Brasil tratando de suas diferentes abordagens que a remetem desde o conceito de filantropia, de caridade até a concepção atual de desenvolvimento sustentável. Em seguida, faz-se a imprescindível diferenciação entre as responsabilidades social e econômica para o cumprimento efetivo de ações sociais e econômicas dadas pelo equilíbrio entre as racionalidades social e econômica.

1.1 Responsabilidade social no mundo e no Brasil

A discussão sobre RS iniciou-se em 1899, nos Estados Unidos quando o empresário A. Carnigie, fundador do conglomerado U. S. Steel Corporation, estabeleceu uma abordagem clássica para a responsabilidade social das grandes empresas a qual se baseava nos princípios da caridade e da custódia. Com base nessa abordagem, publicou o livro *Evangelho da Riqueza*. Conforme Carnigie, o princípio da caridade exigia que os indivíduos mais ditosos da sociedade ajudassem os desvalidos, tais como: os desempregados, idosos e doentes; já o princípio da custódia afirmava que as empresas e os ricos deveriam zelar pela riqueza da sociedade. Desse modo, cabia às empresas a função de multiplicar a riqueza da sociedade, portanto os mais afortunados deveriam manter a propriedade / riqueza sob custódia - sob guarda ou proteção, (FRIEEMAN, R. e STONER, 1992). A partir desse contexto, observa-se uma visão de base assistencialista em que a organização, na figura de seus empresários, é responsável pelos atos de caridade e não os sujeitos individualmente.

Questões como essa gerou controvérsias, principalmente entre os dirigentes e acionistas, estes últimos como defensores da apropriação do capital como bem exclusivo e a serviço das empresas. Portanto, com base nesse entendimento, as práticas sociais das empresas foram levadas a discussões judiciais. Muitas destas ações judiciais obtiveram resultados favoráveis aos dirigentes, o que contribuiu para que o assunto ganhasse relevância. Um dos casos, em julgamento em 1953, foi quando a Justiça Americana julgou favoravelmente à decisão da empresa P. Smith Manufacturing Company de doar recursos para a Universidade de Princeton, em detrimento dos interesses de um grupo de acionistas. Pela decisão, a justiça argumentou que uma corporação poderia buscar o desenvolvimento social, estabelecendo precedente para o exercício da filantropia corporativa (ASHLEY, 2005).

A partir disso, “defensores da ética e da responsabilidade social corporativa passaram a argumentar que, se a filantropia era uma ação legítima da organização”, logo outras ações que priorizavam objetivos sociais, em face aos retornos financeiros dos acionistas, seriam também legítimas, a exemplo do abandono de

linhas de produto rentáveis, porém prejudiciais ao ambiente social e natural (ASHLEY, 2005, p. 46).

No mesmo ano, na Europa, conforme Freeman e Stoner, (1992), Bowen inspirava novas idéias a respeito do tema da RS, tendo ele insistido que os dirigentes das corporações tinham o dever moral de tomar decisões e executar políticas de acordo com os objetivos e valores da sociedade para então promovê-los, ao invés de proteger a riqueza. Os autores revelam ainda que essa ótica de Bowen vinha em contraposição aos princípios da caridade e da custódia, os quais eram especialmente atraentes para aqueles que sustentavam um interesse oculto em preservar o sistema de livre iniciativa, com garantia de liberdade em relação a outras formas de pressão social.

De acordo com Soares (2006), o trabalho de Bowen foi referência para uma mudança de paradigma referente ao papel das organizações na sociedade. Ele publicou sua obra: *Social responsibilities of the businessmen – RS dos homens de negócios –* tendo abordado nela uma enquete sobre responsabilidade empresarial feita com homens de negócios, procurando respostas sobre a questão das “responsabilidades que os homens de negócios, proprietários e administradores de grandes empresas”, deveriam assumir diante da sociedade (SOARES, 2006, p. 33). Como resposta obteve que 93,5% reconheceram ser responsáveis pelos resultados de suas ações à sociedade.

A discussão sobre a importância da RS, tanto no terreno empresarial, como acadêmico, ganhou ênfase nos Estados Unidos, na década de 60, em decorrência também da rejeição da sociedade em geral à guerra do Vietnã. Nessa época, os representantes da sociedade civil, como as igrejas, os grupos pacifistas com algum esforço da mídia impressa, rádio e TV, passaram a informar aos cidadãos sobre a produção de gases paralisantes, utilizados nos conflitos, pois essa era feita por empresas locais, americanas, e que, desse modo, elas estavam colocando em risco a vida de pessoas inocentes e afetando, de maneira drástica, o meio ambiente (MELO NETO e FRÓES, 2005).

No final dessa década, surge a discussão na Europa, por outros autores, como Mason, Galgrath e Chamberlain (ASHLEY, 2005). Convém ressaltar que a discussão sobre RS empresarial iniciou-se, com maior intensidade, nos Estados Unidos, visto que, na Europa, os governos davam muito mais atenção às demandas

sociais e, por isso mesmo, acabavam por isentar as empresas da responsabilidade de atuarem nessa área (SOUZA, 2004).

Conforme Freeman e Stoner (1992), já desde a década de 70, nos Estados Unidos, a responsabilidade social associava-se à fluidez do conceito de responsabilidade empresarial (RSE), de forma que se fazia presente a sensação de que os dirigentes das organizações podiam escolher, a partir de suas idéias e valores pessoais, as obrigações sociais de suas empresas.

Nos anos 90, a globalização intensifica a produção e o comércio internacional de alimentos. Na busca incessante pela alta produtividade, alguns cuidados são deixados de lado a ponto de ocorrerem contaminações graves por produtos químicos, bactérias e vírus. A Europa adota normas para orgânicos em 1991, fim do século XX. No início deste novo século XXI, Estados Unidos da América, Brasil e outros países fazem o mesmo. Fatos como esse desencadeou o encontro ambientalista internacional ECO 92, sediado no Rio de Janeiro. Nesse evento, definiram-se os papéis das organizações com respeito à responsabilidade social, resultando na assinatura, da Agenda 21, de 178 países que assumem o compromisso de dar diretrizes a governos e sociedades para promoverem o desenvolvimento sustentado de ambientes e recursos naturais.

No Brasil, a idéia da RS começa a ser discutida ainda nos anos 60, devido à criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE): associação pertencente à União Internacional de Associações Patronais Cristãs (UNIAPAC), originária da Europa, de onde se expandiu por quase todo o mundo. Os membros dessa associação crêem que a empresa, além de prestar serviços e/ou produzir bens, ela possui também uma função social devendo essa se realizar em prol dos trabalhadores e do bem - estar da comunidade. Muitas discussões foram motivadas por essa idéia, mas só em 1977 ela ganhou maior destaque, pois foi estabelecida como tema central de debates no 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas (ADCE, 2006).

Apesar de ter-se iniciado a discussão nos anos 60, só no início da década de 80 foi que se observou um aumento no número de empresas que atuavam nas comunidades com projetos de cunho social, porém dentro do enfoque assistencialista. Nessa década, muito se debateu sobre os prejuízos causados pela camada de ozônio e ficou comprovado, pelos estudos, que a responsabilidade pelos

seus efeitos era das indústrias que expeliam gases tóxicos e poluentes no processo de fabricação de seus produtos e que estes continuavam poluindo no momento de consumo e do destino das embalagens. Uma acirrada campanha instituiu-se, juntamente com força de lei, para que tais instituições se adequassem às normas de proteção ao meio ambiente (MELO NETO e FRÓES, 2004). A maior demanda foi para as grandes empresas que tiveram que readaptar tecnologias e criar sistemas mais modernos para o cumprimento dessas normas. Hoje em dia, empresas nacionais como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Coelba, têm inserido em suas missões o compromisso com a proteção do meio ambiente.

A valorização da responsabilidade social empresarial ganhou forte impulso na década de 90, por meio da ação de entidades não-governamentais (ONGs), institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas com a questão (BARBOSA, 2003). No pensar de Melo Neto e Fróes (2005), as entidades governamentais denominadas terceiro setor ganharam força com a execução de movimentos sociais, diante da ação estatal ineficiente, precária e insuficiente pela razão de não atender a contento as carências da população.

Algumas das causas foram apontadas, ainda por esses autores, para que houvesse o crescimento do terceiro setor: a) crise do setor público; b) crescimento das necessidades socioeconômicas; c) fracasso das políticas sociais tradicionais; d) degradação ambiental; e) maior apoio da mídia; f) maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial e g) maior adesão das classes média e alta a iniciativas sociais (MELO NETO e FRÓES, 2005).

No entanto, visto por outro ângulo, nenhum poder isolado seria capaz de combater as disparidades do capitalismo sem a integração de forças de vários outros setores como a própria sociedade civil, as universidades e os que, inclusive, regem-se diretamente pela lógica da produção de bens de consumo, a exemplo das empresas privadas.

Em 1995, foi criado o grupo de instituições, fundações e empresas - GIFE, a primeira instituição que se preocupou com o tema da filantropia, cidadania e responsabilidade empresarial, adotando o termo cidadania empresarial para as atividades que as corporações realizassem com vistas à melhoria e transformação da sociedade (GIFE, 2005). Outras entidades foram surgindo demonstrando a ascendente discussão do tema, como: o Núcleo de Ação Social da Federação das

Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Associação de Empresários pela Cidadania (Cives) e o Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) (ASHLEY, 2005).

Contudo, já na última metade dos anos 90, a ação social das empresas ganhou destaque no país, muito em razão da constituição de organismos incumbidos de propagar a cultura da RS nas organizações. A exemplo, o Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social, que é uma organização não-governamental mantida por empresas e foi criado, em 1998, com a finalidade de mobilizar, sensibilizar e ajudar os empresários a gerirem os negócios com responsabilidade social, formando ainda parcerias para a construção de uma sociedade justa e sustentável. Assim, com a orientação dessas instituições, as organizações buscavam excelência e sustentabilidade em seus negócios por meio da ética no mercado.

No ano de 2000, para fortalecer o movimento pela RS no Brasil, o Instituto Ethos instituiu os Indicadores Ethos como um sistema de avaliação do estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade social nas empresas. Com esses indicadores, é possível abordar as diferentes formas de atuação social.

Esse instituto, no ano de sua criação, contava com 11 empresas associadas. Atualmente, em 2006, atinge um total de 1.093 companhias associadas; dentre essas, integram as nacionais de todos os portes e multinacionais. A exemplo de sua atuação e da mobilização sobre essa temática, em outros setores, na Bahia, 44 empresas encontram-se associadas ao instituto, representando 4,03% do total. Dentre essas, participam diversos segmentos: supermercados, hotéis (Costa de Sauípe) e *resorts* (Praia do Forte Eco Resort), meios de comunicação (Rede Bahia, Jornal A Tarde) e ainda faculdades (Isaac Newton, Faculdade Independente do Nordeste - Fainor) centro educacional (Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD) e colégio (Impacto) (ETHOS, 2006).

Em 2000, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou uma pesquisa em que constatou que ainda prevalece a atuação social voltada para a filantropia, representada pela indicação de 60% dos empresários que responderam ser os principais resultados alcançados com a atuação social a satisfação pessoal e a melhoria das condições de vida da comunidade. Outra pesquisa foi feita por esse

mesmo instituto nas cinco regiões do Brasil, com a finalidade de conhecer as ações sociais do setor empresarial nacional (IPEA, 2002).

Em abril de 2004, o governo brasileiro instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, e nele estabeleceu como um dos critérios de avaliação dessas organizações o exercício da RS, independentemente de sua natureza jurídica. Esse sistema passou a vigorar em 2005 (SINAES, 2005). Mas, ainda em 2004, numa iniciativa pioneira da Associação Brasileira dos Mantenedores das Entidades de Ensino Superior - ABMES, foi aplicada uma pesquisa, em nível nacional, especificamente nas organizações de ensino superior privadas, com o propósito de definir “o perfil das IES particulares e sua contribuição para o desenvolvimento do país”. Nessa pesquisa, foram levantadas as práticas de RS desenvolvidas por estas organizações (ABMES, 2004).

Em síntese, a RS surge como prática assistencialista de empresários a partir da década de 50, nos Estados Unidos, e, na década de 60, no Brasil. Tendo evoluído e disseminado pelo terceiro setor e por causas diversas como: o fracasso de políticas sociais, as práticas empresariais desfavoráveis ao meio ambiente e à qualidade de vida da sociedade. Devido às pressões da sociedade, bem como ao surgimento de organismos, como o Ethos, com a finalidade de disseminar a cultura da RS nos diversos setores de produção de bens e serviços, a prática de RS chegou também às instituições de ensino superior. No entanto, dentre as pesquisas realizadas, tendo como foco empresas ou IES, as ações sociais têm sido abordadas de forma generalista, sem, portanto, discriminar ações de filantropia das ações de RS. Desde o IPEA até o próprio estudo da ABMES tem sido assim.

1.2 Responsabilidade social e filantropia

Termos diferenciados, como filantropia, cidadania, ética e assistência social, são comumente relacionados à RS, Muito embora tenham origens e sentidos muito similares, é comum, no Brasil, a utilização de termos distintos com um mesmo sentido, ou de um mesmo termo, para traduzir práticas ou idéias diferentes.

De acordo com Duarte e Dias (1986), para alguns, o termo responsabilidade social representa a idéia de obrigação legal; para outros, o seu significado impõe às empresas padrões exigentes de conduta. Há os que ainda o traduzem como prática social, papel social e função social ou o vêem associado ao comportamento eticamente responsável ou à filantropia, embora muitos especialistas não considerem a filantropia uma ação de RS, mas sim, um estágio de pré-responsabilidade social. Importante se faz diferenciar os dois conceitos em face da freqüente associação da RS à filantropia.

A filantropia faz-se presente quando empresários bem-sucedidos resolvem contribuir com a sociedade, destinando parte de seus lucros à mesma, caracterizando assim uma vocação para a benevolência ou ato de caridade para com o próximo. O termo (filantropia) é entendido como forma de “assistencialismo”, de auxílio aos excluídos, desfavorecidos, enfermos e pobres. Assume a forma de doação, quando feita para grupos ou outras entidades e, justamente por esse fato, sua prática prescinde de planejamento, organização, monitoramento, acompanhamento e avaliação; as ações filantrópicas surgem de desejos e vontades individuais, tendo sua ética baseada no valor moral de líderes.

Já o conceito de RS está relacionado a uma ação estratégica que reflete o exercício da cidadania, cujo objetivo é a busca da sustentabilidade das comunidades não importando se, de pequeno ou grande porte, bastando para isso colocar em prática ações transformadoras. Há autores que esclarecem que as ações de RS exigem periodicidade, método e sistematização e, principalmente, gerenciamento efetivo por parte das empresas - cidadãs (MELO NETO e FRÓES 2004).

Compreende-se por cidadania “o estatuto do cidadão na sociedade, fundamentado na regra da lei e nos princípios da justiça, da igualdade, da liberdade, da dignidade, da solidariedade e da ética” (LEITE, 2002, p.13). Fundamentada nesses princípios, as ações dos indivíduos podem gerar economia de esforços atrelada a um ganho de visibilidade quanto aos objetivos e responsabilidades assumidas, portanto, com maiores chances de se gerarem resultados coletivos mais satisfatórios quanto ao padrão de vida da sociedade. Assim,

Ter cidadania é possuir direito a usufruir dos serviços da educação, da saúde, do lazer, da moradia, da liberdade de locomoção, de expressão, e de participar também na vida pública, nas decisões do Estado e na vida ativa da comunidade. Sendo que sua existência só é possível numa sociedade democrática onde seja assegurada aos sujeitos uma base de direitos e deveres iguais garantindo a todos a possibilidade de participação em decisões, e resultados (LEITE, 2002, p. 31).

O enfoque de cidadania é reforçado por Ferrel *et al* (2000), pois reconhecem, na concepção da RS, uma ação de dever cívico, quando afirmam que a mesma está relacionada à obrigação de uma organização maximizar seus impactos positivos na sociedade, enquanto minimiza seus impactos negativos: nessa relação entre organização e sociedade, é nítido que se estabelece o elo entre direitos e deveres, garantidos no exercício da cidadania.

Duarte e Dias (1986) enfatizam elementares princípios jurídicos que ensinam que a todo direito corresponde um dever. Assim, o direito de agir livremente traz inerente a responsabilidade pelos próprios atos e suas conseqüências.

Com o propósito de contribuir com a mudança de percepção e dos valores da sociedade pela inserção da RS, e mostrando a diferença entre filantropia e responsabilidade social, o Instituto Ethos, na década de 90, escreveu:

A Filantropia trata basicamente de ação social externa da empresa, tendo como beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não governamentais, associações comunitárias etc.). A Responsabilidade Social foca a cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente), cujas demandas e necessidades a empresa deve buscar entender e incorporar em seus negócios. Assim, a Responsabilidade Social trata diretamente dos negócios da empresa e como ela os conduz (INSTITUTO ETHOS, 2005).

Moreira (2005) comunga com esse conceito de RS extensivo a vários segmentos, acrescentando que a RS tem a ética como princípio básico que dirige as

relações com todos os segmentos com os quais a empresa pode interagir - meio ambiente, sociedade, clientes, fornecedores, funcionários, governo e acionistas.

Em síntese, a filantropia decorre de uma ação individual e voluntária, enquanto a responsabilidade social parte de uma ação que visa ao coletivo e tem por objetivo transformar uma dada realidade, promovendo principalmente a inclusão social. Melo Neto e Fróes (2004) ilustram as diferenças entre a filantropia e a responsabilidade social como segue:

Filantropia	Responsabilidade Social
Ação individual e voluntária	Ação coletiva
Fomento à Caridade	Fomento à cidadania
Base assistencialista	Base estratégica
Restrita a empresários filantrópicos	Extensiva a todos
Prescinde de gerenciamento	Demanda gerenciamento
Decisão individual	Decisão consensual

Quadro1: As diferenças entre a filantropia e a responsabilidade social.

Fonte: Adaptado de Melo Neto e Fróes (2001, p. 28).

Do exposto até aqui, Grajew (2004) afirma que é comum, no Brasil, uma confusão entre os conceitos de RS e de ação social (filantropia), já que ambas se confundem e são muitas vezes tratadas como sinônimos. No quadro anterior, esses termos distanciam-se revelando que a RS tem maior abrangência, profundidade e ainda produz interdependência das instituições. Com isso, os efeitos propagam-se impactando de modo favorável várias instituições de diversos setores da sociedade, gerando mobilização e aderência coletiva e, que dada à continuidade das ações, é capaz de produzir efeitos redutores nos índices de carência social.

Neste item verificaram-se diferenças significativas entre RS e filantropia, sendo a primeira uma ação voluntária, de caráter assistencialista e, a segunda, ação de base estratégica que demanda atividades e gerenciamento, como planejamento e controle, tendo origem numa decisão consensual. Além disso, traz em seu fundamento o exercício da cidadania e da ética.

1.3 Responsabilidade social organizacional

Segundo o Instituto Ethos (2006), a RS empresarial é uma maneira de conduzir os negócios, o que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A organização socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de escutar os interesses das diferentes partes, dentre elas, os funcionários, acionistas, governo, consumidores, comunidade e meio ambiente e ainda consegue incorporá-los ao planejamento de suas atividades, procurando atender às demandas de todos, não apenas às dos dirigentes.

Para Barbosa (2003), a RS corporativa é um exercício constante de deveres com a finalidade de garantir aos cidadãos os direitos básicos da modernidade, como: saúde, proteção ambiental, lazer, educação, cultura, segurança e habitação. De forma sintetizada, para ele, trata de promover o bem-estar social a partir de condutas e investimentos, por meio de parcerias entre empresa-sociedade, empresa - Estado e Estado e sociedade.

Mas, não é só pensando nos deveres que as organizações devem atuar com RS, Ashley (2005, p. 71) coloca que o principal motivo para uma organização ser socialmente responsável é a oportunidade de proporcionar a ela “a consciência de si mesma e de suas interações na sociedade”. Assim, nessa interação, o significado da RS pode vir a ser amplo ou estreito, vai depender da abrangência dos grupos de interesse a que se procura atender com as ações de RS. Srour (2005) contribui quando descreve a RS empresarial (RSE):

[...] responsabilidade social dobra-se a múltiplas exigências: relações de parceria entre clientes e fornecedores, produção com qualidade ou adequação ao uso com plena satisfação dos usuários, contribuições para o desenvolvimento da comunidade, investimentos em pesquisa tecnológica, conservação do meio ambiente, mediante intervenções não predatórias, participação dos trabalhadores nos resultados e nas decisões da empresa, respeito ao direito dos cidadãos, não discriminação dos gêneros, raças, idades, etnias, religiões, ocupações, preferências sexuais, investimentos em segurança do trabalho e em desenvolvimento profissional (SROUR, 2005 p. 294).

Depreende-se, então, que a abrangência da RS insere-se focada na cadeia de negócios das empresas sob duas perspectivas: a dos *stakeholders* internos e externos. Cabe aqui uma melhor compreensão do termo: *stakeholders* quer dizer depositários, pessoa ou grupo com interesse no desempenho organizacional e no ambiente em que opera (GUIA RH, 2006).

Ou ainda, conforme Clarkson (1995) são indivíduos ou grupos que têm direitos ou interesses e reivindicam posse em uma organização. Esses podem ser classificados em primários e secundários: primários correspondem aos que, sem as suas permanentes participações, a organização não conseguiria viver (comunidade, acionistas, fornecedores, clientes, governo); e o segundo grupo, os secundários, seria os que influenciam, de alguma forma, a organização (mídia, sindicatos, ONGs ou outras instituições de interesses especiais), mas não são vitais para sua sobrevivência. Tais perspectivas encontram sustentação na literatura dos autores Melo Neto e Fróes (2005), destacando que a gestão da RS compreende dois ambientes: o interno e o externo expostos no Quadro a seguir:

Tipos de Responsabilidade Social	Foco	Principais áreas de atuação	Instrumentos	Tipo de retorno
Interna	Público Interno (empregados e seus dependentes)	-Educação -Salários e Benefícios -Assistência Médica, Social e Odontológica	-Programas de RH -Planos de Previdência	-De produtividade -Para os acionistas
Externa	Comunidade	-Educação -Saúde -Assistência Social -Ecologia	- Doações, - Programas de voluntariado, - Parcerias, -Programas -Projetos sociais	- Social propriamente dito - De imagem - Publicitário -Para acionistas

Quadro 2: Responsabilidade social interna e externa.

Fonte: Adaptado de Melo Neto e Fróes (2005, p. 89).

Não obstante encontrar diferentes opiniões acerca do termo, Duarte e Dias (1986, p. 56) expõem três essenciais conceitos que representam pontos de

consenso na concepção da RS, o que compactua com o que se obteve com o levantamento teórico embasado por outros autores: (1) a ampliação do alcance da responsabilidade da empresa, que não mais se limita ao círculo dos acionistas; (2) a mudança na natureza das responsabilidades, que ultrapassam o âmbito da prescrição legal, envolvendo também obrigações morais ditadas pela ética; (3) a adequação às demandas sociais, num dado contexto socioeconômico.

De maneira mais específica e referindo-se à área de abrangência das ações organizacionais, seja esta externa ou interna, a RS alcança três diferentes estágios que revelam o foco de atuação organizacional:

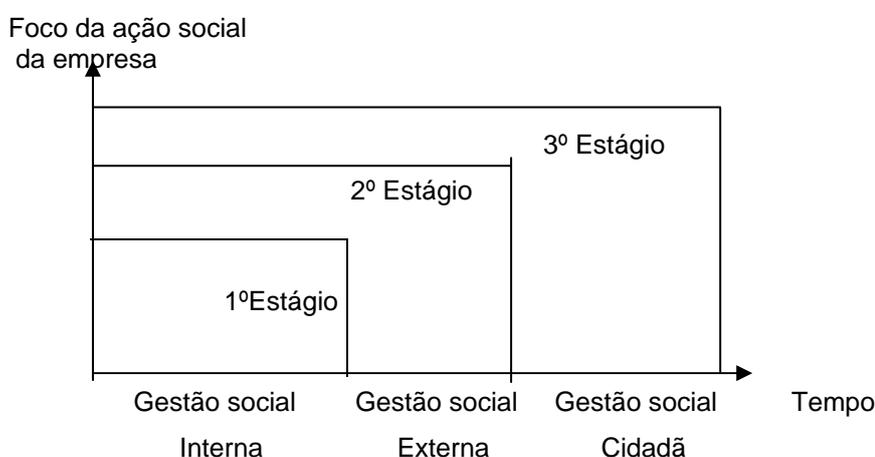


Figura 1: Estágios de responsabilidade social corporativa.

Fonte: Melo Neto e Fróes (2004, p. 81).

Estes autores ensinam que, no primeiro estágio – exercício da gestão social interna – o foco é restrito às questões sociais internas, com benefícios, qualidade de vida e de trabalho para funcionários e familiares; No segundo estágio – exercício da gestão social externa – o foco é ampliado e as ações voltam-se para a sociedade e para a comunidade local, incorporando ações de preservação do meio ambiente e ações com impacto socioeconômico, cultural e político.

O terceiro estágio caracteriza-se pelo exercício da gestão social cidadã, com o desenvolvimento de ações sociais que extrapolam o âmbito da comunidade local (periférica a empresa) e se estendem à sociedade como um todo. A organização nesse estágio realiza, com o governo, campanhas de conscientização social, promove a cidadania e, fundamentalmente, fomenta, além do desenvolvimento social local e regional, a sustentabilidade social com cursos profissionalizantes,

campanhas de conscientização social, de liderança e de desenvolvimento comunitário.

Com essa classificação, Melo Neto e Fróes (2004) revelam que a gestão social corporativa leva em conta que o âmbito de atuação das empresas deva ser, preferencialmente, fora dos seus arredores, ou seja, de sua atuação. Isso porque muitas empresas encontram-se instaladas em regiões favorecidas nas quais os investimentos não acarretam transformações que a sociedade necessita. Assim, tais empresas devem direcionar seus investimentos para regiões carentes. De posse do *ranking* social dessas regiões e da avaliação de indicadores, as empresas poderão definir prioridades, focos e locais de sua atuação social, além de favorecer a melhor aplicabilidade dos recursos.

Em acréscimo aos argumentos de Melo Neto e Fróes (2004), Zadek (2004, p.41) propõe, mais especificamente, a redefinição de públicos-alvos, que não sejam apenas os empregados, governo, clientes, parceiros ou sociedade local, mas que devam incluir formas efetivas de cooperação voltadas para “as pessoas que estão bem longe da vizinhança da empresa”; Esse é um caminho para as organizações que desejarem desempenhar o papel de empresas socialmente responsáveis e sustentáveis.

Nesse sentido, a RS que visa realizar ações coletivas enfocando valores fundamentais da vida em sociedade, como os direitos humanos e dos empregados, a proteção ambiental, o envolvimento comunitário, englobando tanto a dimensão social, como a econômica e ambiental, trata também da construção coletiva de soluções, incorporando, para tanto, o sentido da cidadania e restaurando a civilidade.

Melo Neto e Fróes (2004) afirmam que a RS “por ser um conceito novo, pois somente nos últimos dez anos, começou a ser incorporado ao dia-a-dia das empresas no Brasil”, necessita de uma definição mais precisa e amplamente aceita pelos profissionais da área e dos gestores / empresários. Desse modo, para eles:

[...] a maior dificuldade para definir a Responsabilidade Social está na amplitude do tema e conseqüentemente, na extensão de seu espectro. Da amplitude do tema, surge a complexidade do conceito. Isto porque tema e

conceito compreendem um espectro amplo: da conduta ética, às ações comunitárias e de tratamento dos funcionários e ao dinamismo das relações que a empresa mantém com seus diversos públicos (MELO NETO e FRÓES, 2004, p. 31).

A Figura a seguir ilustra a afirmação proferida pelos autores:

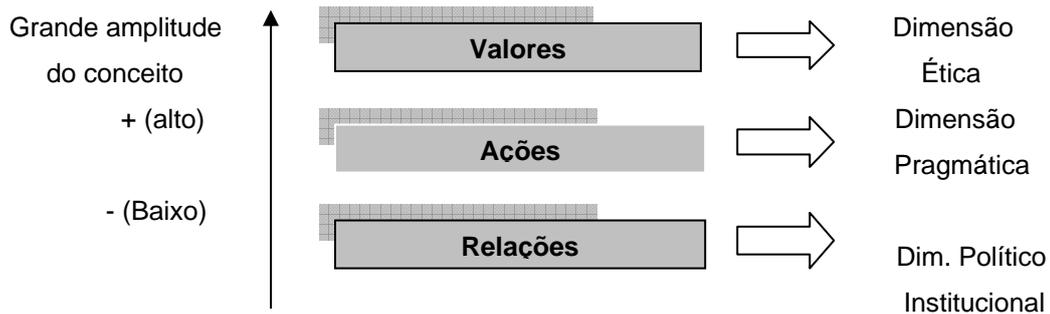


Figura 2: Responsabilidade social corporativa.

Fonte: Adaptado de Melo Neto e Fróes (2004, p. 31).

Numa leitura crescente da amplitude do conceito (do baixo até o alto), tem-se que: o espectro das relações é amplo e está representado pelas relações das organizações com clientes, governo, comunidade, sociedade, entidades parceiras, filantrópicas, ONGs etc. Essas relações compreendem a dimensão político-institucional, que determina como as organizações se relacionam com os diferentes público-alvos.

Sob o ângulo das ações, essas podem estar voltadas para emprego, segurança, saúde e educação compreendendo, ainda assim, naturezas distintas, podendo ser: de apoio, de doação, de implementação de programas e projetos sociais. Nessa perspectiva, os autores classificam a dimensão pragmática da RS, na qual se faz análise de como a empresa desenvolve suas ações (qual o foco, retorno, resultado).

No Brasil, “há o predomínio da RS sob a dimensão pragmática”, ou seja, a atuação limita-se a analisar como a organização realiza suas ações, quem são seus beneficiários, o retorno e os resultados alcançados e, em poucos casos, trabalham-se as dimensões ética e político - institucionais (MELO NETO e FRÓES, 2004, p. 32).

Sob o âmbito dos valores (dimensão ética), eles podem ser definidos como ético-morais, sociais, culturais, políticos e econômicos e fazem parte da dimensão ética, sob a qual se analisa como a organização se comporta (quais são seus valores, como difunde e promove perante seus mais variados públicos). Portanto, quanto maior a participação da empresa nessas três dimensões, maior e melhor a sua gestão da RS.

Conforme ainda estes autores, os projetos sociais trazem a característica de ação direta na sociedade em que a organização estreita laços com a comunidade, fortalece a imagem e obtém ganhos sociais expressivos. A seguir, as modalidades de exercício de RS corporativa e suas características:

Ações Comunitárias	Projetos Sociais Próprios
Ação indireta sobre a comunidade	Ação direta sobre a comunidade
Transferência de recursos para entidades	Aplicação direta dos recursos
Gestão realizada por terceiros	A gestão é realizada pela própria organização
Ações de doação e apoio	Ações de fomento ao desenvolvimento social
Geram retorno tributário, social e institucional	Geram retorno social e de mídia institucional
Não demandam ações de marketing social	Demandam ações de marketing social

Quadro 3: Modalidades de exercício de responsabilidade social corporativa.

Fonte: Adaptado de Melo Neto e Fróes (2004, p. 29).

Relatam em seguida as novas tendências em projetos ou ações sociais: (a) a descentralização das ações – ex: programas de municipalização do ensino fundamental; (b) a participação da comunidade – ex: planejamento participativo; (c) implantação de projetos e programas auto-sustentáveis – ex: cursos de pré-vestibular para pessoas carentes; (c) implantação de programas e projetos do tipo “renda mínima”- ex: a escolarização da criança e o combate a pobreza (MELO NETO e FRÓES, 2005).

Destacam, ainda, diferenças entre RS comunitária e RS corporativa: na primeira, há predomínio da ética da solidariedade com foco nos direitos humanos reforço dos movimentos e grupos sociais populares. Na segunda, há o predomínio da ética da cidadania empresarial que “vai além do foco nos direitos humanos que são os direitos sociais, culturais e políticos, ênfase na legitimação social empresarial” e na busca de soluções para os problemas relacionados à dinâmica empresa -

comunidade, abrangendo as vertentes interna e externa (MELO NETO e FRÓES, 2004, p. 20).

As definições são diversas e, para eles, a forma de analisar o conceito é identificar as diferentes visões da RS presentes nas organizações. Para esses autores, há empresas que utilizam diversas visões das apresentadas a seguir, outras privilegiam o uso de uma única modalidade, desse modo, a RS pode ser entendida como:

a) atitude e comportamento empresarial ético e responsável. Nessa abordagem, prevalece a “responsabilidade ética”, ou seja, é o dever e o compromisso da empresa em assumir uma atitude transparente, responsável e ética nas suas relações com seus diversos públicos;

b) um conjunto de valores. Essa é vista como um conjunto de valores que incorpora não apenas conceitos éticos, mas uma série de outros conceitos que lhes dão sustentabilidade, como, por exemplo, auto-estima dos empregados, desenvolvimento social e outros;

c) postura estratégica empresarial. A mesma é centrada na valorização de seu negócio em termos de faturamento, vendas e *market –share*;

d) estratégia de relacionamento. Com o foco na melhoria da qualidade de relacionamento com os seus diversos público-alvos, a empresa usa a RS como estratégia de marketing de relacionamento, em especial, com clientes, fornecedores e distribuidores;

e) estratégia de marketing institucional. O seu exercício é orientado para a melhoria da imagem institucional da organização;

f) estratégia de valorização das ações da empresa (agregação de valor). Parte do valor de mercado de uma empresa depende de sua reputação no mercado;

g) estratégia de recursos humanos. O objetivo é garantir satisfação dos empregados, motivar os seus principais talentos e aumentar a produtividade;

h) estratégia social de desenvolvimento da comunidade. A empresa assume papel de agente de desenvolvimento local, juntamente com outras entidades comunitárias e o governo;

i) exercício da capacitação profissional. Refere-se à capacitação dos membros da comunidade e empregados da própria empresa;

j) estratégia de valorização de produtos e serviços. O objetivo vai além de atestar qualidade de produtos e serviços, vai conferir-lhes *status* de socialmente corretos;

l) estratégia social de inserção na comunidade. A empresa busca melhorar suas relações com a comunidade e a sociedade e também busca definir novas formas de continuar nelas inserida;

m) exercício da capacitação profissional, podendo ser dos membros da comunidade ou da própria empresa;

n) promotora da cidadania individual e coletiva. A empresa ajuda a fazer de seus empregados verdadeiros cidadãos e contribui para a promoção da cidadania na sociedade e na comunidade;

o) exercício da consciência ecológica. A organização investe em programas de educação e preservação do meio ambiente;

p) estratégia de integração social. O maior desafio é o de criar condições para que se atinja a efetiva inclusão social no país.

O fundamental para a organização é definir sua visão predominante de RS a partir da escolha, primeiramente, do foco de ação social (meio ambiente, cidadania, direitos humanos etc.); da estratégia social (negócios, marketing institucional, marketing de relacionamento etc.) e, por fim, do seu papel social (difusora de valores, promotora da cidadania, formadora de novas consciências, disseminadora de conhecimentos etc.) (MELO NETO e FRÓES, 2004).

Face ao exposto vê-se que o conceito de RS une-se ao de desenvolvimento sustentável, que é o que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de suprir essas mesmas necessidades às gerações futuras. No Brasil, tal conceito já não é visto de forma estagnada, mas como uma procura constante de equilíbrios e compromissos entre: a) interesses das gerações atuais e futuras; b) interesses dos países industrializados do Norte e os países em desenvolvimento do Sul; c) necessidades dos seres humanos e a preservação dos

ecossistemas; d) os interesses dos diferentes grupos sociais no mesmo país; e) o urbano e o rural (SEBRAE, 2005).

Entretanto, segundo Melo Neto e Fróes (2004), as ações sociais empresariais diferem da adoção do modelo de sustentabilidade social. No caminho da sustentabilidade, as empresas realizam elevado intercâmbio de informações e experiências cujos benefícios e vantagens melhoram a gestão do setor, em especial, as diversas etapas de sua cadeia produtiva, gerando sinergia e recursos otimizados. A empresa, portanto, busca estrategicamente retornos do tipo: econômico, social, institucional, tributário-fiscal constituindo, assim, os três pilares do desenvolvimento sustentável, englobando tanto a dimensão social, como a econômica e a ambiental.

A dimensão econômica representa a criação de riqueza para todos e diz respeito ao impacto das organizações sobre as condições econômicas das suas partes interessadas e sobre o sistema econômico. Os indicadores de desenvolvimento sustentável respondem a outras prioridades e devem permitir perceber quais são as implicações da atividade de uma organização na situação econômica dos seus *stakeholders* – governo, clientes, comunidade etc.

A ambiental ou ecológica reporta-se à conservação e gestão de recursos naturais e a dimensão social reflete a equidade e a participação de todos os grupos sociais.

Na concepção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

O componente social do desenvolvimento sustentável vai da implementação da equidade até a valorização da identidade dos seres humanos na sua diversidade. A equidade é, a nível mundial, a solidariedade com os países do sul (ajudas públicas, mas também desenvolvimentos) e a luta contra a pobreza. O desenvolvimento sustentável questiona também a equidade entre gerações e a nossa responsabilidade para com as gerações futuras. O desenvolvimento humano tem a ver com o fortalecimento das capacidades individuais por meio da educação, da responsabilidade, da segurança, etc. (OCDE, 2004).

Face aos variados significados para o entendimento de RS corporativa, Mohr & Webb (2001) agruparam os conceitos em dois tipos gerais: 1) definições multidimensionais – envolvem as maiores responsabilidades da organização e as 2) baseadas no conceito de marketing *societal* – sob essa perspectiva discute-se RS num nível mais abstrato. O tema é abordado por profissionais de relações públicas que inserem nas práticas mercadológicas as questões sociais e éticas; assunto tratado no capítulo três.

Na contribuição de Carrol (1991), esses autores têm recebido maior atenção por seguir a linha da RS sob a ótica multidimensional. Não obstante, o autor, em seus estudos, buscou uma integração das diferentes perspectivas sobre o conceito de responsabilidade social e propôs uma convergência entre os conceitos de cidadania corporativa e de responsabilidade social, apontando quatro faces da RS (ou cidadania corporativa): econômica, ética, legal e filantrópica. Tais dimensões representam, segundo ele, as expectativas da sociedade:



Figura 3: Pirâmide da responsabilidade social. Fonte: CARROL, (1991).

Diante do exposto, o autor ressalta que, para ser uma empresa cidadã, uma organização deveria, então, ser lucrativa, obedecer às leis, ter comportamento ético e seguir padrões moralmente aceitos nas sociedades em que atua e praticar a

filantropia, engajando-se em atos ou programas que promovam o bem-estar da sociedade.

A dimensão econômica inclui as obrigações da organização em ser produtiva, lucrativa e atender às expectativas dos acionistas de obter retorno sobre o investimento e da sociedade com a oferta de bens e serviços. Na concepção de Ferrel *et al* (2000), as organizações que escolhem realizar essas ações somatórias, que ultrapassam a visão exclusiva do lucro, estão preocupadas em aumentar seu impacto positivo global sobre a sociedade, suas comunidades e o ambiente, o que resulta numa melhora do lucro.

Já a dimensão ética leva em consideração uma justificativa acerca dos princípios e padrões que definem a conduta aceitável determinada por órgãos regulamentadores, concorrentes, grupos privados interessados, e pela própria organização. Segundo Carrol apud Ashley (2002), as responsabilidades éticas correspondem às práticas, políticas, atividades e aos comportamentos esperados, ou num sentido negativo, proibidos, adotados pelos indivíduos, mesmo que não encontrados nas leis.

A dimensão legal é a codificação da sociedade indicando o que é certo e errado. Vale considerar que, no Brasil, a respeito da RS, empresas/ organizações não estão sendo cobradas por instrumentos legais e, sim, por pressões dos grupos sociais.

Por fim, a dimensão filantrópica prevê que o negócio deve estar envolvido com a melhoria da sociedade, por meio da responsabilidade legal, ética e econômica, bem como a adoção de práticas sociais, como apoio a atividades desportivas e culturais locais, desenvolvimento de programas ambientais, entre outros. Os autores afirmam que as quatro dimensões não existem separadas ou isoladamente umas das outras; a adoção em conjunto revela a responsabilidade social: econômica, legal ética e filantrópica (CARROL, 1991, FERREL *et al*, 2000).

As preocupações econômicas e legais, no entendimento de Ferrel *et al* (2000), são os níveis mais básicos de responsabilidade social por uma forte razão: sem elas, a organização pode não durar o suficiente para engajar-se em atividades éticas ou filantrópicas. Considera, ainda, que a responsabilidade econômica de gerar lucro

também atende aos funcionários e à comunidade, devido ao seu impacto sobre o emprego e os níveis de renda da área na qual a empresa está localizada.

No entanto, há argumentos de que, no ambiente em que a competição se faz acirrada, os custos de ações sociais acabam sendo repassados aos preços de seus produtos e serviços de modo a manter os lucros normais e as taxas de retorno. Assim, as organizações concorrentes que não adotam práticas sociais responsáveis não incorrem nesses custos, podendo manter os preços de seus produtos e serviços, obtendo vantagem competitiva em relação à organização socialmente responsável. Porém, a obtenção da vantagem competitiva pode ser um argumento puramente teórico sob a perspectiva de que muitos consumidores estão atentos e já valorizam produtos de empresas verdadeiramente comprometidas com ações de RS e esses discriminam os concorrentes não socialmente responsáveis como medida de pressão. Assim, esses consumidores entendem que a saúde, a qualidade do ar que respiram e a qualidade de vida das futuras gerações estão relacionadas com a atividade produtiva responsável de cada organização, como também com a atitude dos cidadãos, governos e quaisquer entidades que, como elas, usufruam dos recursos disponíveis.

No entanto, as idéias de maximização da riqueza são rigorosamente defendidas entre os fundamentalistas; dentre os autores, destaca-se Friedman (1988), que adota uma visão contrária a respeito da adoção de outras atividades pela empresa fora de seu âmbito econômico e produtivo, firmando, com isso, uma postura defensora da teoria econômica clássica.

Para ele, as empresas são entes *amorais* e o que as define é a busca do seu interesse econômico e não as preocupações com questões sociais, pois a empresa que desvia seus recursos para ações sociais pode prejudicar a sua competitividade. Esse autor assim declara:

Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases da nossa sociedade livre do que aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamentalmente subversiva (FRIEDMAN, 1988, p. 121).

Sob sua ótica, a organização é socialmente responsável ao gerar novos empregos, pagar salários justos e condições de trabalho, além de contribuir para o bem-estar público, ao cumprir com as obrigações de pagar os impostos (ASHLEY, 2002). Assim, na mesma linha de Friedman (1988), há autores afirmando que, no sistema de livre-organização, supõe-se que o bem-estar seja automático e, onde não o é, torna-se tarefa do governo. Compreende que instituições, como sindicatos, igrejas e governos, existem para desempenhar o papel de agentes necessários ao exercício da RS corporativa.

Para Drucker (1984, p. 343), ser responsável social implica cumprir satisfatoriamente a missão específica da entidade, seja ela uma instituição econômica ou universidade, “assim uma universidade que falhar, no preparo de líderes e profissionais do futuro, não estará demonstrando compromisso social, independentemente de quantas atividades úteis venha a exercer”. Portanto, a sociedade nada terá a ganhar, se a instituição “tiver reduzida a sua capacidade de desempenhar a tarefa que lhe cabe por conta de tomar para si funções que não tenha autoridade para exercer”.

Complementa esse autor que, no tocante à empresa comercial, qualquer solução que se dê a algum problema social, que não seja transformado em oportunidade de melhoria de desempenho e resultados, implica despesas indiretas que não podem ser custeadas pelos consumidores nem pelo capital, por meio de redução de oferta de empregos, por exemplo. Dessa forma, o único meio de cobrir tais despesas é pelo desempenho econômico; cabe então ao dirigente ponderar com cuidado sobre os limites de suas obrigações sociais para saber qual a lucratividade mínima exigida pelos riscos do empreendimento e pelos compromissos sociais para com o futuro.

Desse modo, a questão da autoridade refere-se a enfrentar tarefas que se coadunem com seu sistema de valores, pois, segundo ele, mudar a personalidade não é tarefa simples de se conseguir, ao contrário do que seria adquirir conhecimentos e aptidões. Drucker (1984), portanto, acredita que, em qualquer organização que se buscar desempenhar tarefas em áreas que não domina, por força de necessidade social, dificilmente seus agentes mais capazes se incumbirão de tal tarefa e, por isso, não darão apoio adequado. Os elementos - chave, para estabelecer a competência da organização, são representados pelos valores e

capacidade de mensuração da produtividade e da lucratividade. Assim, as emoções políticas, a aprovação da comunidade ou mobilização de energias comunitárias, que são aspectos intangíveis (não mensuráveis, não físicos), não deixam que a instituição enxergue valores que, de fato, importam para seu resultado econômico.

Por fim, quando uma empresa for solicitada a assumir a responsabilidade relacionada à autoridade, ela deverá se perguntar se tem autoridade para isso, caso contrário, a empresa que assuma tal responsabilidade deverá ser olhada com desconfiança, pois, isso pode ser interpretado como ânsia pelo poder, não lhe cabendo o direito de utilizar seu poder econômico para impor valores à sociedade.

Contudo, Duarte e Dias (1986) revelam que o raciocínio da visão clássica perde sua força quando refletem que a empresa é algo mais que uma simples propriedade dos acionistas e não se resume ao capital. Sob este argumento, os lucros produzidos por ela não são de direito exclusivo do capital, porque não decorrem dele; pertencem, de direito, a todos os que solidariamente contribuíram para seu alcance, pois ele é fruto da junção de vários elementos materiais, humanos e sociais. Desse modo, tratar de questões sociais demanda a mesma responsabilidade e competência das organizações.

Encontra-se no campo teórico autores indicando existir empresas que estão mais voltadas para a ideologia, não se atendo aos lucros por si só. Essa indicação vem de Collins e Porras (2000, p. 89) ao estudarem as empresas visionárias, concluindo que “a força impulsionadora dominante, ao longo da história da maioria das empresas visionárias”, não residia na “maximização da riqueza dos acionistas” nem na “maximização dos lucros”, mas, conforme eles, numa ideologia central que ultrapassava as considerações puramente econômicas. Por empresas visionárias entende-se que são “instituições líderes de seus setores, muito admiradas pelas outras empresas da área e com um longo registro de impactos significativos sobre o mundo à sua volta” (COLLINS e PORRAS, 2000, p.15).

Este item verificou as várias abordagens da RS organizacional, bem como os estágios de gestão social. Tendo sido, ainda, expostos argumentos contrários à aplicação da RS sobre risco da organização ser desfavorecida em sua produtividade, com base na questão de autoridade e do caráter amoral dessas instituições. Como contraponto apresentou-se a visão de RS que se coaduna com a perspectiva do desenvolvimento sustentável e, também, argumentos dos autores

acadêmicos, que defendem uma convergência das dimensões econômicas, éticas, legais e filantrópicas para a prática da RS nas organizações.

1.4 Responsabilidade social e econômica

Ashley (2005) revela que o tema responsabilidade social tem evoluído e provocado controvérsias nos últimos 30 anos. De um lado, os economistas de visão clássica e, do outro, autores acadêmicos.

Na visão clássica, formal, o indivíduo, quando definido como um ser puramente social, tem a suposição de que a ordem de sua vida lhe seja concedida como algo extrínseco. Assim, a ordem da sociedade é possível, na medida em que seus membros ajam de modo a não ameaçar interesses práticos. Para tanto, basta que os indivíduos realizem cálculos de conseqüências regulando e limitando as próprias paixões. Desse modo, destaca a autora, valores humanos tornam-se valores econômicos e todos os fins têm a mesma categoria.

Sob a análise de Ramos (1989), a responsabilidade econômica é predominante. Segundo ele, o mercado torna-se cego para os seus fins intrínsecos e, como conseqüência, as disciplinas contemporâneas, como a economia que defende uma sociedade centrada no mercado, têm que se isentar de conceitos de valor e focar seus interesses em fatos e valores. Na melhor das hipóteses, devem ser considerados como qualidades secundárias das coisas, não como propriedades delas.

Autores acadêmicos consideram, no entanto, essa percepção dos economistas ultrapassada, quando relacionada aos tempos atuais, e defendem a responsabilidade social como uma das atribuições das empresas num sentido amplo. Fazem parte: Carrol, Donaldson e Dunfee, Frederick e Wood (ASHLEY, 2005).

A defesa desses autores, em relação à RS, sustenta duas linhas básicas: ética e instrumental. Assim sendo, os argumentos éticos são derivados dos princípios religiosos e das normas sociais que prevalecem na sociedade. Ainda que incorra em

despesas para uma organização, esses autores defendem que a mesma e seus colaboradores devem se comportar de forma socialmente responsável. Kreitlon (2004) explica que, nessa abordagem, as organizações têm o dever moral de pautar suas ações pela retidão de princípios e valores, exatamente como qualquer indivíduo. Assim, a RS advém da responsabilidade moral de fazer o que é certo.

Na linha instrumental, os autores sustentam que existe uma relação positiva entre o comportamento socialmente responsável e o desenvolvimento econômico da organização, de forma que se valoriza esta por possibilitar à organização visualizar oportunidades geradas, por haver maior consciência sobre as questões culturais e ambientais, como também pela diferenciação de produtos e serviços diante de seus competidores menos comprometidos socialmente (ASHLEY, 2005). Esse argumento rebate a afirmação anterior dos autores fundamentalistas.

Dentro desta abordagem instrumental, há ainda duas divisões: a abordagem social ou contratual e a abordagem estratégica. A primeira é mais sociológica e pragmática, se comparada à abordagem ética ou normativa, visto que defende a interdependência entre a organização e a sociedade. Nessa relação, a sociedade tende a manifestar suas expectativas em relação ao que seria o comportamento organizacional adequado (WOOD, 1991 *apud* KREITLON, 2004). Em síntese, nesta primeira, a empresa e a sociedade fazem parte do mesmo sistema e, portanto, vivem em constante interação regida por um contrato social em que a empresa está sujeita ao controle da sociedade.

A segunda abordagem caracteriza-se pela indicação de instrumentos de gestão social para auxiliar a empresa a satisfazer expectativas dos seus *stakeholders*, com fins a cumprir a sua parte no contrato estabelecido com a sociedade, visualizando sempre a melhor forma com menor custo (KREILTON, 2004).

Reforça esta concepção Frankel (2004, p. 42) destacando que “No antigo modelo *darwinista*, era matar ou ser morto. No novo modelo, mais holístico, a questão é sustentar o sistema de que participamos ou morrer”. Dar sustentabilidade, conforme o autor, significa seguir as regras do jogo dos negócios e preservar o sistema de regulação empresarial, sendo ainda aconselháveis parcerias para dar suporte às demais empresas.

Sob a análise de Pessoa (2005, p. 11.), as parcerias têm como vantagem “unir forças, qualificar serviços prestados, racionalizar esforços e potencializar o papel de cada um, economizar tempo e recursos e evitar a duplicidade de ações”. A exemplo, o Instituto Akatu – uma ONG de São Paulo – tem em suas ações de RS parceiros pioneiros, como a Nestlé, o Bank Boston, o Banco Real, a W.K. Kellog Foundation e a HP Invent. Há também parceiros estratégicos, como a Rede Globo, o Unibanco, o Grupo Pão de açúcar e a Fundação Itaú, dentre outros.

Ashley (2002) destaca ainda que muitas empresas, acadêmicos e, principalmente, a mídia, vêm ressaltando exclusivamente a abordagem instrumental da RS como forma de melhorar a reputação da organização, identificar oportunidades e adquirir vantagens competitivas. Essa abordagem tem recebido críticas pelo fato de que as organizações parecem adotar a RS, desde que suas ações sejam calculadas, mensuradas, enfim, que possam produzir retorno para as organizações.

Ou ainda, conforme expõe Srour (2000), as organizações só realizam condutas sociais, à medida que se sintam ameaçadas de alguma maneira, seja pela veiculação de imagem negativa por questões trabalhistas de seus funcionários ou quando agridem o meio ambiente, por exemplo. Caso contrário, não realizariam tais ações e, portanto, não se sentem comprometidas com a causa. Assim, a corrida em prol da RS acontece por pressões de diversas naturezas (COUTINHO, 2002).

Face ao exposto, as organizações acabam por desencadear o falso exercício da RS, agindo de forma dúbia, ou seja, de um lado, age de forma correta, como investir numa comunidade, e, por outro, seus recursos humanos trabalham sem condições dignas ou qualquer incentivo. Muitas empresas apresentam supostas ações de RS quando, na verdade, funcionam como estratégias para maior lucratividade ganhando o apoio da mídia ou obtendo isenção de impostos.

Para esses casos, Passos (2004) vem advertir que os dirigentes precisam rever seus conceitos e suas ações, tendo em vista que não se discute sobre o papel decisivo dessas instituições na qualidade de vida das pessoas e, ainda, lembrando Duarte e Dias (1986), o lucro vem sendo fruto da junção de elementos materiais, humanos e sociais que a todos devem pertencer por direito.

Cabe ressaltar, porém, que os dois conceitos merecem destaque para que não se confundam Responsabilidade Empresarial (RE) com RS. O primeiro está centrado nas ações de obrigação da empresa para com os seus produtos, consumidores, funcionários e acionistas: perfaz as ações motivadas por instrumentos contratuais e legais dirigindo a atividade fim da empresa, o que é imprescindível para o alcance de sua produtividade e melhor desempenho financeiro. Portanto, pagar salários sem atraso, conceder benefícios aos empregados, seguir normas de qualidade nos produtos e serviços e respeitar as leis das relações de trabalho são ações de dever empresarial, sendo denominadas de responsabilidades jurídicas por estarem definidas em lei (PASSOS, 2004).

Quando tais deveres se sobrepõem ao cumprimento das responsabilidades sociais assumidas, diz-se que há apenas responsabilidades impostas. Isso ocorre pelo fato de as organizações estarem envolvidas pela lógica econômica clássica, que nos ensina a excluir qualquer responsabilidade da empresa pelos efeitos de suas ações sobre terceiros, importando sim, a racionalização das ações humanas para a obtenção do lucro (DUARTE e DIAS, 1986).

Enquanto a RE está sedimentada numa lógica econômica ligada diretamente ao resultado financeiro, a RS distingue as ações pelo escopo de atender a demandas sociais mais concretas, com o alcance de resultados fundamentalmente sociais, desmotivadas de interesses econômicos. Assim, Passos (2004) defende o dever da responsabilidade social.

Defensora também da questão humanística, esta autora argumenta que se deve dar preferência às ações que tenham reflexos mais positivos na mudança de condição de vida das pessoas, dessas que promovam educação, saúde, ofertas de novas oportunidades de emprego e geração de rendas. Quando as ações podem atender a mais de um elemento na cadeia de valores, elas devem ser as preferidas.

Revela ainda alguns critérios para avaliação de uma ação do ponto de vista da RS: a) analisar o que ela oferece aos seus empregados, além dos salários; b) comparar seu investimento em obras sociais com relação a seu patrimônio e lucratividade; c) analisar a satisfação dos colaboradores e de seus clientes; d) analisar a relação da empresa com seu meio ambiente; e) avaliar a qualidade da relação da empresa com a comunidade (PASSOS, 2004).

Passos (2004) cita como exemplo uma organização cujas ações atendem ao princípio de empresa socialmente responsável: a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), concessionária de serviço público de energia elétrica, terceira maior distribuidora de energia elétrica do país, em número de clientes, atendendo a 3,6 milhões de pessoas.

Por prestar um serviço essencial, a Coelba se relaciona com a comunidade buscando sempre maximizar qualidade do fornecimento de energia e aumentar a satisfação dos clientes. O compromisso com o desenvolvimento da sociedade está expresso em sua missão e ratificado em suas realizações (COELBA, 2006).

Tendo publicado balanços sociais por pelo menos cinco anos e tendo recebido diversos prêmios em decorrência de suas ações sociais, a empresa, conforme Melo Neto e Fróes (2004) está incluída no paradigma de RS. Para mensurar seus resultados, a empresa utiliza-se como um dos parâmetros, além dos indicadores do instituto Ethos, o ranking do prêmio ABRADÉE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - de RS. Baseado nesse último, a empresa obteve 3.086 pontos dos 3.875 possíveis.

A empresa possui o programa de valorização do aposentado, incentivando sua participação em oficinas de ioga, hidroginástica, palestras de autoconhecimento e bem-estar físico e outros programas relacionados à saúde e à qualidade de vida. Desenvolve também campanhas *anti-stress*, antifumo e ginástica no trabalho, dentre outras atividades. Na área ambiental, a COELBA (2006) adota princípios básicos de preservação do meio ambiente: (1) assegurar que os fornecedores de serviços e produtos adotem procedimentos ambientais compatíveis com os praticados pela COELBA; (2) melhorar continuamente o desempenho da gestão ambiental; (3) manter canal permanente de comunicação com as partes interessadas, internas e externas, sobre as questões ambientais; (4) participar de projetos de pesquisa e inovações tecnológicas que resultem no uso eficiente dos recursos naturais.

Como esta, outras organizações brasileiras, nacionalmente reconhecidas, sobressaem-se na área de atuação da RS, são elas:

(1) a Natura, com 36 anos de existência, as ações sociais estão engajadas na educação de jovens e adultos que englobam projetos, tais como: o CRER para VER e ainda está comprometida com a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, a empresa adquiriu o selo Amigo da Criança pela Fundação Abrinq. A Natura assume que uma empresa ambientalmente responsável deve acompanhar suas atividades de maneira a identificar os impactos sobre o meio ambiente, buscando minimizar os impactos negativos e ampliar os positivos. Deve agir para a manutenção e melhoria das condições do meio ambiente, minimizando ações próprias potencialmente agressivas ao meio ambiente e disseminando para outras empresas as práticas e conhecimentos adquiridos na experiência da gestão ambiental (NATURA, 2006).

(2) a Petrobrás (setores cultural, ambiental e educacional) tem como uma de suas prioridades sociais o Programa de Gestão de Fornecedores (PROGEFE) que visa analisar as atividades dos mesmos em relação às atividades sociais e ambientais e disseminar os conceitos e preceitos da RS (Ambiental) Corporativa, num esforço de relacionamento com um importante grupo de *stakeholders* da companhia. Além disso, essa empresa aderiu ao Pacto Global da ONU – Organização das Nações Unidas - passando a arcar com o compromisso de disseminar a prática dos 10 princípios (baseados em direitos humanos, condições de trabalho, proteção do meio-ambiente e combate à corrupção) no meio empresarial, em todo o mundo, e ainda catalisar suas ações para dar suporte às iniciativas da ONU (PETROBRÁS, 2006).

Dentre as empresas e organizações brasileiras mais conhecidas que também aderiram: Avon, Banco Itaú, Belgo Mineira, Copel – Companhia Paraense de Energia, Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Furnas Centrais Elétricas, Grupo Abril, Indústrias Klabin, Natura Cosméticos S/A, Organizações Globo, Pulsar Informática, Samarco Mineração, Shell Brasil, Telemig Celular, Instituto Ethos e Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

(3) Bradesco: detentor da fundação Bradesco, que é pioneira no desenvolvimento de programas de RS no Brasil. Essa fundação hoje é reconhecida no Brasil e no mundo com seus projetos na área de educação, o que já resultou em diversos prêmios, desde 1999. Nesse ano de 2006, a Fundação Bradesco conquistou o prêmio Top Social com o Projeto de Educação Integral, que patrocina

estudantes de todas as idades na educação básica e formação profissional. Em 2000, conquistou, dentre outros, o prêmio Darcy Ribeiro de Educação, por ser considerada a entidade que melhores serviços prestou à educação no país, num reconhecimento à importância social de sua obra. Em 2004, recebeu o III Prêmio LIF – Liberdade, Igualdade e Fraternidade - de RSE numa menção honrosa feita à Fundação na categoria educação (BRADESCO, 2006).

Desse modo, fica explícito que, atualmente, as organizações brasileiras estão assumindo não só responsabilidades econômicas e legais que, por muito tempo, serviram de *status* e vantagem competitiva, a ponto de ganharem projeção internacional pelas certificações conquistadas, mas também suas responsabilidades éticas, morais e sociais fundamentais.

Por ser uma empresa característica de agente pluridimensional, é que seus objetivos particulares não poderão se sobrepôr aos objetivos pessoais de seus membros nem aos objetivos maiores da coletividade; por esta razão, ela tem responsabilidades que transcendem as do modelo tradicional dos fundamentalistas. Assim, cada uma das dimensões deve ser vista com maior abrangência: a) pessoal: a empresa compõe-se de pessoas que querem e devem ser vistas como tal; b) social: o homem só vive em sociedade, sendo impossível a absoluta separação entre sua realidade pessoal e sua realidade social; c) política: a impossibilidade absoluta entre o interesse público e o particular exige a permanente participação de um poder maior com a tarefa de conciliar um e outro; e d) econômica: a função específica que legitima sua existência e atuação no seio da sociedade é de natureza econômica (DUARTE e DIAS, 1986).

Por tudo que foi exposto, depreendeu-se que o convívio da responsabilidade econômica é compatível com a RS, conforme explicou Ashley (2005), no entanto, depreende-se que a prática de RS, dentro da concepção de Passos (2004), deve se estabelecer em paralelo às atividades produtivas das organizações, mas não inseridas em suas atividades como meio para alcance de seus fins econômicos.

Em síntese, pode-se compreender que, para Passos (2004), a RS está interligada com ações espontaneamente empreendidas para promover o bem-estar coletivo, havendo conseqüências diretas para o desenvolvimento sustentável, devendo ainda estar regida por códigos e princípios, que dirijam tais ações, a fim de

seguir uma linha de coerência entre ação e discurso, demonstrando um compromisso verdadeiramente consciente.

1.5 Responsabilidade social e as racionalidades econômica e social

Pelo exposto no capítulo 1, concentrou-se a análise da RS, relacionada à filantropia, cidadania e ética. Convém salientar que esses relacionamentos seguem dois tipos de racionalidades, uma mais econômica e outra mais social. Torna-se imprescindível verificar os enfoques desses dois tipos de racionalidades para melhor compreensão do conteúdo do capítulo.

O processo de globalização da economia foi responsável por mudanças estruturais nas relações de trabalho no mundo todo e ainda fez surgir uma nova racionalidade econômica, baseada na forte concentração de renda que, em diversos países em desenvolvimento, como o Brasil, acarretou a exclusão social trazendo sérios problemas sociais (MELO NETO e FRÓES, 2005).

Na concepção destes autores, o problema social constitui-se num desvio entre o que existe e o que deveria existir ou ainda a diferença entre o que deveria ter alcançado e o que foi alcançado. A importância do problema social encontra-se associada à extensão dos seus efeitos, quais sejam, por exemplo, desnutrição, aumento dos índices de mortalidade, violência, analfabetismo, pobreza, dentre outros, que afetam a população brasileira (MELO NETO e FRÓES, 2004).

Acrescido a isso, Morin (2005) destaca a crise de fundamentos éticos no mundo ocidental e entende que o sentido da responsabilidade reduziu-se, assim como o sentido da solidariedade enfraqueceu. O autor reforça que essa crise é produzida pelo aumento da deteriorização do tecido social; dissolução da responsabilidade na departamentalização, na manutenção de burocracias das organizações; no hiperdesenvolvimento do princípio egocêntrico em detrimento do princípio altruísta - aquele em que os próprios interesses são sacrificados em prol de outros.

Aliada à questão dos impactos da globalização, a política social brasileira carece de uma gestão social eficiente, pois a falta de investimentos não é fato gerador de agravamento dos problemas sociais no Brasil. Pois, em termos da quantidade de recursos aplicados, coloca o Brasil, que “destina 20,9% do seu Produto Interno Bruto – PIB, para gastos sociais (âmbito federal, estadual e municipal) como líder em investimentos sociais na América Latina, onde a média é de 12,5% do PIB” (MELO NETO e FRÓES, 2004, p. 60). A questão é a falta de foco – mau direcionamento dos recursos – e a baixa persistência de seus efeitos. “O Brasil direciona pouco os recursos para a parte da população considerada genuinamente pobre” (NÉRI, 2000, p. A-3). Na percepção de Santos (2000, p. 66) vê-se semelhante argumentação:

[...] não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente a serviço da economia dominante.

Para melhor entendimento das alterações na configuração da racionalidade econômica tradicional passando para a nova racionalidade econômica, a globalização, expõe-se Quadro resumo a seguir:

Racionalidade Econômica Tradicional	Nova Racionalidade Econômica
Principal agente: o Estado e as empresas nacionais	Principal agente: as empresas transnacionais e multinacionais
Definida no espaço nacional	Definida em termos globais
Fortalece o sistema econômico nacional	Fortalece o sistema econômico mundial
O núcleo decisório está no Estado	O núcleo decisório está fora do Estado
Domínio do político sobre o econômico	Domínio total do econômico
Emergência de movimentos sociais	Desaparecimento dos movimentos sociais
Baseia-se na idéia de solidariedade social	A solidariedade social perde seu fundamento econômico
Fortalecimento das forças sociais	Enfraquecimento das forças sociais
Prevalece a visão macroeconômica baseada em políticas públicas	Prevalece a visão de mercado baseada nas estratégias das empresas transnacionais e multinacionais
Maximização das vantagens relativas próprias	Maximização das vantagens tecnológicas

Quadro 4: Antiga x nova lógica econômica. Fonte: Adaptado de Melo Neto e Fróes (2004, p. 5).

Com base no Quadro acima, os autores enfatizam que, na nova racionalidade econômica, as políticas públicas perdem importância e é o mercado quem dita as regras, havendo perda de poder das forças sociais. Dessa forma, sem o Estado e sem a sociedade, subjugada pelos interesses das empresas e pela visão do mercado, os problemas sociais agravam-se mais ainda.

As ações sociais migram do Estado e da sociedade para as estruturas de poder, geridas pelas empresas transnacionais e multinacionais. O Estado continua sendo importante, na medida em que é capaz de formular e implementar políticas sociais abrangentes, que atendem toda a sociedade, porém não se torna o fator determinante para as ações de cunho social.

Os rigores e os efeitos socialmente perversos dessa nova racionalidade econômica levam à descoberta de uma racionalidade social. Embora essa nova racionalidade, pretenda fazer uma distinção entre interesses públicos e particulares, nem sempre referida distinção pode ser feita de modo suficientemente claro. Tal separação de esferas só seria benéfica se os homens fossem capazes de conciliar, por si sós, o interesse pessoal com o coletivo, o que tem se mostrado utópico, conforme demonstram a história e a evidência empírica (DUARTE e DIAS, 1986).

Conforme esses autores, as empresas são também afetadas por essa nova ordem pelo fato de que se vive numa realidade sistêmica, em que os aspectos de mudanças de um setor não afetam somente uma parcela ou aspecto da sociedade, mas numa interação global. Todos os subsistemas básicos transformam-se ao mesmo tempo, sendo forçados a acompanhar mudanças, adaptando procedimentos, redefinindo posições e estabelecendo novos objetivos. Desse modo, as mudanças de um interfere nas dos outros e essas nos sistemas maiores.

Considerando que uma crise social representa uma constante ameaça para a produtividade das empresas inseridas num sistema, surge a nova racionalidade social como saída para atenuar os efeitos da lógica econômica globalizante, dando chance à prática da solidariedade empresarial. Sendo assim, a empresa torna-se o foco irradiador da solidariedade e não a sociedade, de maneira que cada unidade produtiva da empresa interage com a comunidade mais próxima, preferencialmente situada em seu entorno.

Melo Neto e Fróes (2004) revelam as características da racionalidade social: a) as empresas são os principais agentes; b) foco é na comunidade e não na sociedade; c) ênfase na prática da solidariedade empresarial e não local ou regional; d) desenvolvimento da comunidade a partir das ações sociais empresariais e) a empresa é tida como grande investidor social, e não o Estado ou a sociedade. As empresas descobriram a RS como uma saída para o impasse, gerado por um Estado fragilizado e um país de classe política impotente, associados a uma sociedade em estágio de apatia social (baixa solidariedade, baixa consciência social, baixa mobilização social). A seguir, os aspectos das duas racionalidades, a econômica e a social, que devem interagir numa “compensação” constante:

A Racionalidade Econômica	A Racionalidade Social
Gera desemprego	Cria novos empregos e atua no ambiente da inserção social
Desmobiliza e enfraquece a sociedade	Fortalece e desenvolve a comunidade, que é uma forma de exercer o controle sobre a mobilização da sociedade
Dissipa valores da racionalidade	Enfatiza os valores comunitários no exercício da cidadania
Ao valorizar o mercado, marginaliza o interesse social	Tenta atenuar este processo pelo fortalecimento da coesão comunitária e da solidariedade social local
Neutraliza a ação do Estado, enfraquecendo-o	Recupera o prestígio do Estado, fortalecendo o governo, em nível local e regional, na condição de parceiro das empresas e da comunidade em suas ações sociais.
Destrói valores da cidadania	Ao reforçar os elos da empresa com a comunidade, contribui para o desenvolvimento social, reforça e cria os valores da cidadania local e regional
Valoriza o capital intelectual	Valoriza o capital moral-ético e social

Quadro 5: Racionalidade econômica x racionalidade social.

Fonte: Adaptado de Melo Neto e Fróes (2004, p. 10-11).

Em consonância com as características da racionalidade social, uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, no período de 1999 a 2003, nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, revelam algumas das conclusões do estudo: a) maior comprometimento do setor empresarial com as questões sociais; b) a conscientização do empresariado ganhou amplitude nacional; e c) é cada vez maior o número de universidades, instituições, municípios, pessoas físicas e governos federal e estadual que se junta às empresas na implementação de suas ações socialmente responsáveis (IPEA, 2003).

Ainda sob o âmbito das empresas brasileiras, baseado numa amostra de 273 empresas de 51 cidades brasileiras, o GIFE - Grupo de Instituições, Fundações e Empresa - aponta a preferência das empresas por tipos de ações sociais: 56% investem em apoio a programas sociais (em geral crescem os programas voltados para crianças carentes); 36% em doações de recursos – as doações constituem a base conceitual do exercício da RS no Brasil e no exterior, ocupando destaque entre as ações sociais empresariais; 21% operam com projetos sociais, o que já é considerado um avanço na gestão da RS das empresas brasileiras; 48% têm empregados que são voluntários - esse dado aponta um crescimento nas ações de voluntariado; e 23% oferecem outras formas de apoio (GIFE, 2004).

Nesse item, tratou-se de discutir as características do novo contexto social em que as empresas assumem decisivamente ações sociais. A razão disso é que seres humanos vêm pagando alto preço por terem as organizações se conduzido pela razão instrumental, como a insegurança e o mau uso das riquezas naturais. Mas, esclarece Ramos (1989), que a racionalidade instrumental não é a única possibilidade objetiva de orientar ações e decisões dos homens, existe uma outra racionalidade, a substantiva, que, mesmo sem desqualificar a instrumental, a transcende porque trata o ser humano não como máquina interesseira, mas como ser capaz de se emancipar e criar espaços para que o outro também se emancipe.

Para Duarte e Dias (1986), não é difícil perceber o quanto a filosofia da RS é inovadora e revolucionária, pois essa significa o início de um novo tempo, no qual, para não se perpetuarem as injustiças do sistema capitalista, a sociedade não precisa correr o risco de abdicar da iniciativa. A doutrina da RS, se bem entendida e posta em prática, representa um ponto de partida para a humanização da economia.

Devido à prática de ações sociais, as organizações já vêm estruturando-se internamente para que essas ações possam ser aprimoradas, visando uma melhor produtividade, obtendo o reconhecimento da sociedade. Atuar no contexto da racionalidade social, em consonância com interesses econômicos, fez com que algumas dessas instituições agissem de forma estratégica na pretensão de alcançarem seus objetivos.

1.6 Responsabilidade social: uma ação estratégica

Diversas organizações não - governamentais, centradas no conceito de RS, foram criadas, dentre elas, o Instituto Ethos de RS, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Observatório Social – IOS. Todos eles, em geral, com a missão de mobilizar, sensibilizar e auxiliar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, estabelecendo padrões éticos de relacionamento, gerando uma imagem pública aceita.

Organismos dessa natureza funcionam como fontes de consultas obrigatórias para as empresas que desejarem obter êxito nessa área e avançar no conceito ultrapassado da filantropia para uma participação mais cidadã. Para ilustrar algumas ações que visam desenvolver e aprimorar a RS no Brasil, destaca-se o Selo Empresa Cidadã e da Economia de Comunhão, uma iniciativa do Movimento dos Focolares. Pela caracterização de Silva (2000), a Economia de Comunhão representa um grupo de empresários orientados por princípios morais e éticos cristãos, os quais reconhecem que o mais importante não é o lucro pelo lucro, mas ter uma atividade que gere emprego, decência na relação com os usuários de seus produtos e investimentos sociais.

Assim, como fruto de valioso desempenho de empresas nacionais, colheram-se as primeiras certificações, duas empresas receberam certificação social a ISO para a área social são elas: a Avon cosméticos, merecedora da *Social Accountability* – ou RS SA 8000 - esta norma focaliza, principalmente, a busca de fornecedores éticos, aumento da cadeia produtiva socialmente responsável. Aborda ainda questões sociais e aspectos éticos dos negócios da empresa e de seus fornecedores, por meio de nove itens: exploração do trabalho infantil e da mão-de-obra fabril, saúde, segurança, discriminação dentre outros. A Petrobrás, contemplada com a certificação *British Standards BS 8800*, que versa sobre serviço social básico, mais especificamente sobre sistema de gestão da segurança e da saúde no trabalho (MELO NETO e FRÓES, 2005).

O certificado garante aos consumidores que a empresa implementou ações internas necessárias a assegurar os direitos humanos básicos de seus funcionários

e que sua gestão se encontra preparada para essa responsabilidade. Conforme esses autores, as premiações vêm servindo como diplomas de cidadania organizacional e RS.

Assim, qualquer organização que siga os compromissos da dimensão social do desenvolvimento sustentável pode ser considerada responsável socialmente. No entanto, uma organização não passa a ser socialmente responsável de uma hora para outra, exigem-se, sim, para tanto, mudanças profundas em várias dimensões da organização.

Faz-se oportuno lembrar que a RS é uma ação de base estratégica ao buscar retornos institucionais, conforme Melo Neto e Fróes (2004) destacam no primeiro capítulo.

Embora pesquisas demonstrem que as empresas brasileiras investem mais na área social do que se possa imaginar, outras pesquisas indicam que as empresas realizam tais investimentos, muitas vezes, sem planejamento que procure adequar às suas estratégias de negócios. Adverte Coutinho (2002) que, desse modo, a organização poderá ser prejudicada quanto à sua imagem, justamente por criar expectativas por parte de seus *stakeholders* (não apenas acionistas e consumidores, mas a comunidade).

Somado a isso, o autor revela que os pesquisadores parecem não ter encontrado formas mais consistentes de medir os efeitos do social para os *stakeholders*, de forma integrada ao efeito econômico. Sabe-se, porém, que há uma correlação positiva e uma vasta literatura tem apoiado a visão instrumental, auxiliando as organizações no uso de ferramentas ajustáveis à nova dinâmica econômica a favor da sociedade.

Diante desse cenário, Macedo-Soares (2000) criou um modelo integrativo para ajudar as organizações na sua adequação estratégica. Nesse modelo, o autor expõe que a empresa é um sistema equilibrado, tornando-se por isso fundamental perceber a “relevância da congruência de variáveis independentes e dependentes para o bom resultado da estratégia” (MACEDO SOARES, 2000, *Apud* COUTINHO, 2002, p. 83).

As variáveis independentes referem-se a fatores que são decisivos para o desempenho organizacional, tais como: ética pessoal, geração de caixa, cultura organizacional, comunicação, tecnologia da informação, fatores tecnológicos e

físicos; as dependentes, que resultam da gestão das independentes: como exemplos têm-se a qualidade percebida do produto e serviço, ética empresarial e meio ambiente.

O modelo é útil ao confrontar as condições existentes na organização com os parâmetros desejáveis para elas. As diferenças encontradas em cada uma das variáveis servirão de referência para a elaboração de um plano de ação referente às mudanças necessárias, ao alcance da RS estratégica, como parte integrante do planejamento estratégico da empresa. O planejamento conduz a empresa a aproveitar seu potencial, enfatizando pontos fortes, reduzindo fraquezas, bem como atingindo melhores resultados a curto, médio e longo prazos.

O processo descrito favorece o alinhamento da estratégia global da organização com a estratégia de RS, pois o modelo enfatiza referências e questões relativas à responsabilidade social estratégica (*strategic social responsibility - SSR*).

Pessoa (2005, p. 7), responsável por implantar o Instituto Ethos na Bahia, contribui ao afirmar que “num primeiro momento para a empresa o ideal é ter o envolvimento da diretoria estratégica” para inserir o programa de RS, pois se o gestor acredita nessa idéia, então vai imprimir na organização todo o conceito. E o programa de RS segue a tendência de dar certo. Sob a perspectiva de que o movimento tenha origem em outras áreas, o autor acredita tornar-se mais difícil a disseminação da concepção da RS.

O que a literatura pretende chamar a atenção com os argumentos de estudiosos do tema é que, muitas vezes, uma empresa, por não realizar uma adequação estratégica que requer necessariamente um planejamento para aplicação da responsabilidade social estratégica, pode comprometer o próprio resultado da organização.

A exemplo do exposto, uma organização que não exerce a cultura de gestão participativa (variável independente) inviabiliza a inserção da RS por não dispor de competências (capacidades organizacionais) para incorporar princípios e valores ou, quando os estabelece, verifica-se distanciamento entre a teoria e a prática. Isso acontece pela falta de enraizamento da própria missão e valores da organização nos processos e sistemas organizacionais, isto pode ser facilitado caso a organização

monte seu próprio código de ética e estabeleça diretrizes por meio da participação de funcionários.

Sob a ótica de que a organização é um sistema complexo que funciona de forma interativa com suas partes, toda e qualquer alteração em cada uma das partes afeta direta ou indiretamente na eficiência e eficácia de seus processos. As mudanças, por isso, devem ser introduzidas com o ajuste necessário a cada parte integrante, pois, conforme Ashley (2005, p. 70), o conceito de RS tendo sido difundido nos Estados Unidos e Europa, “está imerso em outros aspectos reais e culturais,” o que impossibilita uma adaptação direta ao cenário brasileiro.

Coutinho (2002) salienta que é imprescindível para a empresa enfrentar uma mudança de paradigma cultural e de gestão e não apenas a inclusão de intenções socialmente responsáveis na atual estratégia de negócios da empresa. Barbosa (1992) explica que há inegavelmente o conflito entre dois valores culturais: o da integridade e o do oportunismo, isto é, o conflito entre dois traços culturais enraizados: a valorização da idoneidade nas relações sociais e, de outro lado, a lógica do “jeitinho” brasileiro. A última refere-se ao indivíduo que procura fazer valer de interesses próprios, utilizando-se, face à oportunidade, até mesmo de meios escusos.

Pelo exposto, é possível inferir que a RS não pode comungar com a cultura do improviso ou do jeitinho que predomina no Brasil, visto que as decisões para uma ação de RS efetiva devem obedecer ao pressuposto básico de contemplação da ética; do contrário as ações ficam suscetíveis de beneficiar uns em detrimento de outros, dando margem para o cometimento de injustiças sociais.

Exatamente em razão desses traços culturais, argumenta Ashley (2005) que é comum se afirmar que as teorias e práticas administrativas mais modernas e eficientes são de difícil aplicação no Brasil.

Por outro lado, a prática mostra-se mais desenvolvida, em alguns exemplos brasileiros, os quais demonstram avanço de mentalidade organizacional, pois a preocupação em se estabelecerem sólidos princípios de responsabilidade corporativa, dentro das organizações, faz-se presente e não se restringe às empresas multinacionais que atuam no Brasil. Cada vez mais, organizações brasileiras, tais como: Natura, Boticário e os bancos Itaú, Banco do Brasil, Unibanco

e Bradesco, conduzem suas atividades somando ações sociais que agem diretamente nas comunidades, envolvem-se na temática do meio ambiente e criam, como no caso do ABN *Amro Bank* /Banco Real, uma diretoria de RS com o intuito de impulsionar e organizar melhor as ações socialmente responsáveis.

Muitas instituições educacionais disponibilizam ainda a formação de profissionais em gestão social, mantendo em suas grades curriculares disciplinas e residência social obrigatórias. De acordo com a autora, as pessoas cumpridoras de suas tarefas precisam da consciência do que fazem e por quê. “A profissionalização de, pelo menos, parte da equipe, de acordo com Fischer (2005, p. 7), é importante para o domínio da linguagem do tema”, e mais ainda por ser a RS um conceito solto e sujeito a muitas interpretações como a de estar voltada para o assistencialismo, a de obrigação legal ou ação específica de ONGs etc .

Torna-se relevante considerar que algumas pessoas envolvidas com a RS tenham oportunidade de sistematizar um corpo de conhecimento e que isso se faça de maneira formal. Sob esse prisma, vê-se que as organizações modernas carecem de profissionais motivados, comprometidos, cientes e conscientes de suas tarefas e responsabilidades, capazes de interagir com o meio ambiente intra e extra-organizacional.

Neste item tratou-se, mais especificamente, da RS como um conceito de base estratégica por considerar retornos institucionais, porém, no Brasil, embora algumas organizações invistam no campo social, há aquelas que o fazem sem planejamento. É imprescindível o envolvimento da diretoria estratégica como forma de disseminar o conceito da RS por toda a organização, mas isso não é suficiente se não vier acompanhado de mudanças na gestão e no padrão cultural da mesma.

1.7 Balanço social

A concepção de empresa que tem como função primeira a geração de lucros para seus acionistas e proprietários está se enfraquecendo. As razões para isto são de que, princípios e valores éticos estão sendo cada vez mais absorvidos por sua cultura organizacional, dando vazão a uma ótica mais humanística e menos individualista para os objetivos dessas organizações. Com isto, suas práticas vêm

agregando valor à sociedade, como é o caso das empresas já citadas anteriormente. Diante desse novo comportamento mais humanista das organizações, novas metodologias de demonstrativo de resultados e de avaliação de desempenho estão surgindo para complementar os modelos tradicionais de mensuração dos âmbitos econômico-financeiros, é o balanço social responsável por informações da dinâmica sócio-ambiental.

O Balanço Social é um documento no qual a empresa relata a todos os grupos de interesse quais foram suas ações nas áreas, como saúde, educação, esportes, lazer, meio ambiente, treinamento de recursos humanos e outras interações com o meio ambiente em que estiverem inseridas, além de registrar o custo dessas ações em termos monetários. Sob tal perspectiva, “o Balanço Social passa a ser um importante instrumento de gestão e informações de caráter econômico e social” aos usuários dos sistemas de informações contábeis, incluindo seus empregados (RAZZOLINI e PEREIRA, 2004, p. 4).

A dinâmica social referida acima tem duas origens: a primeira corrente, de origem francesa, privilegia a satisfação dos empregados no trabalho, o bem-estar de seus dependentes e defende a participação do empregado na gestão da empresa. A segunda corrente, americana direciona o foco no desenvolvimento da comunidade em que a empresa atua, devendo essa prestar auxílio para a geração de emprego e renda e à preservação do meio ambiente e proporcionar também o desenvolvimento tecnológico. Esta corrente, portanto, abrange os dois ambientes: o interno e o externo, sendo que, no Brasil, prevalece, esta última, a corrente americana (MELO NETO e FRÓES, 2004).

No início do século XX, já se notavam movimentos em prol da RS das empresas. No entanto, foi somente a partir dos anos 60, nos Estados Unidos da América, e no início da década de 70, na Europa - particularmente na França, Inglaterra e Alemanha - que a sociedade deu maior ênfase à cobrança da RS das empresas e, a partir disso, consolidou-se a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais (BALANÇO SOCIAL, 2006).

No Brasil, a idéia começa a ser discutida, ainda nos anos 60, com a ADCE, ao tempo em que essa abrangia a função social das empresas. As discussões foram motivadas por suas idéias, mas só em 1977 elas ganharam maior destaque, pois

foram adotadas como tema central de debates no 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas.

Colhendo frutos desses debates, o Brasil publicou seu primeiro Balanço Social, feito em 1984 pela empresa estatal situada na Bahia, a Nitrofertil. No mesmo período, a Telebrás realizou seu Balanço Social, com publicação em meados da década de 80. Em seguida, foi a vez do Banespa, na década de 90, que completou a lista de empresas pioneiras dessa metodologia no Brasil. Mais adiante, em 1997, essa prática ganhou força no Brasil pela contribuição do sociólogo e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (IBASE), Herbert de Souza, o Betinho, que associou o Balanço Social à demonstração da responsabilidade pública e cidadã das organizações (BALANÇO SOCIAL, 2006).

Tão importante foi a atuação do sociólogo nessa causa que, para dar prosseguimento a todo seu esforço, ainda fez, como o último e grande desafio, um seminário em setembro de 1998, em que destacou a importância do reconhecimento e fortalecimento do "Selo Balanço Social" que vem sendo fornecido pelo IBASE às empresas que publicam seu Balanço Social anualmente. Conseguiu mobilizar grandes empresas, como a Petrobrás e o Jornal Gazeta Mercantil, que atuaram como parceiros nesta empreitada. Em resposta ao seu esforço pela "causa do Balanço Social", já no início dos anos 90, começaram a surgir os primeiros investimentos sociais significativos no meio empresarial; mas só na segunda metade da década de 90 é que o Balanço Social teve as primeiras iniciativas.

Sendo cada vez mais comum a utilização do Balanço Social no Brasil, parece que a região que mais se destaca é o Estado de Minas Gerais, pois "suas empresas prestam contas de suas ações sociais para seus acionistas e para o público em geral" (MELO NETO e FRÓES, 2004, p. 124- 125). Porém, a utilização desse documento pode ser encontrada em outros segmentos, como o das instituições de ensino superior, como exemplos: 1) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ), 2) Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL - SC), 3) Universidade Católica de Salvador e 4) Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS - RS). Nas três primeiras, não há utilização de um modelo padrão de Balanço Social, mas relatórios que discriminam os projetos da instituição com dados quantitativos. A UNISINOS utiliza-se do modelo do IBASE (anexo 1), que é específico para o terceiro setor, visto que ainda não há um modelo construído

especificamente para o segmento das IES, disponibilizando-o ainda no *site* de sua *home page*, na internet. O Balanço Social dessa instituição vem sendo realizado desde 1998, nele, a instituição divulga todas as iniciativas e condutas sociais em relação aos seus públicos interessados (alunos, professores, funcionários, meio ambiente, fornecedores, comunidade e governo), inserindo ainda a política de relacionamento da instituição e os valores quantitativos. Constam como partes de seu Balanço (UNISINOS, 2006).

- a) identificação, origem e aplicação dos recursos;
- b) indicadores sociais internos que são as ações e benefícios para funcionários;
- c) projetos, ações e contribuições para a comunidade;
- d) indicadores sobre o corpo funcional;
- e) qualificação do corpo funcional;
- f) informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social;
- g) demonstração de valores.

Segundo Calderón (2005), a Universidade Metodista de São Paulo relata na abertura de seu Balanço Social de 2003 que esse instrumento muito mais do que uma prestação de contas é considerado, atualmente, um dos mais importantes instrumentos de diagnóstico e gestão. Isto acontece em razão de se conseguir agrupar informações relevantes sobre o papel social da organização, permitindo ainda acompanhar a evolução e a melhoria de seus indicadores ao longo do tempo.

Atualmente, a publicação do Balanço Social é obrigatória por lei na França e em países, como os Estados Unidos, Bélgica e Alemanha. Ela acontece por exigência da própria sociedade, sendo que, no Brasil, tramita ainda na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 032/99, que cria e torna obrigatório o Balanço Social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas a partir de cem empregados (BALANÇO SOCIAL, 2006).

Em não havendo a obrigatoriedade legal nem normas contábeis para definir sua elaboração, a maioria das organizações tem publicado Balanços Sociais sob a forma de relatório (RAZZOLINI e PEREIRA 2004), por vezes seguindo modelos concedidos e incentivados por entidades como o IBASE, cujo modelo independe do porte ou setor mais específico de atuação da instituição (SUCUPIRA, 2003). Para este autor o Balanço Social representa:

[...] um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade onde está inserida. Através dele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta (SUCUPIRA, 2003, p. 1).

Diante do exposto, para Batista (2000), o Balanço Social deve ser um instrumento de motivação tanto para o empresário, como para seus colaboradores. Para o empresário, em razão de que ele deve estar pronto a aperfeiçoar constantemente o seu comportamento social; para os empregados, porque tomam conhecimento das ações realizadas em seu benefício como concessão de bolsas de estudo, refeições, assistência médica e transporte, tornando-os mais motivados.

Quanto ao público externo, a divulgação do Balanço Social reverte em benefícios diretos para as organizações, tais como: conquista de lealdade dos clientes e retorno de imagem, caso contrário, essas empresas não encontram mais espaço para agir no mercado, restringindo cada vez mais suas operações. Esse fato pode ser comprovado quando acontece das pessoas “boicotarem” as empresas que exploram o trabalho infantil ou que poluem o meio ambiente. Isso vem ocorrendo também por força das legislações de países estrangeiros que se ausentam de qualquer negociação com empresas (GRAJEW, 2004).

Segundo Kroetz (2000), com o Balanço Social, é possível identificar a qualidade das relações que as organizações mantêm com seus funcionários, com o meio ambiente e com a comunidade, quantificando-as sempre que possível. Assim, semelhante ao Balanço Contábil, o Balanço Social necessita estar baseado em dados reais e mensuráveis para que mereça credibilidade.

Para fins de sua elaboração, a premissa é semelhante, relativo aos dados que, inseridos na demonstração do Balanço Social, de caráter qualitativo ou quantitativo, independentemente da relevância dos investimentos tangíveis ou intangíveis; a validação dos elementos dar-se-á, em todo caso, via contabilidade. De outro modo, o Balanço Social é visto como mero instrumento ilustrativo de autenticidade questionável ou de *marketing* (BATISTA, 2000).

Dentre os itens de natureza qualitativa do Balanço Social destacam-se: 1) elementos que são denominados de conceitos – chave, pois estes revelam como a organização compreende a RS; 2) os valores sociais ditos essenciais – relacionados à visão estratégica, pois a filosofia social deve ser percebida como parte da filosofia de negócios; 3) as áreas de atuação da empresa – correspondem aos setores investidos; 4) os beneficiários – os chamados *stakeholders*, a comunidade e, por fim, 5) deve-se fazer referência aos planos, projetos e programas na área social (MELO NETO e FRÓES, 2004).

Em síntese, a perspectiva do Balanço Social é positiva, quando serve de motivação para aprimoramentos constantes das organizações que compõem o setor produtivo, desde que estejam sendo elaborados por força de princípios de cidadania e valorização do homem como elemento central de qualquer atividade; porém o risco que se corre é de tangenciar os objetivos primeiros para uma versão maquiada e manipulada com fins de retornos, a curto prazo, meramente de caráter mercadológico, atendendo a interesses particulares e de encontro ao coletivo.

CAPÍTULO 2. ÉTICA: PRESSUPOSTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Este capítulo faz uma revisão literária da ética desde sua concepção filosófica de base especulativa até a ética científica de base sistematizada tendo recebido influência de diversas áreas do conhecimento como a psicologia e a sociologia. Tratou-se ainda de diferenciar a moral da ética e discutir sobre a importância da inserção da ética nas organizações, em especial, nas universitárias, pois, como teoria explicativa, encarrega-se de guiar as condutas dos homens por meio dos princípios incorporados, com base no estudo da moral vigente.

A ética está cada vez mais presente nas organizações, seja por pressões externas de uma sociedade, ou pelo desenvolvimento de uma consciência crítica pessoal, baseada na perspectiva de aperfeiçoar os níveis de relacionamento humano. O fato é que, numa sociedade estruturada por uma rica rede de relações e intercâmbios culturais, a ética deve vigorar como instrumento de controle e sua adesão deve ser constantemente motivada.

2.1 Evolução conceitual da ética

Srouf (2000, p. 35) apresenta dois tipos de ética: a ética filosófica e a ética científica. A ética filosófica buscou, a todo tempo, instituir princípios válidos universalmente para a boa convivência na sociedade, acreditando que o bem moral é o padrão perfeito para o ser e o agir, para tanto buscava a inspiração no pensamento racional, em Deus ou na natureza.

A ética filosófica evoluiu para a ética científica tendo como auxílio o desenvolvimento de outras áreas, como a psicologia, a história, a antropologia e as ciências sociais, as quais compartilharam conhecimentos significativos para o estudo da moral. Nessa dinâmica, afirma Vázquez (VÁSQUEZ, 2003, p. 26) “não se justifica mais uma ética puramente filosófica, especulativa ou dedutiva, divorciada da ciência e da própria realidade humana moral”, podendo agora estudar os atos morais cientificamente, de forma sistemática, objetiva e racional como qualquer outra área.

Em face dessa exposição, a ética científica não estabelece os princípios aprovados que as organizações seguem, tampouco cria a moral prevalecente numa sociedade, mas, ao se deparar com os comportamentos morais em vigor, assume a

missão de investigar e estudá-los buscando explicar suas origens. Ou ainda, os motivos de sua diversidade, clarificando sem, contudo, realizar julgamentos sobre as morais de outras épocas (VÁZQUEZ, 2003). Nessa abordagem, a ética firma-se como uma teoria de caráter científico, baseada no método e na abordagem do objeto, sendo este último, a moral.

Arruda *et al* (2003, p. 42) afirma que a ética “tem como objeto de estudo os atos humanos livres e deliberados, e se conceitua como parte da filosofia que estuda a moralidade desses atos, pois cabe sempre a dúvida sobre o que é o bem e o mal”. Com o *status* de ciência, afirma Passos (2004, p. 22), a ética torna-se “examinadora da moral” e visa justificar os valores morais estabelecidos, desde que esses não prejudiquem a terceiros.

Assim, num primeiro momento, a ética detém a compreensão de uma teoria filosófica de base especulativa, compreensível, quando situada sob determinado ângulo: o da ética normativa. Essa, sim, presta-se a fazer recomendações, formular normas e prescrições morais, como os códigos universais, portanto, como disciplina teórica, constituinte do pensamento filosófico, desde Sócrates, na Antiguidade, a ética universal predominou numa época em que não se tinha ainda produzido o conhecimento científico e a filosofia ocupava-se praticamente de tudo.

2.1.1 A ética na literatura grega

Sócrates (469-399 a.c), o pai da filosofia moral, é considerado marco, de modo que todos os pensadores antecedentes são identificados como pré-socráticos. Em sua trajetória, dedicou-se à busca da verdade, colocando como questão central de sua ética filosófica a felicidade. Para ele, esta se define em proceder bem e ter uma alma boa afastando para tanto as falsas virtudes. O homem, conhecendo o que é o bem, não pode deixar de praticá-lo (conhecer para agir com retidão). Para o filósofo, o sujeito, antes de querer conhecer o mundo, deveria conhecer a si mesmo (VÁSQUEZ, 2003). Assim, para ele, as questões morais são problemas que devem ser tratadas à luz da razão e não como convenções influenciadas pelas

circunstâncias. Para ele o sujeito ético moral é aquele que tem consciência de seus atos, fixando limites em que os deveres morais podem ser instituídos.

Na corrente platônica, Platão (2000), discípulo de Sócrates, prega que o homem provém do mundo ideal (sensível) e para ele deve retornar, pela prática do bem, com sua inteligência (sábio), vontade e entusiasmo, retificando seus erros, mas a felicidade, embora valorizada e pregada por ambos, só é admitida por ele como possibilidade fora do mundo terreno. Com isso, a questão moral consiste na purificação e desvinculação do indivíduo do mundo material; nele, o indivíduo aprende a praticar as virtudes como razão para seu aprimoramento. Assim, conforme seu entendimento, o homem sozinho não pode aproximar-se da pretendida perfeição, sendo fundamental a interferência do Estado. Portanto, para ele, o homem é bom enquanto bom cidadão. Para ele, o homem deve guiar-se por valores, que servem para justificar decisões e condutas entendendo que só assim o sujeito pode se tornar bom cidadão (VÁSQUEZ, 2003).

No realismo de Aristóteles (384-322 a.C.), “o bem se atinge com a auto-realização do indivíduo, que é a sua felicidade (eudemonia). Esta, porém, só se alcança, se for por meio de virtudes, sendo a mais importante delas, a sabedoria” (ARRUDA *et al*, 2003, p. 25-26). O filósofo compreende a moral como um conjunto de qualidades que define a forma de viver guiando o homem para a felicidade; diante disso, a ética Aristotélica destaca-se como finalista por objetivar um fim, o de que o ser humano pode alcançar a felicidade.

Passos (2004) acrescenta que a felicidade Aristotélica é composta de vários bens, dentre eles, além da sabedoria destacada por Arruda (2003), entrariam a virtude e o prazer, de forma que, para o alcance da tal felicidade, o indivíduo deve viver conforme a razão e suas virtudes de cidadão. Destes se originam o discernimento e o autocontrole resultando numa assimetria entre desejos e habilidades. Importante frisar que Aristóteles reconhece a felicidade não como um privilégio individual, mas coletivo por argumentar que o bem individual não pode estar em discordância com o bem da sociedade.

A ética estoíca representada por Zenon (324-263 a.C.), Sêneca e Marco Aurélio baseia-se na vida virtuosa pela retidão adequada à lei natural, universal, à ordem do mundo (CÍCERO *et al*, 1973). No entendimento dos estoícos, no mundo, acontece apenas o que Deus quer e o sábio, o homem, deve aceitar seu destino.

Ter consciência de seu destino e de sua função no universo é o mais relevante; assim, a postura do sábio é aquela em que ele não se permite perturbar pelo mundo externo, controla as paixões e não se deixa dominar pelas coisas do mundo exterior.

Na ética epicurista, século IV, tem como fundador Epicuro (341-270 a.C), é lícito tudo o que leva ao prazer, porém o alcance desse prazer deve ser com domínio do sujeito sobre si mesmo (EPICURO, 1973). O domínio requer necessidade de impor limites a fim de garantir a serenidade, e o prazer considerado por este autor é o que proporciona a estabilidade, comedido, como os representados pelas “virtudes sociais” da amizade e doçura. Portanto, torna-se virtuoso o indivíduo que conhece as maneiras de se atingir o máximo de prazer com o mínimo de sofrimento físico e moral, coloca Passos (2004).

Nessa abordagem, percebe-se o homem reflexivo, crítico e desejoso de paz interior pela conquista do prazer dimensionado, pois o sujeito deve também conhecer seus limites e reconhecer até que o excesso de prazer possa comprometer o mesmo, devendo, sim, haver certa moderação. Ainda aqui, os epicuristas e gregos não discutem ou relacionam, como em Aristóteles, o bem - estar do homem ao prazer coletivo, sendo, portanto, anti-sociais, pois privilegiavam o aspecto pessoal, a determinação, a escolha primando pela liberdade.

2.1.2 A ética cristã

Pelo exposto, Passos (2004), em síntese, revela que a razão acha-se em decadência no fim do mundo grego e começo da Idade Média (séc. IV e V), período em que viveu Agostinho, que tenta resgatá-la por meio da fé. A aproximação de Deus distanciava o homem do mal. Na ética cristã, a vida moral só se concretiza totalmente quando o sujeito se eleva a uma ordem natural, pois, tendo o indivíduo se originado de Deus, sua moral deve estar orientada para ele, desse modo, a essência da felicidade recai sobre a valoração de Deus.

Mais adiante Passos (2004) relata que Tomás de Aquino considera a filosofia menos importante do que a fé, e fundamentou sua concepção moral em uma verdade transcendental, em Deus. Com isso, distancia-se de Aristóteles por

acreditar que a felicidade se encontra em Deus, enquanto Aristóteles perseguia a idéia da felicidade no homem em si mesmo, porém se aproximam quanto ao meio de se chegar à felicidade, por meio do conhecimento e da contemplação de Deus.

Entre os séculos XVI e XIX, firmou-se a Modernidade, centrada em relações capitalistas e no desenvolvimento científico, e a Igreja Católica vai perdendo sua hegemonia por conta do fortalecimento da burguesia. Na ética moderna, ocorreram mudanças que revelaram novas expressões e idéias humanas, havendo a separação de tudo o que a Idade Média havia promovido para a união. Como exemplo: a) a natureza separa-se de Deus, b) a razão separa-se da fé, c) o Estado separa-se da Igreja, d) o homem separa-se de Deus. Desse modo, o sujeito surge como absoluto, reinando no centro da arte, da ciência e da moral, havendo, dessa forma, uma transferência de foco de Deus para o homem (PASSOS, 2004).

Os indícios dessas modificações deram-se na obra de Descartes, pois, para ele, o homem é um ser por essência racional. Ainda assim, com a capacidade de discernir o que seja verdadeiro e falso, não é todo homem que usa a razão de maneira justa (JAPIASSÚ, 2002).

A ética da simpatia ou psicologismo por Smith (1723- 1790) defende a idéia de que “a simpatia é a condição necessária e suficiente para fundamentar a moral” (ARRUDA *et al*, 2003, p. 34), explica o autor que, nela, o sujeito é aceito desde que tenha comportamento altruísta. Isso lhe garante a aprovação de seu observador, sem, no entanto, haver atenção para uma lei moral. O comportamento altruísta aproxima-se das idéias de Aristóteles.

Mais especificamente, nos séculos XVIII e XIX, ocorre uma confiança absoluta na razão, considerada, neste momento, o único critério de verdade, responsável pela emancipação do homem e pela sua realização. Tal confiança estabelece-se também na ciência como condição de progresso social e individual. O século XIX caracteriza-se como momento de crise para a filosofia, provocada pelas idéias aristotélicas de que o homem deve viver conforme a razão.

Nesse cenário, ocorre a separação entre razão e fé, surgindo o ser humano como um valor em si mesmo. A ética que surge é de tendência antropocêntrica, na qual o homem aparece como centro de tudo. Porém, mais tarde, as convicções na ciência ficam abaladas por interferência da razão tecnológica, pois os interesses do

ser humano ganharam o segundo plano. A Escola de Frankfurt surge proporcionando debates sobre o porquê das questões humanitárias estarem sendo destratadas pela ciência e o homem não estar evoluindo verdadeiramente, como se acreditava, por meio do progresso alcançado.

Chauí (2004) reconhece que os filósofos e cientistas antigos e modernos haviam apostado nos conhecimentos como fontes liberadoras ou libertadoras, visto que os sujeitos se divorciariam de seus medos embasados por superstições, sendo o pior deles o da morte, graças aos avanços das ciências, das técnicas e de uma política capaz de deter as guerras. Todavia, a ciência e a tecnologia contemporâneas, ao serem submetidas à lógica neoliberal e à ideologia pós-moderna, parecem haver se tornado o oposto do que a sociedade esperava.

Assim, em lugar de fonte de conhecimento contra medos, criaram a ciência e a tecnologia como poderes desconhecidos e incontroláveis, negando a possibilidade da ação ética como racionalidade consciente, voluntária, livre e responsável, sobretudo, porque ambas operam sob a forma do controle das informações e da desinformação propiciada pelos meios de comunicação de massa.

Em síntese, a razão iluminista, que antes se apresentava como promessa de emancipação do homem, inverte o compromisso ao tornar-se instrumental: objetiva, utilitária e calculada, em que a subjetividade do homem não é mais contemplada falta, explica Passos (2004), uma consciência revolucionária nos trabalhadores que se rendem ao capitalismo.

Sob a ética contemporânea, Srour (2005) contribui ao expor duas abordagens clássicas da ética: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira abordagem, a ética da convicção, compreende os rigores, as prescrições, as normas previamente estabelecidas e que guiam as ações futuras de maneira incondicional. Explica ele que o sujeito, porém, não está limitado a elas e pode decidir por outras opções alternativas, por sua livre escolha. Em sendo assim, responde pelas conseqüências de seus atos contrários aos ditames.

O autor esclarece que a ética da convicção, defendida por Kant, orienta-se por duas vertentes: a do princípio e a da esperança. A primeira rege obediência às regras e justifica-se pelo argumento da consciência moral, respaldada por manuais e códigos de conduta universais formulados com base em valores e normas morais.

Desconsidera, no entanto, as circunstâncias e os efeitos das ações, tudo em nome do dever; a vertente da esperança caracteriza-se, quando, em busca de um ideal, as ações exigem entrega total de seus militantes (rigor incondicional), sendo comum observar essas ações em certos movimentos ambientalistas (SROUR, 2005).

No cerco das literaturas de Srour (2005) e Arruda (2003), abstrai-se o fundamento filosófico da ética da convicção: o de seguir as normas; mas, na concepção da ética Kantiana, esta não restringe a ação à conformidade do dever, mas a ação acontece por dever com base na razão, ou seja, havendo, de fato, respeito à lei. Daí consiste a liberdade individual para Kant, pois existe a vontade de se submeter ao dever (ARRUDA *et al*, 2003). Assim, o dever corresponde à lei que provém da razão e se impõe a todo ser racional excluindo na ação humana motivos retirados da natureza ou da sensibilidade. Por esse fato, revela-se que não é possível ter certeza de ter realizado um ato perfeito.

A segunda abordagem refere-se à da ética da responsabilidade, na qual inexistem normas prescritas e, portanto, adota-se comportamento ético pela crença em uma recompensa. Dessa forma, as decisões são baseadas em análises de riscos das situações, perante as quais o sujeito antecipa as repercussões que uma determinada decisão pode provocar, ao considerar hipóteses ou alternativas. Os praticantes dessa ética levam em conta o presente e o futuro e imaginam estratégias alternativas.

Mas, nem por isso, defende Srour (2000), faltam escrúpulos à ética da responsabilidade. Sob tal perspectiva, duas vertentes orientam o julgamento da situação: a utilitarista e a da finalidade. A linha utilitarista teve como fundador Bentham (1748-1832) e seu difusor Stuart Mill (1806-1873) que incorpora a idéia de que o objetivo da ética é a "maior felicidade para maior número de pessoas" (ARRUDA *et al*, 2003, p 35). Tratando da vertente da finalidade, esta argumenta que o benefício dos fins justifica os meios: mergulha-se nos objetivos custe o que custar e, quando não se obtém o resultado esperado, os agentes suportam as penalidades da coletividade.

A exemplo da vertente da ética da responsabilidade, Srour (2000) faz referência a *Herbert* de Souza em sua luta pelas vidas ameaçadas pela Aids. Segundo ele, fez-se necessário realizar um ato imoral, obtendo um empréstimo de contraventores, para salvar vidas que se encontravam aos cuidados da organização

não-governamental que dirigia: a Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids - Abia. Muitas críticas suscitaram, mas Betinho justificou-se pelo resultado alcançado.

Trata-se de uma ética “em busca do “horizonte possível” de cada época” (SROUR, 2000, p. 73), embalada de certezas provisórias, sujeita à dinâmica dos costumes e do conhecimento. Comparando-as, tem-se que a vantagem da ética da convicção sobre a ética da responsabilidade repousa em que a primeira considera os aspectos culturais dentro da conceituação do que seja ético ou não. Dessa maneira, as diferenças regionais são observadas e respeitadas. Já a respeito da ética da responsabilidade, o autor adverte que esta tem levado ao surgimento da moral do oportunismo (SROUR, 2005).

Do exposto, pode-se entender que as vertentes podem, sim, seguir caminhos inescrupulosos ou descompromissados com valores humanos, como justiça, cidadania entre outros, não bastando atender aos requisitos de utilidade – proporcionar o bem a maior número de pessoas ou finalidade – em que os fins possam justificar os meios – para serem lícitos.

Sob essa análise, a ética da responsabilidade, sem se basear em valores ou normas pré - estabelecidas que, de antemão, são selecionadas com base em princípios que os homens elegem é entendida por Srour (2005) como ética política. Deste modo, pelo fato dos homens buscarem alcançar resultados a qualquer preço, em que pode prevalecer os auto - interesses é que os tornam vulneráveis a cometer comportamentos ilícitos. Resume o autor que a ética da responsabilidade é típica dos homens de ação, dos políticos, dos empresários, dos que exercitam cálculos, equacionam custos e benefícios e se dispõem a cometer heresias; já na ética da convicção, é típica dos missionários, dos cientistas, dos visionários, daqueles que se comprometem com utopias, crenças ou normas.

Na sociedade atual em que o sistema de produção se encarrega de proporcionar a acumulação de riquezas nas mãos de poucos e de desconsiderar a situação de pobreza da maioria das pessoas, depreende-se, então, a presença dominante da ética da responsabilidade na vertente da finalidade.

A ética social vigente trouxe conseqüências assustadoras por ser responsável pela ausência de solidariedade entre as pessoas, por apostar no individualismo como forma de realização humana. As atenções ficam voltadas para o homem

consumista, sob o qual preponderam os desejos de possuir e desfrutar de prazeres em que, para obtê-los, não há limites. Ao se observar essa realidade, o autor ressalta que as pessoas começam a se tornar conformistas diante de situações provocando ausência da capacidade de crítica e da responsabilidade moral.

Portanto, no reinado do individualismo, em que a virtude pública não é valorizada, boa parte das organizações atua sem os parâmetros éticos da vertente da convicção vencendo, portanto, o comportamento oportunista, face ao cenário de desnível socioeconômico atual.

2.2 Ética e responsabilidade social

Por outro lado, observando sob o ângulo mais favorável dessa discussão, outras organizações, até pouco tempo, centravam a discussão sobre a ética nas suas relações internas com os seus empregados. Na sociedade atual da informação tal discussão ampliou seus contornos ultrapassando os limites organizacionais. Esses debates gerados na sociedade contemporânea baseiam-se na cobrança do potencial de RS cabível às organizações, no sentido de sua atuação abranger a coletividade para reverter à situação de degradação da sociedade.

Sob este novo enfoque, é primordial compreender que a RS pressupõe consciência e compromisso das empresas com mudanças sociais, ou seja, prima por uma sociedade mais justa, honesta e solidária; em vista disso, ela é uma prática moral orientada pela ética (PASSOS, 2004). Nessa lógica, o procedimento ético das organizações consiste no agir, fundamentado na reflexão sobre o outro, analisando a moral a ser utilizada para guiar os processos decisórios assim como avaliar costumes, reforçando-os ou descartando-os a partir do que se estabelece como sendo moralmente aceito ou não.

Analisar a moral em busca do comportamento adequado implica o conhecimento dos princípios válidos culturalmente. Conforme ressalta o Instituto Ethos (2006), tais princípios devem ser fornecidos para orientar os indivíduos nas empresas destacando ainda que o código de ética (ou de compromisso social) e o comprometimento da alta gestão com sua divulgação e cumprimento são bases de

sustentação da empresa socialmente responsável (ETHOS, 2006). Chauí (2004) ainda coloca a ética como elemento inseparável da democracia, na medida em que a mesma afirma os princípios de igualdade, felicidade, liberdade e justiça como valores universais criados por agentes sociais.

Conforme Giustina (2004), há dois fundamentos éticos que se propõem a organizar a ordem social, contrapondo-se à exclusão e à competição: são a participação e a solidariedade. Esses resumem as aspirações das sociedades pela justiça, pela paz, pela fraternidade e pela superação da concentração econômica causadora da exclusão. Portanto, o desenvolvimento e o emprego desses conceitos devem inspirar o planejamento e orientar as organizações. Na prática, a participação leva à liberdade da mesma forma que a cooperação proporciona a solidariedade e o amadurecimento das relações, bem como a intensificação da convivência humana.

De mesma relevância que a ação cooperada é o estímulo à criatividade que viabiliza a geração de idéias e soluções, valorizando o indivíduo e ajudando-o ao mesmo tempo na melhora de sua auto-estima, portanto, nessa perspectiva de base motivacional, é que podem ser dirigidos esforços para o alcance de emancipação de toda a sociedade.

A solidariedade, para Sequeiros (2000, p. 24), remete ao desenvolvimento pessoal e em grupo de uma série de valores que fazem com que “indivíduos e sociedades se aproximem não só intelectualmente, mas principalmente de maneira prática, de situações humanas desfavoráveis, com disposição para ajudar a superá-las”. Adverte, porém, que essa ajuda não tem a conotação assistencialista, sendo, portanto, planejada e que vai ao foco do problema para combatê-lo.

Já a participação, no conceito de Bordenave (1995, p. 22), significa “fazer parte, tomar parte ou ter parte” e é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Para ele, a prova de que realmente se participa é o como se toma parte e não o quanto. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como: a interação com os demais homens, a auto – expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

Há vários tipos de participação podendo ser espontânea, imposta, provocada ou concedida. A participação voluntária é a ação espontânea dos indivíduos que se juntam por interesses comuns, porém sem organização estável e propósitos definidos, apenas atendem a necessidades psicológicas de pertencer, receber e expressar afeto ou obter reconhecimento. Na participação imposta, existe a convocação do sujeito para tomar parte de um grupo ou tarefa e, portanto, está previsto o planejamento para consecução de objetivos específicos. Na provocada, o sujeito é induzido por agentes externos que buscam auxiliar o sujeito na realização de seus objetivos; e a concedida refere-se à concessão de poder aos subordinados (planejamento participativo).

O menor grau de participação é a informação, sendo o maior a auto-gestão. Enfim, sua prática favorece o desenvolvimento do potencial humano porque a mesma possui duas bases que se complementam: a base afetiva e a base instrumental: a primeira refere-se ao prazer em fazer coisas com os outros e a segunda diz que fazer algo com os outros é mais eficaz e eficiente do que fazer sozinho.

A transparência, por sua vez, exprime a clareza de uma boa comunicação e sua relação com a ética está em que a clarificação de princípios e valores éticos definidos para os sujeitos leva-os a atingir comportamentos adequados e, portanto, aceitos. Reforça Navran (2000) advertindo que a direção ética prescrita pelo código deve ser suficientemente clara para conduzir os funcionários a uma adequada compreensão sobre as expectativas e exigências, porém, quando a mensagem oscila, os indivíduos procuram por outro ponto de referência para obter uma orientação definitiva. Nessa circunstância, estabelece-se um comportamento dependente de seus próprios valores pessoais e das atitudes alheias percebidas.

Além disso, o autor chama a atenção também para a consistência do código de ética, sendo esta detectada quando todas as palavras e ações da organização levam as pessoas a concluírem que o mesmo conjunto de valores éticos é válido, a qualquer momento. Quando pelo contrário, há inconsistência, o sujeito não tem certeza do que deve pensar, desencadeando o medo e culminando em atitudes autoprotetoras, prevalecendo o egoísmo.

Assim sendo, a ética, como ciência da moral, tem como dever buscar, em linhas gerais, tudo o que beneficia a sociedade. Por isso mesmo, as ações, quando

delimitadas pela proposta de RS, devem estar primeiramente comungadas com a capacidade de gerar, de fato, e verdadeiramente, o bem coletivo e não com os fins econômicos.

As recentes exposições mostraram a relação da ética com a RS, confirmando a presença de duas das dimensões do modelo de Carrol (1991) em que elas estão intimamente relacionadas não sendo incompatíveis ou excludentes, ao contrário, podendo-se depreender que o exercício da RS pressupõe, de fato, uma fundamentação ética pautada nas propostas de solidariedade e participação, liberdade e cooperação. No entanto, para haver melhor compreensão da ética na diversidade de grupos e interesses, cabe investigar mais de perto como tal diversidade pode ser dirigida pela ética, considerando os vários princípios e morais existentes e ainda aproveitando para apresentar melhor compreensão entre ética e moral.

2.3 Ética e moral

Conforme ensina Chauí (2004) a primeira palavra vem do grego, *ethos*, e a segunda do latim, *mores*. Esta significa os costumes estabelecidos por uma sociedade, como regras e valores que determinam o comportamento de seus sujeitos. Ethos significa, na origem grega da palavra:

[...] caráter, índole, temperamento, disposição física e psíquica individual...O *ethos* é a maneira pela qual um indivíduo realiza sua natureza própria e, nesta acepção, a ética refere-se à educação do caráter dos indivíduos em vista da felicidade, da vida justa e livre que, para os gregos, só era possível como vida política. A moral refere-se, portanto, ao comportamento normativo cujas normas foram definidas externamente ao indivíduo, pela sociedade (CHAUÍ, 2004, p. 1).

De acordo com Sá (1998), o *lócus* da ética pode ser entendido como o lugar em que o ser humano convive, isto é, o local em que se formam os grupos sociais,

nas relações de trabalho, dentre outros. Pela acepção de Chauí (2004) e contribuição de Sá (1998), depreende-se que a ética tem função de educar o caráter das pessoas para que estas possam conviver em espaços grupais. Sá (1998) acrescenta ainda que, nesses espaços, existem várias morais constituídas e que causam a diversidade do ambiente e, em função disso, é que se exige o desenvolvimento de capacidades especiais de convivência; para ele, a solução está na construção de uma consciência ética do tipo genérica, sem, no entanto, negar que existem grupos convivendo isoladamente.

Srouf (2000) conceitua a ética como uma disciplina teórica que estuda, de maneira sistemática, os costumes da coletividade e suas morais, agindo no campo da reflexão ou das indagações. Tem como finalidade libertar os agentes sociais do egoísmo, que despreza as conseqüências produzidas sobre os outros, e visa ainda à sabedoria ou à conduta temperada pelo juízo. A ética supõe um sujeito racional e livre, capaz de, por si mesmo, estabelecer valores e respeitá-los (CHAUÍ, 2004).

Em contrapartida, a moral é compreendida como um conjunto de valores e de regras de conduta, um código adotado pela coletividade, podendo ser uma nação, uma organização ou uma comunidade religiosa. Assim é vista, conforme o autor, como conjunto de normas que devem ser observadas para compreensão dos usos e dos costumes de uma dada cultura.

Considerando a moral, há três entendimentos distintos advindos das variações da palavra moral que, de acordo com cada conceito específico, as relações sociais enquadram-se e estabelecem nexos com o código de conduta vigente: o primeiro diz respeito à *amoral*, que possui uma relação neutra com o código de conduta por não afetar os outros com o que se decide e faz; no segundo termo *imoral* condiz com atos e decisões que prejudicam terceiros por contrariar ou infringir regra prescrita e aceita socialmente, por isso assume caráter social negativo. E por fim, a *moral* afeta terceiros, conforme orientações validadas socialmente, portanto, com caráter sócio - positivo (SROUR, 2000).

Conforme Vásquez (2003), a função da ética é semelhante à de qualquer teoria, explicar ou até mesmo investigar certa realidade, um estilo de comportamento humano, o da moral, estabelecendo conceitos adequados. Portanto, o que por sua teoria se afirme a respeito das normas morais deve ser considerado tanto pela moral da sociedade antiga, como pela moral de uma sociedade moderna. A teoria mostra

seu valor quando esclarece o fato de os sujeitos optarem por morais divergentes e não em recomendar uma ação em determinadas situações a favor de uma moral absoluta.

No âmbito da ética há dois extremos que interagem internamente: as virtudes éticas e o sujeito moral. O sujeito moral pode demonstrar um caráter de passividade. O indivíduo passivo é aquele que se deixa levar por impulsos, pela opinião de terceiros, pela vontade dos outros, deixando de atender a si próprio. Ao contrário do sujeito passivo, o ativo representa aquele sujeito que questiona sem subordinar-se, fazendo valer sua vontade (OLIVEIRA, 1993).

A moral, objeto de estudo da ética, tem caráter social, pois envolve relações entre sujeitos, buscando um equilíbrio entre os anseios individuais e os interesses da sociedade, sendo que ainda os valores morais expressam uma cultura e por isso diferem em cada sociedade: estes normatizam e direcionam a prática das pessoas, e a ética encarrega-se de teorizar sobre as condutas (PASSOS, 2004).

Do mesmo entendimento de Passos (2004), Catão (1995) esclarece não é o indivíduo que cria sua moral; quando nasce, já está inserido em uma rede de relações com regras já elaboradas e seguidas, a ele basta assumi-las ou quebrá-las. A moral é histórica, conforme as mudanças ocorridas nas sociedades (surgimento de novas mentalidades, aparelhos e instrumentos tecnológicos, carreiras profissionais, etc), aparecem ou desaparecem regras da conduta. Apesar de existirem regras de duração milenar, há uma influência geográfica na moral, visto que os povos das montanhas possuem regras diversas dos povos litorâneos.

Embora Chauí (2004) exponha que na ética o indivíduo elege valores e se expressa com base neles, de forma livre, sendo capaz de respeitá-los, Morin (2005) entende que a ética manifesta-se para nós, de forma imperativa, como uma exigência moral, sendo que esta maneira imperativa tem origem em três fontes: no espírito, no ambiente externo (cultura, crenças e normas impostas de uma sociedade) e na herança genética e elas não podem ser isoladas e, sim, distinguidas.

Sob este argumento, este autor entende que a consciência moral individual emerge também do desenvolvimento complexo da relação indivíduo-espécie-sociedade que exalam forças e pressões, conforme os interesses, gerando

antagonismo e concorrência. Explica ele que faz parte das relações individuais tendências egoístas expressas pelo Eu, que se encontram inseridas na ética da comunidade fechada, divergem e concorrem ao mesmo tempo com a ética universalista da comunidade humana, aquela ética representativa do bem maior a qual expressa os interesses da coletividade.

Nessa última, o sujeito também está presente e, de forma antagônica, é capaz de conduzir - se ao sacrifício de si pelos seus, pela sua pátria. O princípio da inclusão que viabiliza condutas de solidariedade e da comunhão é instintivo, já o da exclusão (ética da comunidade fechada) é necessidade vital interna e é fonte de egoísmo.

A ética comunitária (defesa de uma honra, território ou lei) ganha força na falta de ética cívica e este movimento é notado no transcorrer do século XX, século do individualismo. O individualismo concentra-se na excessiva autonomia política, econômica, científica e artística, com domínio de competência parcial e fechado que reforça a fragmentação e o egocentrismo tendendo a inibir as potencialidades solidárias, como também diluir as responsabilidades. Ainda neste século, indivíduos aderiram à fé nacional e totalitária numa medida de resistência à fragmentação e à dispersão.

Desse modo, Morin (2005) compreende que as interações ocorridas na sociedade podem ser conflituais ou de rivalidade, sendo necessária a preservação da ordem pela lei e pela força. Já na comunidade fechada, os indivíduos estão ligados afetivamente e bem representados pelo Nós.

O autor esclarece que as sociedades modernas são uma mistura de sociedade/comunidade; assim, faz-se entender que a ética universal encontra limites na ética grupal ou da comunidade fechada e, com o evoluir da história, as próprias comunidades desintegram-se em busca de outros referenciais para novas situações vivenciadas, enfraquecendo os padrões até então vigentes. Portanto, há um constante movimento de renovação parcial ou total dos valores morais, ao longo dos tempos.

É o que ocorre, por exemplo, com os recentes movimentos sustentados por nova escala de valores presentes nos ambientalistas, nas ações de valorização dos idosos e de sua recolocação no ambiente de trabalho, nas inserções de presos em

atividades produtivas, no respeito à integridade física da mulher, da criança entre outras ações que surtiram efeitos benéficos de forma universal. Estes movimentos surgiram na sociedade com suas morais divergentes dos comportamentos dominantes e foram ganhando abrangência entre diferentes grupos, proporcionando reflexões a ponto de superarem valores e princípios inadequados a uma sociedade contemporânea.

Na mesma linha de Morin (2005), Passos (2004) concorda que valores morais não se mantêm ou superam por si mesmos, mas sim, pela exigência de uma nova ordem, de novas condições concretas de vida: estrutura social, política e econômica da sociedade. Desse modo, transformações ocorridas na consciência coletiva podem causar influências na estrutura da sociedade. Essa afirmação facilita compreender o porquê das organizações não conseguirem manter-se inabaláveis, sintonizadas com a moral do tempo e afinadas de forma permanente com os costumes vigentes. De certa forma, é positivo no sentido de ser benéfico à sociedade, pois sua transformação se faz necessária pelo ajuste às novas necessidades em vigor.

Resta admitir que “os tempos modernos promoveram deslocamento e ruptura éticas na relação indivíduo /sociedade /espécie” e uma das finalidades da ética, que é a realização humana, está sendo comprometida pela ênfase dada ao exercício da sobrevivência intempestiva em troca do bem viver (MORIN, 2005, p. 24).

Na mesma direção Passos (2004) critica a moral contemporânea, pois esta não se preocupa em saber o que é bom para o ser humano, mas certamente o que beneficia o processo produtivo e o capital levando o egoísmo a ser considerado qualidade e sinônimo de progresso e maturidade. Revela ainda que a moral de nossa sociedade “despreza as virtudes públicas da justiça social, igualdade e liberdade e valoriza os ditos vícios individuais, tais como: sexo, vestimenta, descanso”, prendendo-se ao moralismo privado em detrimento da moral pública (PASSOS, 2004, p. 27).

Morin (2005) afirma que a ética tem o sentido de dever, mas seu fundamento está na consciência moral individual e defende que a produção da “auto-ética permanece necessária para obter solidariedade e responsabilidade” nas relações em sociedade.

Pela exposição deste autor, pode-se inferir que, para conduta ética, faz-se necessário primeiramente que haja uma consciência individual em que o sujeito consiga exercer a ética para si mesmo agindo com liberdade e pela própria razão; a partir de então, é possível a aceitação ou a incorporação de princípios éticos mais genéricos, como os necessários para a convivência grupal.

Nessa exposição, a ética foi esclarecida como de função idêntica a de uma teoria, sendo a moral seu objeto. O sujeito, por sua vez, é apresentado como elemento complexo que se pode dizer que não é totalmente livre, desde que sofre pressões externas para inserir-se na ética universal, enquanto se encontra na ética comunitária, embora, em outros momentos, possa agir de forma solidária e instintiva, que o faz sair do comportamento de exclusão.

Diante das contribuições de Vásquez (2003), Passos (2004) e Morin (2005), faz-se esclarecer que a regulação de conduta não é instrumento de controle no sentido punitivo, mas no sentido de estabelecer a ordem, a estabilidade coletiva, mesmo que provisória, mas necessária para fazer fluir boas relações. Assim, infere-se que, no futuro, quando essa ordem também for questionada, por conta de novas demandas sociais, espera-se que, em uma sociedade demarcada pela ética, sua transição seja baseada ao menos no respeito ao próximo e que a paz possa ser o solo fértil para fazer fluir as discussões, firmando, dessa maneira, a conduta socialmente responsável.

2.4 Ética nas organizações

Mas como surgiu a ética nas organizações? Iniciaram-se nos Estados Unidos discussões sobre temas que envolvem a ética, como RS e a discricionariedade dos dirigentes de várias organizações. Também, na Alemanha, a ética foi razão de mobilização sindical da classe operária.

Na Europa, a ética empresarial ganha espaço para discussão, especialmente com os trabalhadores participantes dos conselhos de administração das organizações. Mais adiante, sindicatos, entidades religiosas e entidades não - governamentais publicaram suas discussões sobre o balanço social, sendo a

Holanda o país pioneiro em que as empresas tornaram públicos relatórios sociais, priorizando informações sobre as condições de trabalho e emprego.

Por volta da década de 70, reforçando os debates nos Estados Unidos, o tema da ética ganha amplitude e passa a ser objeto de disciplinas nas faculdades de Administração e Negócios, principalmente. A partir de então, os gestores saíam das IES na condição de profissionais educados para gerirem as organizações obedecendo aos critérios éticos consolidados e, desde então, a ética empresarial foi ganhando força.

Em paralelo ao avanço das IES, a respeito da introdução da ética como disciplina, a expansão de organizações multinacionais culminou com o estabelecimento de códigos de ética corporativos a fim de superar os obstáculos proporcionados pelo contato com diferentes culturas regionais que ocasionavam divergências nos acordos comerciais, por força de suas regras muito particulares.

Os efeitos chegaram ao Brasil em 1992. Neste ano, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) sugere formalmente que todos os cursos de Administração, tanto de graduação, como de pós-graduação, insiram em seu *currículo* a disciplina ética. Ainda neste mesmo ano, a Fundação Getúlio Vargas (SP) criou o Centro de Estudos de Ética nos Negócios (CENE). Em 1998, a Escola de Altos Estudos e Ética profissional – ESA, iniciou suas atividades com o objetivo de desenvolver a ética não só nos negócios, mas em todas as profissões.

Implementar a ética nas organizações significa estudar os valores em vigor e compreender, de maneira refletida, sobre como se deve agir (ética da convicção por Kant) e não proceder de forma espontânea (ética da responsabilidade).

Eventos relevantes vêm garantindo a discussão sobre essa temática não só no Brasil, mas no exterior. Prova disso é que, em 2003, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) patrocinou uma conferência em Belo Horizonte, no Brasil, sobre dimensão ética do desenvolvimento: os novos desafios éticos do Estado, da empresa e da sociedade civil. Esse evento reuniu líderes governamentais, empresariais e da sociedade civil do Brasil e de todo o continente da América Latina. O objetivo do encontro foi discutir como trabalhar de forma mais eficaz para enfrentar juntos os desafios éticos da região, por meio de alianças estratégicas, permitindo troca de experiências internacionais exemplares de ética aplicada, capital

social, RS da empresa, transparência, voluntariado, valores éticos e sistema educativo (BID, 2003).

Como foi dito no capítulo 2.3, os valores morais mudam conforme as transformações histórico-sociais, assim como ocorre nas relações humanas e ainda as organizações convivem com diferentes culturas que, por essa razão, faz da ética uma questão imprescindível para regular as relações, colocando parâmetros a serem seguidos. Estabelecendo parâmetros, a organização depara-se, de um lado, com as ideologias internas, também reconhecidas como as que refletem a cultura organizacional e, do outro, com as ideologias ou éticas macrossociais em vigor no país. Com isso se quer dizer que a organização precisa convencionar a moral interna em consonância com a moral externa (SROUR 2000). Aqui se admitem os prováveis conflitos gerados por interesses privados e o bem-estar coletivo representados, respectivamente, pelas éticas comunitária e universal analisadas por Morin (2005).

Portanto, a ética, como elemento de ajuste das organizações em diferentes culturas, passou a ser questão de qualidade das relações humanas e indicador do estágio de desenvolvimento organizacional, isto é, o que antes era decidido apenas de acordo com os interesses estratégicos da organização, hoje deve incorporar elementos originários da sociedade (cultura) e guiar-se pela noção do bem comum (CARVALHO, 1999).

Complementando, no entendimento de Rossouw (2001), o comprometimento ético seria, ao mesmo tempo, distinto do comportamento egoísta e do comportamento puramente altruísta (aquele em que os próprios interesses são sacrificados em prol de outros), mas sim, aquele que busca equilibrar os interesses econômicos da empresa com os interesses dos *stakeholders*.

Como contraponto, face à complexidade na qual a ética se encontra envolvida nas organizações, não é incomum questionar sobre como manter uma postura ética diante de um ambiente competitivo, visto que há forte tensão entre a busca do lucro e a possibilidade de agir com ética. Por outro lado, uma breve reflexão sugere que a atenção deve se voltar para a ameaça que traz o sistema capitalista, quando há interesses puramente econômicos.

Passos (2004) conduz sua análise revelando que a resposta deve estar na escolha entre duas inevitáveis opções. A primeira opção seria a de a organização seguir-se por padrões éticos, haja vista estes promoverem a aceitação desta pela sociedade além de garantir a integridade física e mental dos indivíduos. Estes, por sua vez, por meio do culto a valores, como o respeito e a solidariedade, tendem a fortalecer seus compromissos com a instituição e ainda utilizar o poder criativo no dia-a-dia de suas atividades. Conforme a autora, esses elementos são fundamentais para o relacionamento com os *stakeholders* e, portanto, para a manutenção da organização.

A segunda opção seria a de seguir-se por condutas antiéticas (instintivas), neste caso, a autora alerta para a possibilidade de se denegrir a imagem da organização, podendo esta ser descartada pelos cidadãos dificultando, dessa forma, a oportunidade de se estabelecer relações de longo prazo. Por conseqüência, este tipo de organização carrega em si problemas morais que trazem resultados nocivos, como o suborno, o favoritismo, a poluição, o desmatamento, o descontentamento, a insegurança e a exploração do homem, destruindo a cadeia de relacionamento e comprometendo o funcionamento da organização.

Enriquez (1997) segue em defesa dos dirigentes das empresas alegando que os próprios manifestam preocupações éticas e são conscientes de que a empresa se encarrega não somente do desenvolvimento econômico da nação, mas também de seu desenvolvimento social, psicológico e cívico. O autor entende que, para desempenharem papéis, é necessário que os dirigentes sejam homens de convicção, pois caso estes não acreditem em seus ideais estarão sendo irresponsáveis consigo e com a organização. Isso acontece porque o sujeito espera obter da empresa a satisfação que compense a renúncia que se faz por ela.

Assim, dependendo do grau de compromisso estabelecido ou do caráter ideológico da instituição, tem-se ainda que seus dirigentes, em nome de tais convicções, podem partir para a prática da RS desvinculando dessa o emprego do capital financeiro. Passos (2004), em comunhão com Lambranhó (2003), vê a necessidade de se desmistificar que uma atuação de RS passa necessariamente por investimentos financeiros. Conforme Lambranhó (2003), a RS pode ser revelada apenas com a mudança de atitudes e esforço em conjunto para implementação de ações em parcerias utilizando-se basicamente de capital humano, como a iniciativa

de estabelecer convênios para concessão de bolsas em cursos; de contribuir levando informações necessárias às comunidades desassistidas por meio de palestras e debates elucidativos; de incentivar o envolvimento permanente de funcionários e sociedade em geral em projetos permanentes.

É o que a *Shering-Plough* brasileira, indústria química e farmacêutica, vem fazendo. Em seu projeto, na área de higiene e saúde para crianças carentes, a empresa utiliza o trabalho voluntário dos funcionários que, “além de difundir módulos educativos em abrigos e creches infantis, operam como agentes multiplicadores do programa, junto a voluntários de outras empresas e instituições”. Como resultado, 25 mil crianças já foram beneficiadas com as informações (SROUR, 2000, p. 270). No entanto, necessitam buscar a competência e criatividade para servirem também de motivação a outras organizações (PASSOS, 2004).

As ações éticas demandam continuidade da mesma forma que as estratégias e processos produtivos e, por muitas vezes, as menções sobre comportamentos socialmente responsáveis, por não configurarem em manuais ou códigos de ética, estes estão partindo de fora para dentro da organização graças às pressões advindas de várias direções, sociedade civil, meios de comunicação, empresas estrangeiras e por organismos internacionais.

A partir dessa realidade, os códigos de ética devem ser constituídos sendo defendidos originalmente por expressar e divulgar as diretrizes básicas que devem ser utilizadas nas condutas funcionais; remete-se, neste instante, aos atos praticados à luz da ética da convicção, mencionada por Kant.

Zylbersztajn (2002) justifica a criação de código de ética ou condutas na situação de coordenação de contratos, pois aqueles indicam a rejeição de práticas que envolvam conflitos de interesses regendo de maneira favorável as relações. Como forma de controle, as punições devem estar prescritas e vinculadas às normas desrespeitadas, portanto, partindo dessa idéia, para que haja a adoção ao código de ética, faz-se necessário criar, além de mecanismos de controles, os mecanismos de incentivos. Assim, com esse argumento, fica claro perceber que, de outro modo, há grande chance de esses manuais orientadores permanecerem esquecidos e engavetados e as organizações contraproducentes.

Acrescido a esta justificativa, há outro indicador que reforça a discussão a favor da adoção do código de ética nas organizações. Tal justificativa reside na economia globalizada – crescente internacionalização, pois, inseridas nesta realidade, as organizações, de antemão, necessitam se ajustar tanto às questões do macroambiente, como às normas comerciais e novas tecnologias de informação e oportunidades, quanto aos níveis de exigência de produtos e serviços de consumidores (microambiente), em regiões muito diversificadas culturalmente.

Esse ajuste se faz pela adoção da ética e da moral de maneira mais rigorosa, respeitando as diversidades culturais de regiões de modo a conduzir suas atividades afinadas com padrões internacionais de operações, pois, além da boa imagem perante o público, as organizações carecem de serem a elas creditadas a confiança e o respeito pela conduta (ASHLEY, 2005). Sob essa questão, Zylbersztajn (2002) revela mais uma razão para instituição do código de ética. De acordo com autor, a organização pode evitar riscos de incidentes que possam afetar a reputação da mesma.

Um entendimento parece estar inserido na sociedade brasileira: o de que a boa empresa, ressaltando Aristóteles, não é apenas aquela que dá lucro, mas a que também proporciona um ambiente moralmente gratificante para que seus recursos humanos possam desenvolver também suas virtudes, bem como a sustentabilidade para futuras gerações (ARRUDA, 2003). É o que se pôde verificar nos exemplos da Natura, Boticário, Banco Real e outros já citados.

Do exposto, ficou entendido que a ética serve de ajuste das organizações em diferentes culturas indicando as mesmas o caminho para o desenvolvimento sustentável. No entanto, pressupõe-se que o grande desafio está em administrar o novo modelo produtivo: satisfação dos *stakeholders*, RS e ética aplicada.

**CAPÍTULO 3. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:
RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA**

Este capítulo trata da Instituição de Ensino Superior – IES, sob a perspectiva conceitual e histórica revelando a recente mobilização em torno do seu papel social. O argumento é de que, por ser instituída de autonomia de gestão político-pedagógica e de aplicação de recursos, esta instituição deve estar voltada para a resolução de problemas e demandas da comunidade, assim como qualquer outra organização inserida num novo modelo de desenvolvimento econômico que impõe reflexões e ações baseadas numa racionalidade social.

A atuação das IES, no campo da RS e da ética, vem se intensificando e é característica de uma dinâmica recente estando relacionada à discussão sobre a redefinição de papéis e abrangência de suas atividades. Abrangência que, há muito tempo era requerida pela sociedade. Tais atividades, por um longo tempo, encontravam-se restritas à promoção do ensino e pesquisa, tendo como objetivo precípua formar profissionais de alto nível de qualificação.

No entanto, no contexto contemporâneo, é comum ainda se verificar que as organizações atuam no âmbito da RS social, sob o interesse mercadológico, face aos apelos da concorrência, estimulando a vantagem competitiva e a valorização da imagem. Dessa forma, este capítulo também visa estudar as IES retratando os enfoques que atendem à dinâmica do mercado.

Tratou-se anteriormente da visão teórica da RS e da ética. Dentro do tema, torna-se imprescindível caracterizar a aplicação desses valores nas IES, acompanhando e redefinindo seus papéis, conforme as Leis de nº 4.024/ 61 e 5.540 /68, CF /1988, até a mais recente Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior (SINAES). No entanto, esse último não constitui objeto de discussão nesta pesquisa. É relevante discutir a RS nas IES, assim como os novos desafios contemporâneos exigidos pela vivência da ética e RS por essas instituições em Salvador.

3.1 IES: histórico e caracterização

Nas últimas décadas, o número de instituições de ensino superior vem aumentando no país como também ganham cada vez mais autonomia para

proporcionar a educação e o saber científico. Porém, as IES estão sendo autorizadas com propósito e grau de especialização distintos, o que demonstra o crescimento do setor educacional não se restringindo aos modelos burocráticos e tradicionais que permeiam parte das universidades do país.

Para ilustrar esse quadro de fluidez e singularidade organizacional das universidades relacionadas ao contexto competitivo, Castro (2000) sugere as metáforas de dinossauros e gazelas: a primeira imagem, referente aos dinossauros, está relacionada àquelas instituições universitárias que estão com seus processos administrativo-gerenciais defasados e em dissonância com as demandas do ambiente; e a segunda imagem, referente às gazelas, é utilizada para referir-se àquelas instituições que estão disparando rumo ao futuro e ao pleno atendimento das demandas da nova geração. Isso porque a maneira pela qual as instituições de ensino se adaptam ao ambiente em que vivem, em grande parte, determina seu destino.

Salienta o autor que, conquanto as observações a olho nu pareçam indicar que existem mais dinossauros, universidades burocráticas, cruzando o território do que gazelas cruzando o pasto, há um horizonte de mudanças significativas em curso. Ele destaca que tudo indica que se está entrando em um período propício para o desaparecimento das estruturas rígidas, criando-se espaço para as mudanças.

Explica Castro (2000) que a predominância de dinossauros torna particularmente promissora e facilitada a vida de novas gazelas. Conforme os princípios de Darwin, de que a competição é mais acirrada dentre espécies próximas e entre indivíduos da mesma espécie, a população rarefeita das gazelas facilita o aparecimento de outras. É mais fácil competir com os dinossauros do que com outras gazelas e, como há poucas gazelas, a situação é muito promissora para as que aparecerem.

Capra (2002) revela que, nos últimos anos, a natureza e a permanente transformação das organizações humanas têm sido discutida à exaustão nas rodas empresariais e administrativas. Esse fato fica evidenciado quando se constata que o tema “mudança nas organizações” tornou-se um dos alvos preferidos dos livros, cursos e palestras, criando-se um nicho de mercado para os especialistas em mudança.

A necessidade de as organizações serem reformuladas decorre da enorme complexidade que se tornou uma das características predominantes da sociedade industrial de hoje. O autor destaca, ainda, que neste início de século XXI, a organização está rodeada de sistemas altamente complexos que, cada vez mais, tomam conta de quase todos os aspectos da vida associada. Ele enfatiza que tal nível de complexidade seria inimaginável há 50 anos, considerando que a humanidade se encontra hoje diante de um composto de sistemas globais de comércio e de troca de informações intensivas, de uma comunicação global instantânea, feitas por redes eletrônicas cada vez mais aprimoradas, e de empresas multinacionais.

Mas foi a partir da década de 50 que houve uma aceleração e acumulação de acontecimentos que alteraram as fronteiras, a estrutura e a dinâmica do ambiente organizacional, o que Drucker (1996) chamou de Era de Descontinuidade. A partir de então, a ênfase da evolução e da revolução econômica e social deslocou-se em direção ao conhecimento, compreendido como o verdadeiro fato gerador da mudança, e assim, a sociedade pós-industrial passa a ser denominada, por muitos estudiosos, de sociedade do conhecimento.

Revela Capra (2002) que dentre o conjunto de organizações que sentem necessidade de reformulação, destacam-se as organizações universitárias, pois elas têm papel fundamental na sociedade atual, preparando os profissionais que irão aplicar as mudanças necessárias à adaptação e à sobrevivência organizacional, diante dos novos tempos, e às demandas sociais. A organização universitária, vista como um tipo especial de organização tem, assim, o dever de se atualizar considerando o seu caráter de formadora das classes dirigentes, tanto no setor público quanto empresarial.

As organizações universitárias, por sua natureza, estão mais suscetíveis ao ambiente de turbulência e, em conformidade com Capra (2002), Bundt (2000) destaca que a universidade tem o dever de mudar, visto que seu papel é não somente de adequar o ensino às exigências do mercado de trabalho, mas também proporcionar ao estudante universitário uma visão multidisciplinar. Com base nesta, capacita o discente a provocar mudanças, por ocasião, de sua inserção no contexto social. Assim, a organização universitária está sendo convocada a desempenhar um papel estratégico fundamental no ambiente social.

O referido autor considera, ainda, que a universidade já é, e será cada vez mais, a organização social mais importante deste novo século e por haver a expectativa de que essa instituição seja um grande instrumento de coesão social, e de que ela cumpra esse papel por suas áreas dedicadas à criação de competências, seja ela de qual natureza for. Para compreendê-la como referido instrumento, é relevante estudar suas características e finalidades dentro de uma progressão histórica.

3.2 Tipos e reformas das IES

Sob o curso de sua caracterização, aporta-se primeiramente em fazer a distinção quanto à sua natureza; desse modo, as IES estão organizadas sob natureza jurídica ou categorias administrativas distintas, são elas: públicas ou privadas. As primeiras, classificadas em federais, estaduais ou municipais, são mantidas e administradas por ente público e as privadas, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, divididas em com ou sem fins lucrativos.

As IES privadas sem fins lucrativos ainda se subdividem em: a) comunitárias – instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade; b) confessionais – da mesma forma são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas; ou c) filantrópicas – são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração (INEP, 2006).

O crescimento do número de Instituições de ensino superior no Brasil deveu-se essencialmente à Lei de Diretrizes e Bases do Governo Federal. A LDB Nº 9.493 determinou em 1996 que “a educação superior será ministrada em instituição de ensino superior pública ou privada, com variados graus de abrangência ou

especialização” ; nesse ano, o número total de instituições de ensino superior era de 922, entre públicas e privadas.

Em 9 de julho 2001, vigorou o Decreto de nº 3.860 que deu margem a diferentes categorias administrativas de IES; só neste ano o número total de IES no Brasil chega a 1.391, elevando-se em 2003 para 1.889 IES, conforme Tabela abaixo por categoria administrativa:

Tabela 1: Instituições de ensino superior, em 2003, por organização acadêmica

Instituição	Total	Públicas e Privadas	
		Número	%
Universidades	193	84	51,53
Centros Universitários	81	78	96,30
Faculdades Integradas	119	115	96,64
Faculdades/Escolas/Institutos	1.403	1.321	94,16
Centros de Educação Tecnológica	93	54	58,06
Instituições	1.889	1.652	88,86

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino Superior de Graduação 2003 - INEP/MEC.

As diferentes categorias administrativas assim se definem:

a) universidades ou organizações universitárias – caracteriza-se pela oferta regular de atividades de ensino, pesquisa e extensão;

b) centros universitários – instituições de ensino superior pluri-curriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação de seu corpo docente e pelas condições do trabalho acadêmico oferecidas à comunidade;

c) faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores - Instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar em regime comum e comando unificado;

d) faculdades e centros tecnológicos: instituição especializada de educação profissional, pública ou privada, com a finalidade de qualificar profissionais, em diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e

serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada (INEP, 2006).

Segundo Pereira (2003), a introdução dessas novas possibilidades de se praticar o ensino superior foi que motivou muitas organizações, de origem educacional ou não, a investirem em educação ampliando o número de instituições, atingindo, em 2004, 2.013 IES no Brasil, em sua maioria privadas, tal como ilustra a Tabela a seguir:

Tabela 2: Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e localização (capital e interior) segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES 2004

Unidade da Fed./Categ Adm.	Instituições																	
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Fac. Escolas e Institutos			CET/Fat		
	Total	Cap.	Interior	Total	Cap.	Interior	Total	Cap.	Interior	Total	Cap.	Interior	Total	Cap.	Inte.	TI	Ca	Int.
Brasil	2.013	719	1.294	169	79	90	107	45	62	119	32	87	1.474	493	981	144	70	74
Pública	224	80	144	83	43	40	3	-	3	3	-	3	86	14	72	49	23	26
Fed.	87	53	34	46	29	17	1	-	1	-	-	-	6	3	3	34	21	13
Estad.	75	27	48	32	14	18	-	-	-	-	-	-	28	11	17	15	2	13
Munic.	62	-	62	5	-	5	2	-	2	3	-	3	52	-	52	-	-	-
Privada	1.789	639	1.150	86	36	50	104	45	59	116	32	84	1.388	479	909	95	47	48
Part.	1.401	505	896	26	13	13	60	30	30	97	28	69	1.125	387	738	93	47	46
Com/Conf./Filant	388	134	254	60	23	37	44	15	29	19	4	15	263	92	171	2	-	2

Fonte: INEP (2006).

Embora se tenha alcançado este significativo número nos tempos atuais, há menos de um século, sendo mais precisamente na década de 30, era criado o Ministério da Educação e Saúde Pública por meio do Decreto 19.402, e sancionados, em 1931 pelo governo provisório, decretos que organizaram o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes.

Assim, em 11 de abril de 1931, mais decretos sucederam-se e ficaram conhecidos como a “Reforma Francisco Campos”, cujo Decreto 19.850 criou o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (CEE - funcionando a partir de 1934); o Decreto 19.851 institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário e o Decreto 19.852 vindo dispor sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Mas só em 1934, por iniciativa do governador

Armando Salles Oliveira, surgiu a primeira Universidade criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, que foi a Universidade de São Paulo (BELLO, 2001).

O aparecimento tardio da universidade no Brasil, metade do século XX, e sua ligação à idéia de formação profissional explicam parte da confusão que se faz entre universidade e ensino superior. As universidades surgiram pela união de escolas superiores isoladas, criadas por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área. Porém, muitos modelos de universidades presentes provocaram divergências quanto às suas finalidades e áreas de concentração, envolvendo questões de autonomia e dever científico, principalmente no que se refere à divisão entre públicas e privadas (TODOROV e BORGES, 1996).

Em vista das diferentes atuações, as instituições públicas eram muito cobradas pela sociedade para promover o ensino de qualidade em razão de se atribuir às instituições públicas o papel da educação; enquanto isso, as privadas eram alvo de intensas críticas ao direcionarem-se por tendências mercadológicas em busca do lucro e se desvincularem de um projeto pedagógico que contemplasse a formação profissional do estudante. A respeito das IES privadas, mesmo havendo discordância de muitos, cabe ressaltar que as suas atuações estão sujeitas às mesmas normas prevaletentes para as instituições públicas, pela fundamental razão de que ambas prestam serviço público. Sob esse prisma, o entendimento da sociedade já se fazia distorcido do objetivo – fim das IES. Assim, conforme Medina (2005, p.74), “o ensino superior é, com efeito, serviço público prestado pelo Estado, diretamente ou por intermédio de instituições, para tanto, credenciadas e autorizadas a ministrá-lo”.

Credenciada – condição da IES que obteve, da autoridade educacional pertinente (após solicitação, sob forma de projeto do qual deverá constar, obrigatoriamente, o elenco dos cursos solicitados e o plano de desenvolvimento institucional), concessão legal que lhe permite ministrar cursos superiores e, obrigatoriamente no caso de instituições universitárias, desenvolver atividades de pesquisa e extensão. Será concedida por tempo determinado e, para as IES novas, dar-se-á com o ato legal de autorização de funcionamento dos cursos. O credenciamento de universidade privada dar-se-á por transformação de IES já credenciadas e em funcionamento

que satisfaçam às condições estabelecidas na legislação pertinente, em ato do Presidente da República, do qual constará o prazo de validade. Já a universidade pública federal será criada por iniciativa do poder executivo, mediante encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional e terá o seu credenciamento concedido por tempo determinado e renovado periodicamente após processo regular de avaliação (INEP, 2006, b).

Naturalmente que, ao longo do tempo, as expectativas geradas pela sociedade sobre as IES foram frustradas, tanto em relação ao resultado almejado na qualidade de ensino, como pela falta de interação com as demandas da sociedade para ambas as naturezas jurídicas. Assim a esse respeito, Todorov (2005) compreende que o espaço da instituição de ensino deve ser o espaço da sociedade onde esta se insere, portanto, para ele, o verdadeiro ensino é aquele em que as salas de aula são do tamanho de sua região.

Neste sentido, havia na sociedade, a demanda para que as IES incorporassem nas suas funções, a promoção da coesão social, pois, de fato, só dessa forma se conseguiria colocá-las a par dos problemas das comunidades promovendo soluções. Ainda mais que a universidade, ao comunicar-se com a realidade local regional ou nacional, tem a possibilidade de renovar constantemente sua própria estrutura, seus currículos e suas ações, conduzindo-os para o atendimento da verdadeira realidade do país.

No entanto, esse entendimento não era comum, pois cabe frisar que, ainda na década de 60, a realidade do ensino superior estava relacionada à produção da pesquisa científica conforme estabelecido pelo governo federal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.540/68, art. nº 2), que assegurava “o preceito de indissociabilidade entre ensino e pesquisa” e ainda descrevia sobre sua finalidade: “a formação de profissionais de nível universitário” pela Lei nº 4.024, de 1961, no art. 2.

Com o respaldo dessa lei, à medida que se assegurassem esses objetivos, a atividade universitária pretendia-se socialmente justificada, isto é, a prestação de serviço público bastava em si só ao proporcionar o conhecimento científico à sociedade. Esse perfil manteve-se no Brasil até final da década de 80 (MACEDO, 2005).

Compreende-se que, até então, as universidades mantinham-se como organizações que priorizavam o ensino e pesquisa, respaldados pela LDB, embora o governo tivesse constituído as universidades para fins de demandas sociais. O fato de colaborar com a garantia da lei não resultou, no entanto, numa prática social sistematizada pelas IES, visto que na lei não havia exposição clara de como deveria ser realizado o atendimento dessas demandas sociais, o que deu margem a muitas discussões. Portanto, as diretrizes dos projetos para comunidade ficaram a cargo da interpretação dos seus colegiados em conjunto com professores e dirigentes. Mais adiante, foi incorporada às IES a função de estender à comunidade a pesquisa produzida e o conhecimento gerado por meio da extensão universitária.

3.3 A extensão nas IES

Cabe compreender então o seu conceito, finalidade e fatos que influenciaram e desencadearam sua inserção no Brasil. Com o advento da revolução industrial, uma nova concepção de educação surge no século XIX, na Europa; esta apresentava às universidades a necessidade de se prestar serviços às comunidades por meio da educação continuada que seguisse ao longo da vida. Sob este contexto, apareceu a extensão universitária ao mesmo tempo do surgimento da pesquisa. Mais tarde, os modelos europeus de universidade foram adaptados nas Américas.

Em 1918, surge na Argentina o Manifesto de Córdoba, de iniciativa estudantil e considerado um marco na história. Foi, a partir dele, que a universidade latino-americana passou a buscar maior compromisso social. Nesse documento, a extensão é vista como fortalecedora da universidade por desencadear sua maior participação nas problemáticas nacionais. Assim, discursos oficiais e propostas de segmentos ligados à estrutura universitária foram influenciados na questão da missão social da universidade levando-a a obter um perfil mais crítico e de compromisso não só com o desenvolvimento, mas com a transformação da sociedade. Esse movimento trouxe também outras conquistas, dentre elas: a autonomia política, a gratuidade do ensino e a livre freqüência às aulas.

No Brasil, o termo extensão universitária aparece sob as mais diversas definições, em diferentes tentativas de se criarem limites para sua prática ou, por outro lado, para servir de justificativa para práticas que acontecem sem um espaço claro dentro da academia. As divergências nas concepções da extensão universitária decorrem tanto das diversas definições como podem ser fruto da própria construção histórica da educação no Brasil. Nela, três agentes contribuíram para a construção de seu conceito: os estudantes – com movimentos socializadores; o governo - centrando-se em ações assistencialistas e as IES como articuladoras entre a universidade e a sociedade (SOUSA, 2000).

Conforme a autora, a origem da extensão universitária deveu-se ao movimento estudantil, devido à forma direta com que os discentes atuavam nos principais problemas da sociedade. O início desse movimento deu-se por ações esporádicas, regionalizadas e não organizadas, porém presentes em momentos importantes de decisão política para o país, como nas campanhas abolicionistas e da inconfidência mineira. Para eles, a extensão universitária era considerada um instrumento de envolvimento político, social e cultural da universidade com a sociedade.

Em vista disso, vários movimentos influenciaram a implantação das atividades de extensão nas IES brasileiras. Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito por Fernando de Azevedo e assinado por outros educadores da época, que já clamavam por uma reforma na educação.

Em 1938, foi a vez dos estudantes universitários lutarem por um projeto de Reforma Universitária compatível com a realidade social em vigor, considerando, nesse projeto, a extensão como uma das prioridades da educação superior. Foi a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, movimento organizado que trouxe a consciência nacional dos jovens sobre problemas dos mais diferentes setores, que os estudantes universitários criaram “O Plano de Sugestões para a Reforma Educacional Brasileira”; nele se destacavam as funções desejadas para as universidades: “desenvolvimento do saber e dos métodos de estudo e pesquisa, difusão cultural e assistência integral aos estudantes”. O plano tem como mérito apresentar a extensão como função acadêmica (SOUSA, 2000, p. 30).

O movimento estudantil, que teve influência do Manifesto de Córdoba, desencadeou o fortalecimento da extensão universitária, no país. Mais tarde, no início dos anos 60, no Brasil, foi realizado o I seminário latino - americano de reforma

e democratização do ensino, em Salvador, que traz o ideário de Córdoba para o debate brasileiro. Assim, a luta pela construção de uma universidade pública que busque realizar, de forma permanente, o equilíbrio entre qualidade acadêmica, relevância social e equidade social, guarda referência desse movimento que extrapolou fronteiras nacionais, influenciando também países como o Uruguai, Bolívia, Peru, Venezuela, México e Colômbia (TRINDADE, 2004).

Muitos debates marcaram essa década que, em certos momentos, foram produzidos pela mobilização popular objetivando reformas sociais, o que fez promover alterações qualitativas no caráter da extensão nas IES, como o envolvimento destas IES nas questões da sociedade de modo a absorver as contradições das relações sociais, com fins de transformar e servir de trilha para o desenvolvimento sustentável (SOUSA, 2000).

Novamente, os estudantes universitários, com o incentivo de intelectuais da época, continuaram com sede de reformas nas universidades brasileiras, de modo que concentraram esforços na perspectiva dessas instituições focarem a extensão universitária como prática da RS. A resposta dessa concentração culminou em 1961 com a criação de um documento denominado a Declaração da Bahia e considerado, na época, como o movimento mais significativo já realizado, por tratar de dois assuntos prioritários no país: a realidade brasileira e a universidade no Brasil enfatizando as atividades extensionistas.

Em 1962, “a responsabilidade social da universidade” foi o tema do XXV Congresso Mundial da *Pax Romana*, realizado na cidade de Montevideu. No contexto da guerra fria e, obviamente, considerando os principais atores sociais daquele momento, os ideólogos da *Pax Romana* – movimento de intelectuais e acadêmicos católicos que atuam no ambiente universitário – apontavam a RS como o dever que a universidade tem para com os estudantes, os grupos sociais (imprensa, indústria, comércio, sindicatos, etc.), o Estado e a Igreja. Na época, as universidades eram principalmente estatais e, portanto, predominava no mundo a ideologia do Estado de Bem-Estar, “por isso elas deveriam cumprir rigorosamente com seus deveres para com a sociedade que a financiava, se quisessem ter seus direitos e autonomia validada e reconhecida” (CALDERÓN, 2005, p. 14).

Ainda para esse autor, a RS assumia um significado amplo, ao se referir aos deveres para o conjunto da sociedade; e um significado específico, com relação à

procura de soluções para os problemas sociais para superar a necessidade de uma melhor distribuição da riqueza e promover socialmente os operários e camponeses. que eram os principais atores sociais popular da época.

Conforme Santos (1996), para alguns, tratava-se de criticar o isolamento da universidade e de colocá-la a serviço da sociedade; para outros, tratava-se de denunciar que o aparente isolamento escondia seu envolvimento em favor dos interesses e das classes dominantes, fato que devia ser condenado.

Os participantes do congresso enfatizavam ainda que, como parte do cumprimento da responsabilidade social, a universidade deveria insistir na sua função educadora, não esquecendo a dimensão social da educação, por meio do despertar no estudante o espírito social em prol dos setores sociais menos favorecidos, por meio das atividades de extensão universitária. Sob essa ótica, pode-se perceber a adoção da responsabilidade, dentro dos âmbitos interno e externo, pela comunidade universitária. Cabe aqui fazer uma distinção entre comunidade acadêmica e comunidade universitária:

Comunidade acadêmica – conjunto de professores e pesquisadores (e seus discípulos) que desenvolvem suas atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) nas instituições de educação superior e nas instituições de pesquisa. Comunidade universitária – conjunto de pessoas – administradores, professores, alunos, técnicos, funcionários administrativos e outros agentes da sociedade - que exercem atividades em instituição de educação superior. Esta expressão é utilizada para qualquer IES, mesmo que não seja uma instituição universitária (universidade ou centro universitário) (INEP, 2006, b).

A partir da década de sessenta, a “responsabilidade social da universidade” foi uma tendência emergente nas universidades européias e norte-americanas (CALDERÓN, 2005). No Brasil, após o golpe de 1964, o governo assume as diretrizes sobre as ações sociais estudantis enfraquecendo a UNE.

Dando prosseguimento às Leis de Diretrizes e Bases, quatro anos mais tarde, a Lei 5.540, de 1968, cria e define o departamento de extensão universitária, tornando-o obrigatório em todas as instituições e devendo estar vinculado ao ensino e pesquisa ficando estabelecido no artigo 20 que:

[...] as universidades e os estabelecimentos de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes e através da extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

A palavra extensão, nesse contexto, implica estender-se, em levar algo a algum lugar ou até alguém. Portanto, a extensão é uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela informações, tais como: suas reais necessidades, seus anseios e aspirações, também aprendendo com o saber dessas comunidades. Ocorre, na realidade, que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade (SILVA, 1997).

A extensão define-se como dimensão do trabalho desenvolvido pela academia no ensino e na pesquisa, na formação de recursos humanos e na produção e divulgação do conhecimento produzido (TODOROV & ROSSI, 1996). Desse modo, o trabalho da extensão só se justifica à medida que extensão é ensino e/ ou pesquisa: o aluno atende à população carente como parte de seu aprendizado prático, seja no exercício profissional, seja no treinamento de suas habilidades de pesquisa.

O que Silva (1997) salienta é que, no meio universitário, por vezes se confunde o termo "extensão" com "cursos de extensão universitária". Os cursos de extensão universitária, explica ele, são geralmente acadêmicos e com pequena carga-horária, destinam-se a complementar conhecimento em áreas específicas. Já as atividades de extensão - dever constitucional das universidades - são bastante amplas, complexas e não se confundem com "cursos de extensão".

Algumas dessas atividades caracterizam a extensão: cursos, palestras e conferências, cursos de verão, campanhas orientadoras, programas e eventos culturais e esportivos, universidades volantes, hospitais flutuantes, ações cívico-sociais etc Assim, vários cursos de extensão podem estar inseridos dentro das atividades de extensão universitária da Instituição, mas isso não significa que a extensão seja apenas a sistematização de "cursos de extensão universitária".

Sobre a extensão universitária, Sampaio (2004) a concebe como uma categoria ética que questiona o sentido e relevância do ensino e da pesquisa e defende que a

arte de amar é o elemento constitutivo da prática universitária, pois sua preocupação com o próximo pode ajudar a desenvolver a cidadania como valor inalienável.

Em síntese, requer-se das IES a oferta de uma educação que esteja voltada para a resolução de problemas e de demandas da comunidade, na qual está inserida; na prática, exige-se que se faça uso de seus recursos humanos e materiais e do arsenal de talentos para assumir, de maneira sistemática, papéis e funções sociais.

Após a inserção dos artigos 20 e 40, algumas iniciativas de instituições mais jovens, as do tipo gazelas, referidas por Castro (2002), marcaram o início de uma nova modalidade de relacionamento com o entorno socioeconômico com intervenções diretas. A exemplo da Universidade Estadual Paulista, por meio da ampliação de prestação de serviço de saúde à população, utilizando-se das clínicas e ambulatórios das faculdades de Medicina e Odontologia para atendimento.

Uma segunda medida firmou uma rede de relações das IES com o setor produtivo e as empresas econômicas, a partir de prestação de serviços técnicos, passando pelo firmamento de parcerias em grandes projetos para implantar novas tecnologias no Brasil. Outro fator contributivo foi o comprometimento progressivo e acentuado das IES privadas com atividades de extensão. Nessa direção, algumas ações de temporalidade permanente envolviam temas como; direitos humanos, educação popular, saúde e assessoria aos movimentos populares (MACEDO, 2005).

Apesar de serem desenvolvidas atividades de extensão é fácil perceber que muitas ações eram do tipo assistencialistas e paternalistas nos anos 70; correspondem, portanto, ao conceito de filantropia destacado por Melo Neto e Fróes (2004) ao confrontar as características de filantropia e RS no capítulo 1.

Prosseguindo na cronologia dos fatos, nos anos 80, lá pelo fim do Regime Militar, a temática da RS ressurgiu dentro de um espírito embasado pela democracia e fortalecimento das classes sociais que podiam expor, de forma livre, seus problemas sem ameaças de governo. A continuidade desses debates aconteceu muito em função da idéia de que as ações assistencialistas das organizações não eram suficientes para modificar a realidade.

Todo o percurso iniciado por intelectuais e estudantes universitários foi válido por eles alcançarem reformas político - administrativas estatais no segmento da

educação, como também estimularem iniciativas nas IES em focar, nas atividades de extensão, as questões relativas ao social. Nesse contexto, as atividades geradas e suas conseqüências encontraram reconhecimento legal diante da nova Constituição Federal Brasileira de 1988 (MACEDO, 2005). Essa, sim, representa o marco que consagra profunda alteração na natureza da universidade ao estabelecer, em seu artigo 207, que “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Autonomia universitária – princípio constitucional que consagra, às instituições de educação superior de grande envergadura e ampla dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão, prerrogativas de regulação própria no que tange a matérias acadêmica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (INEP, 2006, b).

Com essa redefinição atribui-se ao papel da extensão universitária a mesma relevância do ensino e da pesquisa, as quais devem merecer igualdade em tratamento, pois, ao contrário, estarão violando preceito constitucional. No entanto, Cardoso (2004) afirma que a autonomia deve ser instituída no sentido mais amplo da expressão institucional: administrativa, acadêmica, pedagógica e, sobretudo, da pesquisa, que é o grande motor das universidades e a ser realizada com compromisso social por parte das universidades que, para ele, representa a adequação das suas atividades, como o ensino e a pesquisa, à realidade do país, às necessidades sociais, culturais, econômicas e mesmo às exigências regionais. Para ele, as universidades não devem fazer o que bem entendam, mas buscar agir regionalmente, adaptando sua estrutura e oferta às exigências e necessidades latentes.

Sobre a interdependência entre pesquisa, ensino e extensão, Silva (1997) expõe que o ensino necessita da extensão para difundir, socializar e democratizar seus conhecimentos na comunidade e complementá-los com aplicações práticas; por sua vez, a extensão precisa dos conteúdos, educandos e professores do ensino para ser efetivada. A extensão precisa da pesquisa para diagnosticar e oferecer

soluções para problemas diversos com os quais irá deparar-se, bem como para que esteja constantemente atualizando-se. Pelo ângulo da pesquisa, essa prescinde dos conhecimentos detidos pelo ensino, como ponto de origem para novas descobertas e, da extensão, para difundir e aplicar sua produção.

Com a extensão, as IES passam a ampliar o raio de suas atuações com autonomia da Constituição Federal que estabelece as IES, seja pública ou privada, como agentes legitimamente responsáveis pelo entorno social. Para Neto (2005), a autonomia das instituições é entendida como a capacidade de decidir ou agir por si mesma, com responsabilidade, sobre políticas, estratégias e ações, a partir das relações de interdependência sistêmica com outros atores e instâncias. Embora haja graus de liberdade, nem tudo deve ser possível ou defensável.

A edição da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, não só tratou do papel da extensão como requisitou a sua total abertura à população:

[...] estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade e ainda, promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição.

Na análise de Macedo (2005), é inegável que a lei de Diretrizes e Bases amplia os limites da extensão para além dos muros da instituição universitária e, além disso, a LDB associa a realização da pesquisa ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da difusão da cultura para o desenvolvimento do homem e do meio em que vive.

Em conseqüência dos avanços legais, no período entre a nova Constituição e a LDB de 1996, muitos temas começaram a ser percebidos e tratados nas universidades de São Paulo aplicando a metodologia científica, o que resultou, conforme Macedo (2005), em resultados satisfatórios, como a melhoria da qualidade de vida da população; A exemplo, foram tratados temas como: medicina popular e aproveitamento de recursos naturais renováveis em novas aplicações industriais.

Com a criação da extensão, a concepção de compromisso social das IES ficou mais bem definida; no entanto, na atualidade, esse termo permanece presente nas discussões no campo das IES, enquanto que em diversas outras organizações empresariais esse mesmo termo é denominado de RS.

Pelo exposto, depreende-se que várias razões justificaram os diferentes desempenhos das IES em atividades sociais: as tardias diretrizes educacionais de governo - que culminaram com a transformação de seu objetivo, o regime antidemocrático vigente por um longo período - reprimindo os movimentos populares, acadêmicos e estudantis, e a carência em se estabelecer a amplitude do conceito e prática da extensão universitária, apesar de se estabelecer legalmente sua obrigatoriedade.

Esse contexto foi também responsável por fazer que os gestores inserissem o compromisso social como prática discricionária, não fossem as exigências da sociedade e as interferências de intelectuais, da mídia e de até organismos internacionais.

Argumentos contrários à prática de RS indiscriminada encontram respaldo em Schwartzman (2005), ele argumenta que a responsabilidade social, no caso das IES, deva receber um tratamento diferenciado em razão de haver limites de recursos face à natureza jurídica, assim como propósitos e autonomia diferenciados esclarecendo, portanto, que existem as instituições de ensino superior que agem estritamente como empresas particulares e pagam impostos; a estas não se devem impor práticas sociais, já há outras que são filantrópicas e têm obrigação de contrapartidas; e há ainda àquelas que não são beneficentes, mas têm algumas imunidades fiscais devendo atuar no social.

A respeito das particularidades das IES, Baldrige *et al.* (1983) asseguram que universidades são organizações complexas, pois, apesar de exibirem as mesmas características e necessidades dos demais tipos de organizações, seus processos e demandas são diferenciados, tornando-as organizações únicas, as quais diferem de organizações industriais, órgãos governamentais e empresas de serviços. E ainda, essas características não são consoantes com atividades burocráticas, uma vez que tal denominação traz a conotação de estabilidade ou, até mesmo, rigidez, e as organizações universitárias são mais fluidas.

Bundt (2000), tomando por base vários autores, descreve um conjunto de características das universidades, para ratificar que as mesmas são organizações peculiares: a) diversidade de finalidades (ensino, pesquisa, extensão), cujos propósitos não são facilmente identificáveis; quanto a esses, no entanto, precisa - se de uma articulação bem definida e compassada sem que se possa perder de vista a interdependência dos mesmos; b) existe uma mistura entre autonomia e dependência nas relações com a sociedade, pois a universidade depende legal e economicamente da mesma, mas está resguardada em função do prestígio que possui e que proporciona.

Sob o aspecto da autonomia, Cardoso (2004) defende que deva haver democratização interna da gestão das universidades, desde os orçamentos até os rumos da pesquisa, pois entende que os "orçamentos participativos" são um instrumento fundamental da realização da autonomia das universidades. Para ele, toda comunidade acadêmica, de maneira transparente e democrática, deveria discutir seus orçamentos definindo e explicitando o que a comunidade acadêmica entende seja o mais adequado realizar dentro de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com esse grau de autonomia, a comunidade acadêmica tem mais chance de atender e cumprir com o compromisso social na medida em que dispõe de liberdade para equilibrar ensino, pesquisa e extensão.

c) difusão de autoridade, estabelecendo zonas de poder e influência que se sobrepõem, muitas vezes, com iniciativas internas que escapam ao controle do poder central; d) por outro lado, existe a fragmentação interna, pela elevada autonomia baseada no profissionalismo, especialização, tradição e natureza das atividades; e ainda; e) as medidas de desempenho para o alcance de objetivos são de difícil quantificação.

O tema da educação superior, mais precisamente sob os pontos de vistas oficiais, conforme Dias (2004), tem evoluído. A partir do movimento de Córdoba, encontros internacionais sucederam-se para alavancar discussões e mobilizar, em sentido global, a sociedade para um direcionamento unânime que atendesse às expectativas da sociedade em geral. Em 1998, em Córdoba, abriu-se uma conferência sobre a educação superior na qual se concluiu que, antes de se realizarem reformas na educação superior, no sentido de implementar o que se

concebia como ideal, era preciso que se determinasse que modelo de sociedade se queria desenvolver.

Logo depois, houve uma conferência em Paris, com o tema *Universidad, globalización e Identidad Iberoamericana*, em que pontos fundamentais foram objeto de consenso internacional e que, portanto, enviam à sociedade perspectivas otimistas, já pela razão de ter se chegado ao consenso. Dentre eles: a) a educação superior deve cooperar na solução dos grandes problemas da sociedade, tais como: eliminação da pobreza, da intolerância, da destruição do meio ambiente etc; b) as IES devem formar os estudantes para tornarem-se cidadãos com espírito e capacidades críticas; c) as orientações, a longo prazo, devem ser baseadas nos objetivos e necessidades sociais e culturais, o que elimina, por exclusão, a aceitação de dependência mecânica ao mercado (CARDOSO, 2004).

Pelas dificuldades expostas por Bundt (2000) e o confronto com as perspectivas positivas do consenso, gerados nesses encontros internacionais - em que participam autoridades governamentais e instituições ligadas à educação - um aspecto parece resumir e, ao mesmo tempo, definir a questão que serve de entrave para uma melhor atuação das IES na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar de na teoria haver o consenso, Cardoso (2004) alerta que, de nada adianta se, na prática, há carência de políticas e projetos definidos para cada área específica do conhecimento que favoreça o desempenho eficiente das IES.

Faz-se relevante destacar que, no sentido de proporcionar melhores desempenhos acadêmicos, o governo brasileiro preocupou-se em trazer a dimensão pública para todas as instituições de ensino superior, independentemente de sua natureza, provocando mudanças, dentre elas, a promoção de uma cultura que valorize a RS dessas instituições. Com vistas a este propósito, o governo instituiu o Sistema Nacional de Avaliação das Instituições de Ensino Superior - SINAES, que estabelece e pontua requisitos sugeridos para avaliação das IES sendo que, dentre esses, destaca-se o compromisso com a RS, com valores éticos e com o exercício da cidadania.

No entanto, por ser esse um instrumento recente, instituído por força da lei de nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e validado em 2005, atualmente no ambiente das IES, o mesmo está em sua fase de avaliação interna. Por essa razão, não houve tempo hábil para que tais instituições tenham implantado novas ações de RS por

conta dos novos critérios instituídos. Trata-se de uma medida inovadora, visto que, em nenhum momento anterior da história da educação brasileira, foi estabelecido um sistema de avaliação semelhante.

3.4 Responsabilidade social e ética nas IES

Em se tratando da RS, Calderón (2005) questiona se há, de fato, novidade no termo ou trata-se de mais um modismo na terminologia uma vez que, no linguajar acadêmico, estatal e societário, havia muitas discussões em torno do compromisso social. De mesmo entendimento na época, o termo RS já era objeto de discussão na comunidade acadêmica em Montevideu, o que chamava a atenção para os desníveis socioeconômicos que traziam a insatisfação da sociedade. Para esse autor, a RS parece-lhe uma questão pertinente e atual e cita a revelação de Cristóvam Buarque, durante seminário internacional *Universidade XXI*, em novembro de 2003, que “as universidades não estão totalmente alienadas, mas estão tangenciando o compromisso social”, o que confirma sua observação (CALDERÓN, 2005, p. 14).

Após levantamento feito pelo autor, o mesmo propõe algumas reflexões: a) a RS nas universidades não é assunto tão novo quanto se apresenta; b) existe uma relação estreita com a extensão; c) trata-se de um dever, tornando-se parte constitutiva da natureza e da essência da universidade e d) deve-se traduzir em ações concretas que rompam com o elitismo das universidades e atendam às necessidades da população que a financia.

Relembrando Drucker (1984) sobre a questão da autoridade, infere-se que as IES têm competência (corresponde a sua missão específica) para desempenharem funções de RS, pois faz parte de seus valores e de sua missão específica, perante a sociedade, tanto a formação de profissionais-cidadãos, como a promoção do bem-estar coletivo por meio da produção, divulgação e aplicação do conhecimento. Portanto, o exercício da cidadania é um dos valores éticos que gera atitudes socialmente responsáveis Assim, a possibilidade de educar com RS, bem como instituir suas práticas por meio de seus estudantes, encontra-se na zona de sua

competência. A menos que haja propósitos políticos que a façam distanciar de seus valores originais.

Para Grajew (2004), a questão da autoridade leva os dirigentes ou organizações a decidirem como, quando e onde agir. Existe nessa concepção a abordagem de hierarquia em que há sempre alguém no comando e há sempre pessoas prontas para executar. Sob esse olhar, a universidade pode ser vista como a determinante das ações e a comunidade como agentes passivos receptores das ditas “soluções”. Tal visão, no entanto, não comunga com o propósito socializador e participativo que deva ter esse tipo de instituição.

Percebe-se, nesse instante, que a RS deve ser compreendida como um compromisso social participativo e não pela relação de autoridade no sentido explicitado por Grajew (2004), visto que o comprometimento das universidades deve-se traduzir em gerar acordos com liberdade, que estimulem tanto as comunidades acadêmicas e universitárias, como os grupos beneficiários. Dessa forma, naturalmente, também há maiores chances de se instituírem parcerias com outras entidades da sociedade civil organizada, organismos públicos ou instituições do terceiro setor e até as organizações estrangeiras. O benefício dessas parcerias está em fortalecer o vínculo entre a organização e seus beneficiários, além de favorecer a sustentabilidade das atividades das partes envolvidas. A Figura a seguir ilustra as relações das IES com seus *stakeholders*:

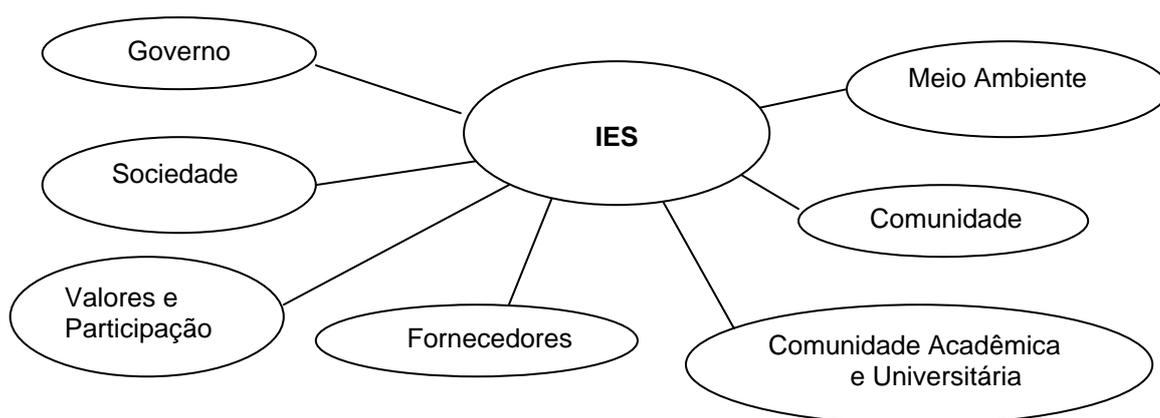


Figura 4: Relação das IES com seus *stakeholders*. Fonte: Pesquisa, 2006.

No entanto, Demo (1996) explica que, para se estabelecer a organização de uma comunidade, é preciso que o projeto esteja revestido de traços culturais do

grupo, para que a comunidade o reconheça como sendo seu. Para tanto, é fundamental que se conheça uma série de traços característicos da comunidade, como língua, mitos, valores, crenças como também modos próprios de ser e de interagir. Logo, não considerar a cultura comunitária em projetos de cunho social significa produzir iniciativas imperialistas que não supõem a potencialidade e a criatividade daquela comunidade. Em vista dessa criatividade, Furlani (2005) acrescenta que para o enfrentamento coletivo dos problemas as ações devem favorecer o empreendedorismo individual e coletivo, além do desenvolvimento do capital social (que prega a atitude cooperada baseada na confiança, no respeito, na lealdade aos princípios e regras eximindo, para tanto, as formas tradicionais de contrato). Assim, a influência das IES no cotidiano pode ser resumida nestas palavras:

O educador e as instituições universitárias, dentro do seu raio de ação, podem ajudar a fazer crescer a cidade futura, a que brota, como dizia o poeta, da aparente inutilidade das coisas que formam o imenso cotidiano. Assim, nossa palavra e nossa ação podem fertilizar o encontro, pois há que buscar a si mesmo na experiência do outro e inteirar-se nela (FURLANI, 2005, p. 70).

Uma referência da atuação das IES nas comunidades vem do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que registrou, a partir de um censo em 2003, algumas atividades de extensão das IES, tais como: atendimentos médicos prestados, assistência jurídica, laudos técnicos, programas de rádio, cursos de extensão presenciais e eventos.

Uma medida que merece destaque foi a criação do Fórum Permanente pela Paz no Trânsito, coordenado pela extensão da universidade de Brasília, que teve como consequência a “Lei da Faixa” responsável por transformar a realidade do trânsito local em benefício aos pedestres e motoristas. Nesse evento, houve a integração da comunidade acadêmica empenhada em solucionar os entraves locais do trânsito que repercutiam negativamente na qualidade de vida dos brasilienses. Em resposta aos esforços empreendidos, o respeito “à Lei da Faixa” aos pedestres vigora desde 1996 até os dias atuais, ressaltando que foi uma ação resultante do

produto das discussões acadêmicas entre pesquisadores, docentes e discentes, aliado às técnicas produzidas (TODOROV, 2005.p. 45).

Duas restrições a respeito da RS são reconhecidas: uma está relacionada à falta de uma definição consensual sobre a temática e, por isso, desencadeiam-se muitas interpretações que dificultam estabelecer as linhas de demarcação, conforme debatem autores como Ashley (2002) e Fischer (2005), no primeiro capítulo. E a outra se refere a afirmações de economistas como Friedman (1988), Levitt (1958) e outros que negam haver relação positiva entre o comportamento social e o desenvolvimento econômico, devendo estar desvinculados para fins de se obter melhor resultado econômico, sem aumento de custos por envolvimento social.

Ainda assim, projetos de RS intrainstitucional vêm se destacando no Brasil, extrapolando o âmbito do setor produtivo para ganhar destaque no segmento da educação. A exemplo desse investimento social, vêm-se as iniciativas da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e da Câmara de Ensino Superior que fizeram com que as faculdades particulares e não - particulares implementassem, a partir de 2003, a disciplina gestão social em todos os seus cursos. A Câmara Superior de Ensino reúne onze instituições de ensino superior não - governamentais e governamentais, que tratam de interagir com o meio acadêmico para a criação de um novo padrão de ensino, por meio do qual se possa inculcar no educando a prática e o sentido da RS (ARRUDA, 2002).

Conforme este autor, essa é uma iniciativa pioneira no Brasil e, certamente, se bem executada, irá servir de modelo para outros estados. O objetivo da disciplina é dar noções elementares de princípios éticos universais, de cidadania e de RS e, principalmente, discutir a forma que cada indivíduo e instituição /empresa pode contribuir para a construção de um mundo melhor.

O fato é que o tema tem ganhado destaque, a ponto de ser comprovado também o envolvimento das IES do Estado de São Paulo em ações comunitárias. Esta comprovação foi realizada por meio da Franceschini Análises de Mercado, uma empresa contratada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos do Ensino Superior de São Paulo (SEMESP) para quantificar e detalhar a atuação destas IES no cumprimento da RS, em 2004. Como resultado dessa pesquisa obteve-se que: 66% das IES de SP foram pesquisadas, representando o total de 440 IES, dessas, 88% realizam projetos sociais e 75% são

projetos extracurriculares. Destaca-se ainda a participação de professores, estudantes e auxiliares de ensino nos projetos sociais não só como voluntários como também beneficiários dos projetos sociais (RODRIGUES, 2005).

Uma pesquisa mais recente veio comprovar a crescente atuação das IES no campo das ações de RS. Desta vez, o levantamento ficou a cargo da Associação dos Mantenedores do Ensino Superior (ABMES), que realizou uma pesquisa em nível nacional, no período de 2005, referente às ações de 2004, por meio eletrônico, tendo como objetivo identificar o perfil das IES particulares no Brasil e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país. As IES colaboradoras foram em número de 221 (privadas) e os resultados apontaram que nove em cada 10 IES privadas atuaram, em 2004, em algum projeto de RS (saúde, educação, cultura, meio ambiente), mais especificamente:

- 56% desenvolveram e /ou atuaram em programas de voluntariado;
- 42% prestaram serviços por meio dos seus escritórios modelo e núcleos;
- 39% prestaram algum tipo de atendimento psicopedagógico;
- 27% têm algum tipo de clínica – escola que atende à comunidade;
- 26% têm programas de alfabetização;
- 23% têm programas ambientais etc
- e ainda esses projetos foram financiados com recursos próprios das IES.

Cabe ressaltar que a referida pesquisa não procurou distinguir ações assistencialistas de práticas de RS relacionando indiscriminadamente as ações sociais à RS.

Pelos exemplos citados, pôde-se verificar que há desde ações simples de assistencialismo, como as prestações de serviços de saúde à comunidade, até ações que demandam envolvimento, participação, parcerias e acordos, gerando maior amplitude e profundidade nas soluções, como a questão do trânsito em Brasília. Dessa forma, Carvalho (2005) adverte que a grande marca do ensino superior não está em fazer benevolências, mas construir práticas pedagógicas que levem o aluno em formação a empenhar-se pelo bem comum, diagnosticar

problemas, exercer o pensamento crítico e elaborar estratégias de intervenção viáveis no cenário em que atua, concomitante com seu aprendizado.

Sobre esse enfoque, Sordi (2005), em consonância com Carvalho (2005), alerta para o fato de que se agir *para* RS é distinto do agir *com* RS. Na primeira concepção, o agir *para* significa que os estudantes devem aprender para depois aplicarem, assim os estudantes ouvem como um outro conteúdo qualquer, porém não se trata de uma ação concomitante com o aprendizado prático. Esta concepção parece estar mais próxima do primeiro exemplo que se refere à introdução da disciplina gestão social na estrutura curricular como campo teórico apenas. Ocorre que nessa situação, geralmente o estudo da RS limita-se ao aprendizado teórico da disciplina, em que os estudantes só colocarão em prática no momento em que estiverem exercendo suas atividades profissionais.

Para De Paula (2001) os docentes estão constantemente sofrendo pressões a fim de se adequarem às exigências do mercado de trabalho. Desse modo, deixam de lado posicionamentos críticos que poderiam contribuir para a mudança de paradigmas da educação. Nessa ótica, coloca-se de lado a compreensão do poder de transformação da realidade de modo que o objetivo passa a ser a luta pela sobrevivência profissional.

Na segunda opção, o agir *com*, é preciso admitir que RS não tem hora nem local próprio para ser praticada. Percorre de ponta a ponta o sistema educacional e ninguém, em instância alguma, deve se isentar de trabalhar de forma coerente com o conceito, assumindo riscos e possibilidades do nível macro até o interior da sala de aula. Mas há um cuidado a considerar: é que as ações devem merecer um olhar sempre crítico no sentido de se avaliarem os propósitos e conseqüências das ações para a sociedade, pois se corre o risco de se querer agir, *com* RS, mas fraquejar na falta de uma consciência maior da real dimensão do conceito. Assim, o resultado pode vir a ser configurado como ações filantrópicas ou assistencialistas (trabalhos voluntários de alunos, professores e funcionários) desenvolvidas pelo núcleo de extensão das IES.

Salienta Schwartzman (2005), indo mais a fundo na questão, que prestar serviços de saúde bucal na comunidade não combate a origem do problema. O ato de RS poderia ser entendido como a concessão de bolsas de estudo a pessoas carentes, isto, sim, pode ser considerado um investimento em capital humano,

contribuindo para o acréscimo da renda e produtividade dos beneficiários. Entende o autor que há, dessa forma, uma verdadeira contribuição ao desenvolvimento social e à sustentabilidade.

Conforme exposto por Furlani (2005), o aprendizado deve estar também na interação com o outro, na observância de seu comportamento, de seus hábitos, bem como na troca de experiências que possam aperfeiçoar condutas. Sobre a fertilidade do encontro de tais experiências, pode-se ainda observar duas óticas: uma está sob o olhar de Todorov (2005), em que o Brasil de hoje precisa refazer o elo de caráter individual e coletivo, do público e privado, na perspectiva de que ações somatórias e complementares sejam mais úteis à sociedade; e outra ótica refere-se ao encontro da comunidade universitária com a comunidade popular ou carente possibilitando à primeira vivenciar o dia-a-dia, as angústias e as dificuldades enfrentadas por essa população para encontrar soluções que, de fato, possam equacionar suas problemáticas.

A primeira condição para esse elo, aponta o autor, é a liberdade, pois uma instituição de ensino que prepara cidadãos para a liberdade é a que garante que ninguém será discriminado, a favor ou contra, por questões ideológicas, políticas, partidárias, filosóficas, religiosas; por defender teorias ou abordagens, ou por pertencer a qualquer grupo ou facção, ou até mesmo por não querer pertencer a grupos e facções.

Outro requisito repousa na questão ética, pois, para Sordi (2005), a opção em se trabalhar com educação requer dos envolvidos (gestores, professores e funcionários) obrigações éticas que não podem ser subestimadas e que devem ser monitoradas nos diferentes níveis sob pena de se desvirtuar e empobrecer o sentido do projeto educativo e, por consequência, não atingir a expectativa social. A ética tem a ver com a credibilidade dos atos e propostas das IES na sociedade e, portanto, a aceitação da intervenção das IES nas comunidades é possível, na medida em que suas atividades sejam delimitadas por princípios que garantam a produtividade das ações. A exemplo, tem-se a participação que convida ao debate à exposição bilateral de propósitos e limites e o estímulo à cooperação como meio de poder empreender as soluções, com esforços reduzidos, no sentido de não haver desperdícios de energia nem de material ou capital empregados, a favor de

melhores resultados (SORDI, 2005, p. 29-30) Pelo olhar de Demo (1996), a participação é:

Um processo de conquista infindável, um constante vir-a-ser, que não se imagina completa ou suficiente, seja por parte das comunidades, seja por parte do técnico, do pesquisador, do professor ou do intelectual. A participação não é, portanto, uma dádiva ou concessão e não admite a tutela por um doador. Ela precisa ser construída, refeita e recriada, necessita entusiasmo e fé nas potencialidades daqueles que, à primeira vista, parecem excluídos de tudo, exceto da pobreza (DEMO, 1996. p. 15).

De forma complementar Sordi (2005) declara que a postura ética deve acompanhar as ações dos dirigentes das instituições educacionais, orientar as relações pedagógicas e de trabalho no seu interior.

Da ética também depende o trabalho pedagógico para a configuração da universidade estratégica que visa estar integrada à história e em defesa da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Taffarel (2004) - na mesma linha de pensamento de Todorov (2005) - acrescenta que as universidades e escolas constituem espaços estratégicos para o desenvolvimento de uma política cultural que tenha, no centro, o atendimento das reivindicações da comunidade. Para que isso seja possível, o trabalho pedagógico deve ser conduzido na linha da autodeterminação, da participação voluntária responsável, em círculos autogeridos, cooperativos, solidários, abertos a experiências da comunidade.

Assim, passa-se a compreensão da ética na educação sobre o olhar de Catão (1995). Para ele, a educação é uma socialização das novas gerações de uma sociedade e, enquanto tal conserva os valores dominantes (a moral) naquela sociedade. A educação é também uma possibilidade e um impulso à transformação: desenvolvimento das potencialidades dos educandos, sendo ainda uma ação interativa: faz-se mediante informações, comunicação, diálogo entre seres humanos. Em toda educação há *um outro* em relação, por tudo isso, a ética está implicada.

Segundo ele, uma educação pode ser eficiente, enquanto processo formativo, e ao mesmo tempo eticamente a educação pode ser má, como foi a educação nazista, por exemplo. Pode ser boa do ponto de vista da moral vigente e má do

ponto de vista ético. A educação ética (ou, a ética na educação) acontece quando os valores no conteúdo e no exercício do ato de educar são valores humanos e humanizadores: a igualdade cívica, a justiça, a dignidade da pessoa, a democracia, a solidariedade, o desenvolvimento integral de cada um e de todos.

A universidade, por se tratar também de uma organização e, como já foi dito, todas tem sua importância econômica, política e social, ainda se revela especial pelo seu caráter formador de cidadãos. Em vista disso, Catão (1995) infere que o educador tem mais habilidade para consolidar a consciência ética, social e política de seus educandos, pois detém a metodologia específica para aceitar e conduzir a atitude radical dos jovens. Esses normalmente têm a postura de rejeitarem tudo o que vem de fora, portanto outras instituições que pregam valores dentro de concepções positivistas e ou religiosas acabam por não conseguir sensibilizar esses jovens. Esclarece ainda que o educador procura no próprio modo de ser do jovem, na sua subjetividade, um caminho para construir uma pedagogia que inclua os principais elementos de base ética: liberdade, consciência, lei, direitos e deveres, aspirações, justiça, verdade, fidelidade e amor.

A educação pela ética da solidariedade representa, de acordo com Sequeiros (2000), criar, progressivamente, uma consciência nova nas crianças, jovens e adultos que leve a uma transformação dos valores habituais e das práticas sociais para que esses sujeitos adotem uma postura e possam intervir em favor das pessoas carentes. O propósito é obter uma sociedade mais igualitária e menos injusta. Assmann e Sung (2003) ensinam que a solidariedade não é só uma questão a ser tratada por algumas disciplinas da área de humanas ou sociais ou por temas transversais, mas tem a ver com o modo de ver o mundo e a vida, tem a ver com duvidar dos rótulos sociais a que se está acostumado para classificar pessoas. Isso significa que é fundamental ter uma educação que dê espaço para dúvidas considerando-a benéfica para estimular um novo tipo de percepção das pessoas e do mundo.

Para esses autores, deve-se recorrer ao processo de sensibilização, de análise e de ação solidária desde os níveis mais próximos até os mais complexos e distantes. Assim os níveis que devem ser analisados vão desde a solidariedade familiar, passando pela solidariedade entre amigos, entre vizinhos e pela

solidariedade interpessoal, urbana, intercultural, regional, inter-racial, interclasses até a internacional. Esta representa o agir centrado no interesse central do mundo.

Embora admitindo que esses valores éticos possam estar sendo cultivados ou disseminados nos ambientes de certas IES, ao lembrar Enriquez (1997), tem-se que as relações nas organizações contemporâneas estão sendo estabelecidas pela ética da competitividade. O que se deduz, portanto, é que as IES são exemplos de organizações que não estão imunes a essa realidade.

Chauí (2004) consegue ir mais a fundo na questão quando se refere ao ambiente universitário: segundo a autora, esses valores cada vez mais impedidos de serem aplicados ou consolidados, por influência não só do sistema econômico e ideológico constituído, mas por estudantes, docentes, funcionários e pesquisadores estabelecerem suas relações com a universidade baseadas na razão instrumental. De mesmo entendimento de Chauí (2004), Vallaes (2003, p.12) expõe sobre os valores dominantes da universidade de hoje:

Los valores dominantes de la Universidad de hoy son: consumo, posesión, competencia, individualismo, dominación, etc. Se desarrolla una Universidad mercancía (servicio de formación al empleo cliente estudiante) y se derrumba la Universidad como espacio público de reflexión y debate, porque esto no es rentable para la economía¹.

O autor ainda coloca severas críticas à universidade como parte do problema atual de mau (*mal desarrollo*) desenvolvimento mundial, porque é ela que tem formado profissionais e responsáveis pelas políticas macroeconômicas de desigualdade crescente das últimas décadas. No entanto, a Universidade deve (moralmente) e pode (tecnicamente) fazer parte da solução formando profissionais responsáveis e lúcidos para focar o curso do desenvolvimento para “*mayor justicia, cohesión social, capital social y crecimiento sostenible sin exclusión*”. Desse modo, faz-se necessário e urgente conceber para os países latino-americanos, que

¹ Os valores dominantes da Universidade de hoje são: consumo, posse, competência, individualismo, dominação, etc. Desenvolve-se uma Universidade mercadoria e se desmorona a Universidade como espaço público de reflexão e debate, porque esta não é rentável para a economia (tradução do autor).

sofrem de subdesenvolvimento crônico, uma nova maneira de ensinar a economia, a administração, a medicina, a educação etc, de modo que esses cursos estejam constituídos de sólidos critérios éticos (VALLAEYS, 2003, p.6).

Diante disso, a ética encontra-se afastada do ambiente universitário, portanto, para Chauí (2004), o papel dos universitários (comunidade universitária) deve ser o de combater tudo que impede o exercício da ética na sociedade contemporânea.

A principal contribuição da autora está em delinear as características da razão instrumental, dado que estão presentes no ambiente das universidades. Segundo ela, imperam nas universidades públicas elementos contrários à ética, tais como:

a) reforço da perda da identidade e de autonomia dos professores, o que significa o abandono do princípio ético da liberdade;

b) reforço da perda da idéia de serviço público à população, com relação à administração universitária, traduzindo-se na falta de transparência da mesma e no abandono do direito à informação;

c) reforço da submissão à ideologia pós-moderna, de forma que sujeita as pesquisas universitárias ao mercado da moda, do descartável, significando, de acordo com a autora, o abandono da ética da racionalidade consciente e da RS, entre outras características.

Outros dados sinalizam a deficiência no tratamento da ética no Brasil: os dados revelam que numa pesquisa feita entre jovens no Brasil, em que se buscava saber deles quais os maiores problemas do país, em primeiro lugar apontaram a violência com 44% e logo em segundo 33% apontaram a falta de ética e outros ainda sinalizaram a ausência de valores sólidos, mas, apesar desses dados, os jovens expuseram que acreditam nas IES e, em vista disso, Panizzi (2004) alerta que a universidade possui um papel fundamental, que é de responder às demandas sociais. Um dado mais recente refere-se ao estudo de Soares (2005, p. 177-178) que abordou a ética nos cursos de graduação em Administração, em 10 IES de Salvador-Ba. Com base nos resultados, a autora revela que os dados levantados “não indicam a implementação de ações que promovam o enfoque da ética na formação de profissionais de administração compatíveis com as necessidades do atual ambiente no qual estão envolvidas as organizações”. Além disso, referente às diretrizes dos cursos das instituições investigadas, apurou-se que as diretrizes

privilegiam a linha instrumental tendo visto que há predominância de bibliografias de autores generalistas seguindo-se ainda pela dimensão da Ética da Responsabilidade em detrimento da linha humanista.

Face ao exposto, cabe a preocupação com o comprometimento das IES em instituir valores éticos para comunidade acadêmica e universitária, tendo em vista que, no próprio ambiente das IES, ao que parece, conforme Chauí (2004) revela, os princípios éticos não estão sendo instituídos internamente, como é era de se esperar, o que compromete, de alguma forma, a consolidação da RS no ambiente externo.

Por conta de contextos como esses, a preocupação em torno da ética tem sido objeto de debates e discussões em encontros mundiais. A esse respeito o Banco Interamericano de Desenvolvimento instituiu a idéia da iniciativa interamericana de capital social, ética e desenvolvimento cujos integrantes são profissionais e universitários interessados em firmar uma rede capaz de influir no destino da vida acadêmica do continente. Essa organização tem estimulado discussões sobre ética e RS universitária em parceria com mais de 109 universidades da América Latina, em especial as de língua espanhola (ABMES, 2006, b). Em primeira instância, procura-se traçar um diagnóstico consensual do problema de ensino universitário em vez de colocar soluções adequadas a cada país isoladamente. Com isso, pretende-se difundir um novo pensamento acerca de como deve ser um bom desenvolvimento (VALLAEYS, 2003). O mais recente debate aconteceu em fevereiro de 2006, em Washington, EUA, por meio de uma videoconferência que procurou discutir entre os temas *Iniciativas de Responsabilidad Social Universitaria: Estrategias de Acción y Obstáculos Las universidad* (BID, 2006).

3.5 Responsabilidade social nas IES: ação mercadológica ou dever social

De acordo com Curado (2003), considerando as discussões da academia e as atuações sociais das organizações, pode-se perceber nelas três enfoques de atuação socialmente responsável: a RS como imagem em que a preocupação dos

gestores está direcionada para o marketing e para o público externo, expressando essa uma postura mais convencional das organizações; como negócio, focada em dois ambientes interno e externo, e ainda na estratégia, para fins de obtenção de vantagem competitiva e, por último, como cidadania, nesse enfoque a atenção dos gestores está voltada para além do desempenho direto e indireto da organização, partindo para a atuação em projetos sociais, demonstrando mais uma preocupação com o dever social. Esses dois últimos padrões expressam as empresas que estão no estágio pós-convencional porque passam a considerar o bem coletivo.

A RS sob o enfoque de imagem ocorre quando a organização utiliza-se de ações sociais para promover o fortalecimento de sua marca. Assim, ações que têm a intenção de gerar imagem à organização podem ser facilmente observadas. Por exemplo, nas empresas que adotam espaços públicos e fazem intervenções paisagísticas em troca de placa de publicidade, como o grupo *Votorantim* que adotou a praça Ramos de Azevedo (São Paulo) transformando-a em área de lazer e, em contrapartida, solicitou à prefeitura permissão para uso de placas divulgando sua marca (SROUR, 2000).

Considerando as IES na categoria de empresas educacionais, independentemente da finalidade de seus lucros, Calderón (2005) destaca que pautar as estratégias de marketing em torno da questão da RS é uma tendência do momento no mercado de ensino superior; segundo ele, constata-se que muitas instituições assumem esta postura de tal forma que: a) distribuem balanço social em impressos sofisticados como se fossem cartões de visita; b) a grande mídia tornou-se meio de divulgação de ações de RS; c) não existem instituições credenciadoras que determinem se as propagandas das instituições de ensino superior são reflexos de uma prática real; d) adotam cada vez mais em suas estratégias de marketing o discurso da RS – não sendo reflexo necessariamente de uma prática institucional real.

Calderón (2005) expõe que, durante a explosão de IES na década de 90, houve intensa concorrência entre as IES com apelações de caráter mercantil que fizeram com que a tradicional Pontifícia Universidade Católica (PUC) introduzisse em sua publicidade mensagens que expunham compromissos sociais, atuando na linha marcadamente mercadológica ou de imagem, conforme retratado por Curado (2003).

Um exemplo de compromisso fugaz quanto à filosofia da RS, dando lugar para a ética oportunista e desvirtuada (CALDERÓN, 2005).

No final de 2004, o discurso da RS ganhou grandes *outdoors* na cidade de São Paulo. A exemplo, fotos do Pelé, espalhadas pela cidade, falavam da “responsabilidade social e da qualidade de ensino” da Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN). Em outro momento, as principais emissoras de televisão veicularam a propaganda da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), que destacava a excelência de suas ações sociais, a partir de prêmios obtidos em concursos promovidos pela Universidade Solidária, ONG criada pela então primeira dama do país, Ruth Cardoso.

Na TV, pôde-se destacar também as propagandas do Centro Universitário Nove de Julho (UNINOVE - SP) que ressaltavam a parceria com a Fundação Ação Criança e, principalmente a parceria com o projeto Geração de Paz, iniciativa da Rede Globo e do Instituto Sou da Paz, em prol da valorização do policial como meio de promover a segurança da população. Nessa parceria, a UNINOVE ofereceu aos policiais, aproximadamente, 20 bolsas integrais e 65 bolsas com 50% de desconto. Como parte da parceria, a Rede Globo veiculou continuamente um filme institucional de 30 segundos divulgando a iniciativa da UNINOVE.

Já na mídia impressa, nos jornais, pode-se mencionar a propaganda da Universidade de Mogi das Cruzes (SP), a mais antiga universidade particular não-comunitária do país, que ressalta algumas conquistas institucionais: mais de 15 mil pessoas alfabetizadas em parceria com o programa Alfabetização Solidária; a única universidade quatro vezes premiada pelo programa Capacitação Solidária; a única IES três vezes finalista e uma vez ganhadora do projeto Soluções, realizado em parceria com a Rede Globo. Também em destaque a propaganda das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (SP) que, periodicamente, anunciam em página inteira, na Folha de São Paulo, algumas atividades comunitárias, ressaltadas como RS.

Na pesquisa de âmbito nacional da ABMES, realizada em 2004 (referida anteriormente) com as IES privadas, ficou ainda constatado que as IES divulgam as ações sociais no intuito de informar ao público interno e à comunidade, para tanto elas privilegiam os meios de comunicação de menor custo de produção e veiculação como: a internet (83%); os jornais (76%); os catálogos, *folders* ou panfletos (74%) e outros informativos (54%). As revistas científicas são um meio de comunicação

usado semestralmente, principalmente pelas Universidades (74%) e Centros Universitários (77%); as não-científicas são utilizadas por 24% das IES (ABMES, 2005, p. 7).

Quando a RS é tratada como negócio, a organização, dependendo do contexto em que opera, por exemplo, sendo ele competitivo, ela tende a buscar sua competitividade e, para tanto, desenvolve ações sociais como fonte de vantagem competitiva, seguindo a linha instrumental (CURADO, 2003).

A organização pode valer-se de iniciativas filantrópicas para melhorar o seu contexto competitivo – a qualidade do ambiente de negócios no local, ou locais, em que opera. Recorrer à filantropia para melhorar o contexto implica um alinhamento das metas sociais e econômicas e melhora as perspectivas comerciais de longo prazo da empresa (PORTER e KRAMER, 2002).

A atuação socialmente responsável, com foco no negócio, ultrapassa a filantropia organizacional, que propõe destinar recursos a causas sociais, na maior parte das vezes, de forma assistencialista. A RS, com foco no negócio, busca envolver todos os *stakeholders* (grupos ou indivíduos direta ou indiretamente afetados pela atuação da organização).

As empresas que adotam a RS como negócio buscam desenvolver ambientes organizacionais adequados ao desenvolvimento de pessoas, buscando dar sentido às atividades realizadas por seus funcionários, oferecendo uma remuneração justa, desenvolvendo seus colaboradores, valorizando a comunicação e o comportamento ético etc.

No tratamento da responsabilidade social como cidadania, pressupõe-se o compromisso da organização com a sociedade em geral. Nesse caso, a atuação envolve uma nova postura organizacional, haja vista que a organização investe recursos financeiros, humanos, tecnológicos, dentre outros, em projetos de interesse público, visando melhorar a sociedade como um todo. (MELO NETO e FRÓES, 2004).

Organizações que adotam a postura de RS como cidadania assumem função de utilidade pública e buscam formar parcerias com o Estado e com entidades governamentais visando melhorar indicadores sociais. Esse enfoque aproxima-se da

concepção de Passos (2004), por desvincular-se do ambiente interno e de interesses puramente mercantis.

Os ganhos tangíveis das IES, a partir da postura socialmente responsável, nas perspectivas de comportamento ético, da gestão da qualidade total e ambiental, podem ser verificados pela melhoria da imagem institucional; da criação de ambiente interno e externo favoráveis; de estímulos à melhoria contínua dos processos educativos; e da melhoria das condições para aumentar a competitividade e a participação no mercado. Estaria, assim, a Instituição de Ensino Superior desencadeando ações sociais na perspectiva de fortalecimento de Imagem (ação mercadológica) social e negócio. Admite Todorov (2005) que a receita de marketing social não faria nenhum mal aos estabelecimentos privados de ensino superior.

A conscientização sobre a importância de desempenhar um papel de cidadania na sociedade já é uma realidade entre várias corporações do segmento do mercado. Entretanto, muitas instituições realizam de forma equivocada e em dois aspectos. Primeiro porque pensam que, com simples doação de recursos, já estão atuando com RS e, depois, pelo uso da imagem positiva que faz a projeção na sociedade.

Segundo Karkotli & Aragão (2004), tais iniciativas, sendo de caráter filantrópico, assistencialista ou propagandista, não se configuram o exercício do verdadeiro e essencial sentido da RS; embora não se invalidem essas iniciativas, dada a realidade de extrema pobreza de inúmeras famílias brasileiras.

Neste item pretendeu-se mostrar que, de fato, algumas IES estão inseridas numa lógica instrumental com esforços direcionados para as tendências de mercado e, sobretudo, agindo como organizações comerciais, conforme tem alertado Vallaey (2003) e Schwartzman (2005). Desse modo, diante da atrativa competitividade, essas organizações correm o risco de perder sua identidade afastando-se cada vez mais de sua verdadeira missão.

CAPÍTULO 4. PERCURSO METODOLÓGICO

Pesquisa é um processo de aprendizagem permanente. O pesquisador é sempre um aprendiz. É a humildade intelectual que deve ser própria de um aprendiz que mitiga suas hesitações e suas incertezas, e que fecunda suas interpretações e reflexões acerca do objeto de estudo, face à teoria que o orientou e ao método que utilizou (VERGARA, 2005, p. 266).

No percurso metodológico buscou-se apresentar as questões de investigação, apresentar o conjunto de técnicas e procedimentos utilizados nesta pesquisa com as respectivas fundamentações teóricas e recortes necessários ao enfrentamento da realidade prática. Para tanto autores como Alves - Mazzoti (2001), Bardin (1977), Bervian (2002), Lakatos (2001), Malhotra (2001), Mattar (2000), Minayo (2004), Vergara (2005), Vieira (2004) e Schwartzman (2005) foram fundamentais nestas reflexões.

Na formulação do problema percebe-se a dificuldade específica com a qual o pesquisador se depara e busca resolver por meio da coleta de dados e informações iniciais. Assim, na fase de estudo exploratório desta investigação, foi verificado, sob a abordagem de Schwartzman (2005), que existiam aspectos ainda não clarificados sobre o tema da RS partindo-se inicialmente para a elaboração dos objetivos e pressupostos de pesquisa. O principal objetivo do estudo exploratório é o “fornecimento de critérios sobre a situação-problema enfrentada pelo pesquisador e sua compreensão” (MALHOTRA, 2001, p. 106). Além deste, o estudo presta-se a outras finalidades, como a descoberta de novas idéias ou dados, de cursos alternativos de ação, bem como ao desenvolvimento de pressupostos.

No caso específico da problemática deste trabalho, o referido autor confirma a existência de problemas para se conhecer:

[...] não se conhece em profundidade a participação de instituições de ensino superior privadas em atividades relacionadas à responsabilidade social, mesmo porque existe uma dificuldade em relação a definição do que seja responsabilidade social. É provável que sejam necessárias pesquisas no nível de cada IES para verificar esta participação e sua profundidade (SCHWARTZMAN, 2005, p. 50).

Pensando em minorar as dificuldades próprias do ato investigativo e considerando a possibilidade de realizar um estudo comparativo, optou-se por delimitar o objeto de estudo da pesquisa às IES privadas e públicas de Salvador-Ba, que foram credenciadas pelo MEC - para as instituições privadas e federal - e CEE - em caso específico de instituição estadual.

Após a etapa exploratória, verificou-se que o delineamento do perfil de RS das IES estava relacionado à visão que seus gestores têm sobre RS, o que, por consequência, define suas ações. Portanto, uma vez compreendida a necessidade de estudar a visão dos gestores, construíram-se assertivas de caráter subjetivo como motivação, concepção e valores, consoante com os objetivos específicos de investigação.

Visando desenvolver a referida problemática e nortear as discussões que seriam contempladas, foram selecionadas quatro categorias para o estudo, a saber: Responsabilidade Social, Ética, Balanço Social e Instituições de Ensino Superior.

4.1 Técnicas de coleta de dados e trabalho de campo

A coleta de dados para pesquisa obedeceu a dois momentos: o primeiro, consistiu no levantamento de dados secundários por meio da seleção de documentos adquiridos nas Instituições de Ensino Superior, objeto deste trabalho; e o segundo em que foi realizada a aplicação de entrevista semi-estruturada com gestores das IES para coleta de dados primários.

Para o trabalho de pesquisa com os gestores, elaborou-se o instrumento de coleta de dados do tipo entrevista semi-estruturada aplicada na segunda fase da pesquisa de campo. Malhotra (2001, p. 127) orienta que dados primários são “originados pelo pesquisador com a finalidade específica de solucionar o problema em pauta” e são obtidos com a pesquisa de campo. Nesta fase da pesquisa foi associada a essa técnica de coleta de dados a da observação direta do tipo intensiva, pois, de acordo com Lakatos (2001), a entrevista constitui observação direta intensiva. Por meio da observação foi possível perceber um pouco mais além do que foi dito pelos gestores colaboradores como foi o caso de suas emoções, segurança, constrangimento ou comodidade em relação às questões colocadas.

A aplicação do instrumento de coleta foi destinada na íntegra aos gestores das IES, de forma presencial, e ocorreu na seguinte seqüência: primeiramente os sujeitos responderam as questões semi-estruturadas de caracterização das IES, em

seguida, assertivas relacionadas ao tema de pesquisa, sendo as primeiras de múltipla escolha e em seguida as abertas dispostas como um roteiro. Os coordenadores dos núcleos e departamentos de extensão também foram abordados, porém a respeito das ações de RS desenvolvidas pela IES.

A entrevista semi-estruturada foi elaborada com base nos dados adquiridos na pesquisa exploratória e no referencial teórico, compondo-se de um total de 45 questões. Na primeira parte, as primeiras oito questões visaram à identificação das IES e de seus gestores. Em relação às IES, procedeu-se sua caracterização, considerando dados como natureza jurídico-administrativa, ano de constituição, tempo de credenciamento, número de funcionários, estudantes e abrangência de atuação dos projetos. Sobre o gestor procurou-se saber não só a respeito do tempo de gestão na IES, como também sobre sua experiência na área social, como havia destacado Fischer (2005).

Em seguida seis questões de múltipla escolha procuraram elucidar questões relativas à compreensão do tema da RS, motivação, importância, bem como a verificação de setores de atuação, abrangência das ações de RS e critérios selecionados para sua prática. Conforme Mattar (2000, p. 45), há vantagens na aplicação de questões de múltipla escolha, tais como: serem “fáceis e rápidas de aplicar, processar e analisar” da mesma forma que para os respondentes que acham fáceis e rápidas de responder, e ainda apresenta menores chances de erro.

Respondidas as questões de múltipla escolha passou-se para uma seqüência de 31 questões abertas, subdivididas em cinco dimensões, que deram origem às categorias teóricas para posterior análise de conteúdo. Estas dimensões corresponderam a: 1) Dimensão da Responsabilidade Social em seus aspectos gerais: compreensão do dirigente quanto ao tema, sua percepção, suas motivações, certificação, obstáculos, expectativas, divulgação, etc 2) Dimensão da Responsabilidade Social em aspectos práticos: ações desenvolvidas, parcerias, recursos. Cabe ressaltar que foram analisadas as ações de RS que estivessem dissociadas da interferência do SINAES, que começou a ser absorvido pelas IES a partir de sua validação em 2005. Após sua implantação, os novos projetos de RS tenderão a ser motivados por um critério “obrigatório”, pois o fato de as IES não atuarem conforme seus critérios avaliativos estas sofrerão uma avaliação negativa correspondente.

Portanto, a qualquer nova ação verificada neste mesmo período de implantação do SINAES poder-se-ia inferir que a prática de RS houvera sofrido sua influência, não sendo assim possível verificar ações espontâneas das IES, mas, sim, ações condicionadas a maiores pressões da sociedade e do órgão regulador, o MEC. 3) Dimensão Ética da Responsabilidade Social: relação da ética com a RS, código de ética, ações pedagógicas, valores éticos e tipo de ética no comportamento das IES; 4) Dimensão Legal da RS: relação com a responsabilidade social, seguimento de leis, fiscalização de terceiros; e no último bloco, parte 5) Tratou-se de questões sobre o Balanço Social: motivações, tempo, áreas de investimentos e setores prioritários para as práticas de RS.

As assertivas abertas tiveram a função, além de ampliar a pesquisa com outros aspectos de investigação, servir de confirmação às questões de múltipla escolha, pois se procedeu à análise comparativa das duas partes do instrumento de coleta. Outro objetivo das assertivas abertas foi obter comentários adicionais do entrevistado por conta de haver maior exposição e liberdade para a fluência das respostas. Como ambas as fases do instrumento de coleta foram aplicadas na presença do pesquisador, desse modo, os entrevistados puderam ter suas dificuldades sanadas devido aos esclarecimentos prestados.

Durante a pesquisa de campo, além das técnicas empregadas, buscou-se auxílio de um gravador para registro das informações de modo mais preciso e confiável e ainda contribuir para a melhor produtividade e comodidade aos sujeitos envolvidos na pesquisa. A aplicação do instrumento de coleta ocorreu no período de março a junho de 2006.

Elaborado o instrumento de coleta de dados, fez-se necessário realizar o pré-teste. Malhotra (2001, p. 218) compreende por pré-teste o “Estudo experimental em que o grupo experimental é exposto ao tratamento, mas o grupo de controle, não”. O objetivo de sua aplicação consistiu em testar as questões elaboradas na entrevista semi-estruturada com o intuito de efetuar correções nas disfunções encontradas para evitar erros de interpretação e conseguir a compreensão clara das questões. O autor explica ainda que o pré-teste ou teste piloto poderá evidenciar três elementos com relação ao instrumento de coleta, são eles: fidedignidade; validade e operatividade primando pela segurança e precisão na execução da pesquisa.

Dessa forma, foi relevante sua aplicação contribuindo para validação das questões, visto que possibilitou identificar que algumas assertivas apresentavam baixa compreensão, levando à necessidade de se utilizarem exemplos práticos no momento das entrevistas para elucidar melhor as questões.

Concluída a fase de coleta de dados passou-se para a de análise das informações obtidas cuja técnica expõe-se a seguir:

4.2 Técnica da análise dos dados

Tendo em vista a verificação de elementos qualificadores, como as impressões, experiências e conceitos coletados por meio de assertivas abertas, esta pesquisa é de metodologia predominantemente qualitativa. Segundo Alves-Mazotti (2001, p. 132), os dados qualitativos pressupõem: “descrição detalhada de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados; citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos”, por isso que dificilmente podem ser retratadas por meio de assertivas estruturadas.

A recorrência à abordagem qualitativa é considerada mais indicada na obtenção dos dados primários de uma investigação por se tratar de uma realidade que trabalha com o universo de concepções, motivações, sentimentos e expectativas, correspondendo a um lugar de fenômenos e relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004). Prossegue Vergara (2005, p. 257) reafirmando que estas pesquisas por contemplarem a subjetividade, a descoberta, a valorização da visão de mundo dos sujeitos, “os dados são tratados por meio de análises de cunho interpretativo”. Faz - se relevante destacar que a natureza qualitativa foi caracterizada nesta investigação relativa às questões abertas aplicadas mediante entrevista.

No entanto, conforme ensina Vieira (2004, p.15), “é difícil classificar um método como qualitativo ou quantitativo, uma vez que informações qualitativas podem ser contadas e informações quantitativas podem ser interpretadas”, assim, diante da

aplicação das questões fechadas (múltipla escolha) e quantificáveis, foi possível associar os dois métodos realizando uma leitura objetiva com dados subjetivos e vice-versa. As questões de múltipla escolha propiciam um processamento rápido já que requerem levantamento de dados objetivos que podem ser agrupados e quantificados, ao contrário das questões abertas (MALHOTRA, 2001).

Em consonância com Vieira (2004), Minayo (2004) recomenda que a combinação destas metodologias seja feita quando se quiser captar aspectos intrínsecos à realidade objetiva, como a essência dos fenômenos observados, o que correspondeu ao propósito desta investigação. Portanto, esta pesquisa tem aspectos da natureza quantitativa.

Nesta pesquisa utilizou-se de dois procedimentos para análise dos dados: a análise de documentos e a análise de conteúdo. Os documentos usados na análise foram os documentos internos que, de acordo com Malhotra (2001), são gerados na organização.

A opção por trabalhar com a análise documental teve dois propósitos: primeiro o de se verificar os valores éticos instituídos na comunidade universitária, Para se atingir este objetivo, recorreu-se tanto ao regimento interno das IES, como aos contratos de convivência entre a IES e seus alunos, professores e funcionários (ex: manual de convivência em CD). O segundo propósito foi o de analisar as atividades práticas de RS, como também seus objetivos, beneficiários (público-alvo) e parceiros, tendo assim que se recorrer ao conteúdo dos projetos sociais daqueles dispostos na forma de textos impressos (ex: UFBA em CAMPO II: uma experiência de ensino, pesquisa e sociedade, 1999; Relatório do NAS, *folders* de programas). Esta análise buscou complementar os dados obtidos por meio das entrevistas com gestores e coordenadores, visto que foi constatado que o tempo de entrevista concedido pelos colaboradores não foi suficiente para atender as expectativas geradas nos instrumentos de coleta e, principalmente, porque estes não dominavam detalhes sobre os conteúdos éticos nem sobre as questões práticas.

Para tratamento dos discursos das assertivas abertas empregou-se a técnica de análise de conteúdo. Esta técnica, que trabalha com mensagens (comunicação) fornecidas por emissores identificáveis, é definida por Bardin (1977) como um conjunto de técnicas comunicativas que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos resultados, conteúdos das mensagens, constituindo-se

em três diferentes fases: (1) a pré-análise, baseada na exploração do material, (2) o tratamento dos resultados, que é a enumeração das características encontradas, ou seja, esta etapa é uma etapa mais descritiva; e (3) a interpretação dos dados que traz a significação dos mesmos. Importante destacar que a passagem da descrição para a interpretação é auxiliada pelo processo intermediário de inferência ou dedução lógica.

Assim, esse método possui dois objetivos: ultrapassar a incerteza e proporcionar o enriquecimento da leitura, já que este procura desvendar ou ensinar conteúdos inferidos (dedução lógica) das descrições. Porém, para haver a revelação dos significados, exige-se uma observação crítica em torno dos conteúdos, haja vista que sua essência não se encontra exposta numa primeira leitura, mas, sim, em segundo plano (dos discursos). Por essa razão é que nesta técnica a análise pretende ser sistemática a fim de se verificar o sentido de uma confirmação (quantitativa ou não) para poder se pôr à prova o significado inferido (dedução lógica).

Neste percurso, a análise de conteúdo permite levantar dados quantitativos, utilizando-se da frequência estatística para mensurar a incidência de certas características, sendo, portanto, válido também para a confirmação pretendida que tornam os objetos passíveis de prova e logo estão prontos para a análise interpretativa. Já no enfoque qualitativo, o que é tomado em consideração nessa técnica é a presença ou ausência de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagens e, quando analisadas de forma sistemática, podem revelar conteúdos de várias naturezas como: psicológica, sociológica, histórica ou política (BARDIN, 1977).

Ou seja, esta técnica permite a busca de outras realidades não aparentes por meio das mensagens transcritas, sendo que as mesmas podem ser agrupadas conforme a frequência com que ocorrem e/ou juntando-se ainda a estas as fontes de evidência que são encontradas na inferência. Para Malhotra (2001, p. 196), “a análise de conteúdo refere-se a uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo efetivo de uma comunicação”.

Assim, da exploração do material, foram selecionados temas que representaram os principais aspectos do estudo e estes foram baseados no modelo de Carrol (1991), apresentado anteriormente. Estas temáticas, desmembradas em

categorias teóricas (ver Quadro 7) antes do trabalho de campo, foram expostas em quadros, no capítulo 5, na mesma seqüência da aplicação dos instrumentos de coleta de dados, a saber: responsabilidade social sob aspectos gerais, RS nas dimensões pragmáticas, éticas e legais.

Conforme Bardin (1977, p. 37), “as categorias são espécies de gavetas, ou rubricas significativas, que permitem a classificação dos elementos de significação constitutiva da mensagem”. Ou ainda, como esclarece Minayo (2004 b, p.70), que a palavra categoria está relacionada à “idéia de classe ou série sendo utilizada para agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” à semelhança da exposição de Bardin (1977).

Temas para análise de conteúdo e suas categorias teóricas			
RS: Aspectos gerais	Dimensão pragmática da RS	Dimensão ética da RS	Dimensão legal da RS
Conceito de RS	Práticas sociais	Relação entre ética e RS	Relação das leis com a RS
Importância da RS	Parcerias (político – institucionais)	Código de Ética	-
Motivação	Recursos (ações sociais ou projetos sociais)	Valores	-
Expectativas			
Obstáculos	Ações permanentes ou esporádicas	Ações pedagógicas	-
Resultados obtidos com a RS	Planej./ acomp. e avaliação		
Divulgação da prática de RS	-	Ética da convicção ou Ética da responsabilidade	Orientar fornecedores / concorrentes e outros em relação ao cumprimento de leis
Resultados esperados			

Quadro 6: Categorias teóricas para análise de conteúdo. Fonte: Pesquisa direta, 2006.

As categorias teóricas extraídas do texto foram estudadas empiricamente nas IES por meio dos sujeitos de pesquisa. O resultado colhido foram os discursos produzidos por estes sujeitos que deram origem às categorias empíricas (transcrição das falas) que revelaram de imediato um significado provisório e aparente. Em seguida foram confrontados os discursos entre si e sintetizados para que se pudesse proceder ao seu agrupamento (falas dos gestores). A partir daí fez-se uma leitura exaustiva dos textos para identificar dados relevantes. Com base neles, fizeram-se

inferências (dedução lógica) de naturezas qualitativa e quantitativa (frequência absoluta), dando origem às categorias analíticas.

Baseado na leitura das categorias empíricas foi possível a confirmação das categorias analíticas (por indicadores qualitativos ou não) procedendo-se em seguida à análise e interpretação destas últimas, nas linguagens qualitativa e quantitativa, sendo expostas ao término de cada quadro representante das dimensões investigadas no capítulo 5. Na interpretação pôde-se estabelecer relações entre os dados encontrados e o corpo teórico, recuperando seus autores e estimulando as análises subjetivas extraídas de categorias objetivas (teóricas).

4.3 Justificativa de recortes da pesquisa: definição de RS, modelo adotado e delimitação da amostra

Constitui-se como objeto de estudo desta pesquisa as IES privadas e públicas do Município de Salvador - Ba e credenciadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Conselho Estadual de Educação (CEE). Esta capital foi selecionada em virtude de o pesquisador ter facilidade de acesso aos dados levantados.

Para efeito do estudo das ações de RS desenvolvidas pelas IES, consideraram-se os projetos sociais relativos ao período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2005. No entanto, em relação ao espaço geográfico, optou-se por considerar apenas os projetos de RS aplicados no raio do Município de Salvador, tendo em vista que foi constatado que algumas instituições de ensino têm abrangência de ações sociais tanto no município, como no interior, fato este que dificultaria o levantamento de dados.

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, optou-se por trabalhar com os gestores das IES que contribuíram para o delineamento da visão de RS aplicada, sendo instituído um critério de ordem a ser seguido, com base na acessibilidade aos gestores, na aplicação dos instrumentos de coleta: os reitores ou pró-reitores, nas IES públicas, e os diretores gerais ou diretores específicos por área (administrativo, financeiro ou acadêmico), nas IES privadas. Com estes foi aplicado o instrumento de

coleta de dados, como também com os coordenadores dos núcleos de ação social e dos departamentos de extensão, porém suas colaborações foram relativas às assertivas específicas que abordam a dimensão pragmática (ações / projetos) da RS.

Escolheu-se trabalhar com os gestores em cumprimento ao objetivo geral do estudo baseando-se, para tanto, na visão desses por serem os responsáveis pelo delineamento das diretrizes e filosofias difundidas na organização. Assim acredita-se que o tema em estudo se encontra ou não na pauta destas instituições, a depender dos valores cultivados por seus dirigentes, pois estes têm a função de gerir suas instituições, envolvendo atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados. Esta justificativa é analisada em associação com a afirmação de Pessoa (2005, p. 7), no capítulo 1.2, quando esta declara que “num primeiro momento para a empresa o ideal é ter o envolvimento da diretoria estratégica”.

Tendo em vista o conceito de RS ser tratado na literatura de forma ampla, desde o âmbito de atuação interno ou externo ao âmbito das relações diretas e indiretas estabelecidas com todo o público ao alcance da organização, desse modo, justifica-se a realização de recortes da pesquisa. Adotou-se a concepção de RS utilizada por Passos (2004), que, segundo esta autora, não são consideradas ações de RS as que acontecem, interna ou externamente, na condição de promover a organização trazendo lucros ou mesmo vantagens indiretas previamente calculáveis, baseado na linha instrumental contemporânea muito valorizada pela mídia. Justifica-se esta escolha pelo propósito de se alinhar o conceito de RS à linha de autores acadêmicos que seguem argumentos éticos para a ação socialmente responsável sem os condicionantes econômicos.

Visando estudar o conceito de RS em uma visão integrada e atual, selecionou-se ainda o modelo de Carrol (1991) que trata das quatro dimensões da responsabilidade social - econômica, ética, legal e filantrópica. Porém, para se fazer cumprir com os objetivos específicos da pesquisa, assumindo o conceito de RS de Passos (2004), consideraram-se apenas três das dimensões de Carrol (1991): a ética, a legal e a filantrópica. A dimensão econômica, mesmo sendo fundamental para a empresa como pilar de sustentação para outras dimensões, ela, no caso específico deste estudo, é dispensável, pois está relacionada ao estudo de aspectos

econômicos, financeiros e de produtividade da organização, no sentido de provar que as instituições são capazes de cumprir satisfatoriamente ou não sua função econômica na sociedade. Portanto, distancia-se do propósito desta pesquisa. Além disso, de acordo com a investigação de Carrol (1991), a aplicação dessa dimensão foi predominante em outros estudos assim que este modelo foi divulgado, seguido da dimensão legal.

Quanto à dimensão filantrópica, procurou-se redefinir este termo no sentido de convergir seu entendimento para uma concepção mais atualizada, conforme análise de outros autores, como ASHLEY (2005), FERREL *et al* (2000), MELO NETO e FRÓES (2005), PASSOS (2004), e de institutos como o SEBRAE, primando por uma abordagem mais aprofundada do tema que prevê a dinâmica da transformação social na RS.

Já em relação à dimensão ética, procurou-se investigar os valores instituídos tanto por meio do relato dos dirigentes, como por acesso a documentos. Assim, para efeito da verificação de valores éticos (humanitários) instituídos nas IES, cabe ressaltar que se fez o levantamento destes a partir das IES, buscando não só identificá-los, mas situá-los no contexto a que se referem, portanto não foi utilizada nenhuma listagem ou modelo de valores previamente estabelecidos para esta verificação.

Relativo ao Balanço Social (BLS), adotou-se o conceito de Razollini e Pereira (2004) e Kroetz (2000) que entendem o BLS como um instrumento em que as organizações relatam a todos os grupos de interesse suas ações em diversos setores (meio ambiente, lazer, educação...), sendo que esses elementos qualitativos devem ser mensuráveis, portanto deve se discriminar também elementos quantitativos, ou seja, os custos envolvidos.

Pretendeu-se retratar, ao final da pesquisa, o enfoque predominante dos perfis das IES, questionando seu caráter mercadológico ou de compromisso social. Esta informação foi obtida após os relatos das entrevistas dos gestores, comparando-se com as ações práticas desenvolvidas. No entanto, por entender que não se pode determinar um perfil dentro de uma única concepção, de maneira literal e restrita pela razão de que sempre se observarão nuances de concepções opostas, desvinculadas ou distanciadas de um determinado paradigma, pretendeu-se traçar o perfil das IES como um comportamento de tendência. Assim, não se caracteriza

como algo rígido até porque o caráter da pesquisa explora a subjetividade sobre a qual não se estabelecem limites. A Figura a seguir ilustra a tendência do perfil:

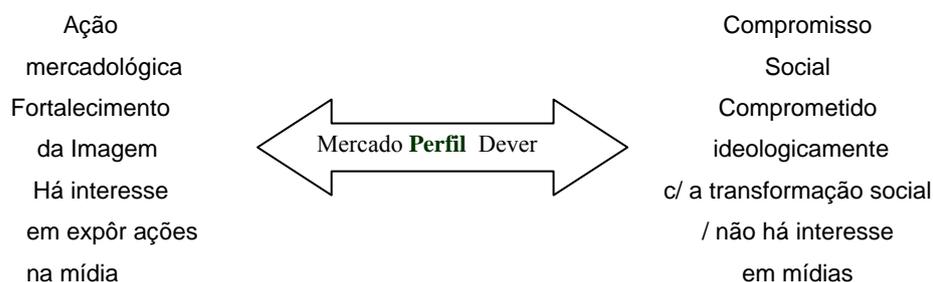


Figura 5: Perfil das IES. Fonte: Pesquisa direta, 2006.

Para levantamento das informações sobre as IES fixadas em Salvador, foi eleito o sítio, na internet, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Após a consulta, instituíram-se critérios para delimitação do universo da pesquisa logo que foram consideradas as IES públicas e privadas: (1) credenciamento a mais de dois anos pelo MEC ou CEE; (2) identificação do início de mandato do gestor no sítio, na internet, do INEP; (3) dirigente (colaborador da pesquisa) há pelo menos dois anos no cargo de direção da IES: período mínimo compreendido entre março de 2004 a março de 2006; (4) consideração da maioria dos tipos de personalidades jurídicas, excluídas as fundações; (5) acessibilidade às IES.

Com base nos critérios acima, chegou-se ao universo de 24 IES (2 públicas e 22 privadas). No entanto, atendendo ao critério de acessibilidade, a amostra foi constituída de seis IES, duas públicas e quatro privadas. Assim, as colaboradoras que compuseram a investigação seguem discriminadas no Quadro segundo suas naturezas administrativa e jurídica:

Amostra da Pesquisa		
Instituições de Ensino superior	Natureza Administrativa	Natureza Jurídica
Faculdade de Tecnologia Empresarial – FTE	Privada	Com fins lucrativos
Faculdade Hélio Rocha – FHR	Privada	Com fins lucrativos
Faculdade Montessoriano de Salvador – FAMA	Privada	Com fins lucrativos
Faculdade Social da Bahia – FSBA	Privada	Sem fins lucrativos
Universidade Estadual da Bahia – UNEB	Pública	Sem fins lucrativos
Universidade Federal da Bahia – UFBA	Pública	Sem fins lucrativos

Quadro 7: Amostra da Pesquisa.

Fonte: Pesquisa direta, 2006.

Visando preservar a identidade das IES, optou-se por trabalhar com nomes – fantasia que substituíssem as nomenclaturas originais, ficando assim definidas: Acácia, Cravo, Girassol e Papoula (privadas) e Orquídea e Rosa (públicas). O mesmo critério foi adotado, porém somente para a localização das IES particulares, visto que as públicas são multicampi (possuem unidades em diversas regiões), obtiveram-se as seguintes referências dos bairros relativos, respectivamente, às privadas elencadas acima: Maré, Canela, Aves e Iemanjá.

A respeito da seleção dos entrevistados para esta pesquisa, optou-se por trabalhar com um grupo homogêneo, no caso, gestores, coordenadores dos núcleos de ação e dos departamentos de extensão envolvidos diretamente com projetos que envolvam a idéia de RS, pois se acredita que este seja o grupo mais relevante, neste universo, para tratar do tema da RS, conforme discute Minayo (1999):

Podemos considerar que uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões. Portanto propomos alguns critérios básicos para a amostragem: (a) definir claramente o grupo social mais relevante para as entrevistas e para a observação; (b) não se esgotar enquanto não delinear o quadro empírico da pesquisa; (c) embora desenhada inicialmente como possibilidade, prever um processo de inclusão progressiva encaminhada pelas descobertas do campo e seu confronto com a teoria; (d) prever uma triangulação². Isto é, em lugar de se restringir a apenas uma fonte de dados, multiplicarem-se as tentativas de abordagem (MINAYO, 1999, p. 102).

Diante da extensa infinidade e variedade de projetos aplicados pela IES Orquídea (pública) por seu *campus* descentralizado, fez-se necessário realizar um recorte optando-se por abordar os seus três principais programas de intervenção social. O motivo é que nestes programas estão incluídos discentes e professores de várias áreas do conhecimento e, caso fosse delimitar o estudo por curso, estes programas principais não seriam contemplados, pois seriam considerados os projetos específicos de uma área específica da graduação, o que não atenderia ao propósito da pesquisa.

² Triangulação é um termo usado nas abordagens qualitativas para indicar o uso concomitante de várias técnicas de abordagens e de várias modalidades de análise, de vários informantes e pontos de vista de observação, visando à verificação e validação da pesquisa (MINAYO, 1999, p.102).

De forma semelhante, na Rosa (Pública), foram considerados os principais programas de RS, fazendo parte da pesquisa cinco programas.

Acredita-se que, diante da exposição a que se procedeu acerca dos métodos e técnicas que foram utilizados nesta pesquisa, tenha se atingido os objetivos propostos inicialmente, pois a preocupação em delimitar o tema, instrumentos utilizados, o trabalho de campo e a discussão teórica tem como intenção reconhecer os limites da pesquisa ao mesmo tempo em que procurar validá-la:

[...] Portanto, são importantes de serem valorizadas tanto a crítica intersubjetiva, as comparações e triangulações, como a consideração de todos os cuidados metódicos e técnicos que ajudam a exorcizar a especulação e o subjetivismo. Mas sempre levando em conta o processo dialético entre o lógico e o sociológico, entre o sentido subjetivo contido na objetividade e o sentido objetivo da criação subjetiva (MINAYO, 1999, p. 247).

Foi com essa preocupação, que se procurou seguir os caminhos apontados de forma teórica, metodológica, empírica e, fundamentalmente, as observações e orientações sugeridas nas longas conversas acaloradas marcadas pelo ritmo da maturidade e experiência do pesquisador-orientador.

Como fatores de limitações desta pesquisa têm-se:

1) o tamanho da amostra pesquisada que, apesar de ter sido utilizado o sítio na internet do INEP para levantamento de seu universo, buscou-se delimitar a mesma pelo critério de acessibilidade dos gestores das IES à pesquisa, motivo pelo qual não foi possível obter um número maior de participantes;

2) as limitações próprias das assertivas estruturadas, que reduzem a sensibilidade do entrevistador para explorar as respostas, embora diretas, são superficiais, deixando a cargo do roteiro de entrevista uma liberdade para explorar as dimensões selecionadas no estudo. No entanto, ainda na aplicação desse instrumento, que conta com assertivas abertas, embora se tenha utilizado da técnica de análise de conteúdo que, conforme Bardin (1977), tem como uma de suas finalidades ultrapassar incertezas, pode haver o risco de distanciamento cognitivo entre o discurso do entrevistado e a interpretação do entrevistador;

3) o tempo disponibilizado pelos gestores para concessão das entrevistas, visto que estas só puderam ser aplicadas em intervalos de suas atividades, reuniões, aulas e outras tarefas, sempre colocando o entrevistador em situação pouco à vontade para explorar com mais crítica e profundidade as informações coletadas.

CAPÍTULO 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

(1) Caracterização das instituições de ensino superior de Salvador - Ba:

Tabela 3: Caracterização das IES e Gestores.

Instituição de Ensino Superior									
Instituição	Org. Acadêmica / Natureza Jurídica	Ano de criação	Tempo Credenc.	Nº Func.	Nº Profes.	Nº Alunos	Cargo Respondente	Experi. Ant. área social	Tempo Gestão na IES
Acácia	Faculdade/ c/ Fins Lucra.	2004	2 anos	25	17	160	Diret.Geral	Não	2 anos
Papoula	Faculdade c/ Fins Lucra.	1999	7 anos	83	67	900	Diret.Geral	Não	7 anos
Cravo	Faculdade c/ Fins Lucra.	2001	2 anos	75	60	1600	Diret.Adm	Não	2 anos
Orquídea	Universidade s/ Fins Lucra.	1976	60 anos	3.500	1.600	24.000	Pró-reitor	Não	4 anos
Rosa	Universidade s/ Fins lucra.	1983	24 anos	800	1.000	20.000	Pró-reitor	Não	2 anos
Girassol	Faculdade s/ Fins Lucra.	2001	5 anos	30	135	2.100	Vice-Diret.Acad	Sim	2 anos

Fonte: Pesquisa direta, 2006.

Diante da Tabela exposta, passa-se aqui a apresentar a caracterização das IES públicas e privadas quanto ao aspecto da localização no Município de Salvador:

A Faculdade Acácia (privada) está instalada no bairro da maré, o qual é constituído por comunidade carente, cujo comércio oferece pouca infra-estrutura aos moradores, compondo-se de mercadinhos, bares, quitandas, borracharias e farmácia. A população carece tanto de opções de lazer, como de ocupação de renda, por esta razão são muitos os jovens ociosos, que perambulam pelo bairro, sem condições dignas de exercer sua cidadania. A instituição optou por se fixar neste bairro, pois tem o propósito de atrair esses jovens para o ensino superior com a oferta de mensalidades a baixo custo.

Já a Faculdade Papoula (privada) está situada no bairro Iemanjá, o qual, embora seja também residencial, é um bairro privilegiado, tipicamente de serviços, que abriga hotéis, restaurantes, teatros, bingos, estabelecimentos que garantem a vida noturna do local, dentre outros serviços. Caracteriza-se ainda como bairro antigo em que se preserva a arquitetura de casarões históricos, de efeito contrastante entre o antigo e o contemporâneo da arquitetura dos hotéis. Pela característica histórica desse bairro, a instalação e permanência da Papoula em um

desses casarões só foi possível porque a IES teve que negociar com a comunidade local rendendo-se às condições impostas a ela.

A principal delas foi a de que se preservasse a arquitetura original dos casarões, caso contrário, não seria aceita no bairro. A partir daí, foi que a IES se aproximou da comunidade local. Os moradores caracterizam-se predominantemente como de classe média, havendo ainda uma população de baixo poder aquisitivo que vive da pesca no bairro, comercializando o produto no mercado do peixe instalado no mesmo local. Embora as barracas desse mercado tenham sido recém - padronizadas pela prefeitura, visto que, antes disso, viviam sob condições improvisadas, inclusive com baixos padrões de higiene, a comunidade ainda assim necessita de orientações sobre a condução de seu negócio, haja vista a revitalização do comércio de pesca no local. A maior parte dos alunos possui condição socioeconômica favorecida.

A Faculdade Cravo (privada) está localizada no bairro Canela, embora abrigue muitos serviços, caracteriza-se como tipicamente residencial de classe média, apesar disso, seus discentes têm condições econômicas satisfatórias. A Faculdade Girassol (privada) está lograda no bairro das Aves, de características similares ao bairro da Cravo, tendo-se originado de tradicional colégio de mesmo nome, em atividade há pelo menos 40 anos, no mesmo bairro. Esta instituição possui a mesma filosofia do tradicional colégio, que é o compromisso social. A escola foi fundada por uma congregação religiosa, na década de 60, época em que o bairro era tipicamente uma favela tendo como missão o atendimento das necessidades sociais. A partir dessa escola fundou-se o colégio, que também evoluiu para dar origem à Faculdade, esta é administrada, até os dias atuais, pela mesma congregação religiosa, mantendo assim o mesmo propósito social.

Já as Universidades Orquídea e Rosa (públicas) são constituídas de várias unidades, descentralizadas por curso e, portanto, denominadas de multicampi. Essas unidades estão instaladas em diversos bairros do Município de Salvador, portanto há unidades que se situam em bairros nobres e outras em bairros que abrigam no máximo a comunidade de classe média tendo ao seu redor muitas comunidades economicamente desfavorecidas.

Embora existam IES que não estejam situadas em bairros de comunidades carentes, estando localizadas, mais especificamente, em bairros estrutural e

economicamente favorecidos, como a Cravo, Girassol e Papoula, a totalidade destas instituições está circundada por comunidades carentes mais ou menos próximas, visto que Salvador é uma capital permeada por um contingente considerável de pessoas carentes, que instalam residências, tanto cadastradas, como as ditas clandestinas, em morros e encostas da cidade, pulverizando todos os bairros.

(2) Compreensão do tema da responsabilidade social: (dada por questões de múltipla escolha: motivações, setores de atuação, estágios, critérios):

Com base na assertiva que aborda sobre compreensão do conceito de RS na visão dos gestores, obteve-se que todas as IES marcaram a alternativa: *uma maneira de contribuir para o desenvolvimento social*; assim compreendem a RS dentro da perspectiva de modificação da realidade social, porém detectou-se diferente motivação como origem das ações. Cinco IES assinalaram *compromisso com o desenvolvimento social*, enquanto que a Papoula assinalou *desejo pessoal dos gestores*. Nesta primeira abordagem com os gestores das IES, a concepção de RS estabelece-se como um compromisso social, sendo que não houve resposta relacionada ao aprimoramento de imagem ou até uma realidade distante das IES, além do que supera a forma discricionária que envolve desejos e vontades próprias dos gestores.

Para se fazer difundir as ações de RS, duas das IES, Acácia (privada) e Girassol (privada), responderam que difundem por meio do *planejamento estratégico*. Já nas quatro Instituições, Papoula (privada), Cravo (privada), Orquídea (pública) e Rosa (pública) difundem a RS *com ações realizadas com a comunidade*. Os principais aspectos considerados na política das ações de RS diferem nas IES, pois duas delas, Girassol e Cravo, direcionam esforços para beneficiar crianças e jovens, enquanto a Acácia assinala “outros” e destaca *“trabalho social com idosos, incentivo de funcionários para trabalhos voluntários e cursos profissionalizantes destinados á comunidade”*; e ainda a instituição Papoula destaca, também, “outros” descrevendo: *“Trabalhos com o conselho comunitário do bairro iemanjá intervindo no bairro prestando auxílio à comunidade de pequeno comércio”*. As duas IES públicas, a Rosa e a Orquídea, têm aspectos variados que são trabalhados, envolvendo tanto crianças, como idosos e adultos, em atividades muito diversificadas. Portanto, são ações que visam beneficiar um público genérico carente

ou não, vai depender da demanda, como no caso de desenvolvimentos de pesquisas do núcleo de extensão.

De acordo com as respostas dos gestores, estas ações sociais extrapolam o raio da comunidade local, em quatro delas, quais sejam: Girassol (privada), Cravo (privada), Orquídea (pública) e Rosa (pública), o que as insere no 3º estágio de RS. Os gestores das privadas Acácia e Cravo assinalaram: *ações externas no raio da comunidade local*, 2º estágio de RS, no entanto, durante a aplicação da entrevista, pôde-se constatar que a Cravo atua no 3º estágio de RS. A respeito da Acácia, confirmou-se que esta atua no segundo estágio de RS.

A Papoula (privada), embora tenha assinalado 3º estágio de RS, justificando-se, na entrevista, em razão de que havia alunos inseridos como estagiários numa ONG fora do bairro. Porém, foi possível verificar que isso não configura ações de RS externa, e sim, interna. Na realidade, as ações de RS da Papoula estão restritas à comunidade do bairro. Estes estágios foram definidos conforme a classificação de Melo Neto e Fróes (2004).

Independentemente da abrangência de atuação da IES, procurou-se conhecer quais eram os critérios que as IES definiam suas ações de RS. Obteve-se que metade delas, Girassol, Papoula e Acácia (privadas), definiu como critério os *indicadores sociais da comunidade*; o que sugere que estas estão mais próximas das problemáticas das comunidades de bairro em que estão inseridas. Este comportamento permite às instituições, primeiramente, conhecerem as reais necessidades da comunidade para só depois atuarem na perspectiva da RS, enquanto que a Cravo (privada) marcou *indicação de funcionários e docente*. Já esta alternativa revela que o parâmetro para atuação em RS vem de informações de dentro da instituição para fora.

Sob este critério, pode-se inferir que, provavelmente, não se analisam, comparativamente, as necessidades de outras comunidades e até mesmo corre-se o risco de pouco conhecer sobre a realidade da comunidade de bairro, que se procura beneficiar, visto que a indicação não está baseada num levantamento mais profundo. Assim, não parece uma alternativa mais adequada quanto à forma de estabelecer critérios, o que demonstra dependência de indicação que utiliza critérios de julgamento pessoais.

As IES públicas Orquídeas e Rosa não se contentaram em assinalar uma só opção, revelaram que utilizam vários critérios: *indicação de funcionários, disponibilidade de verbas e indicador social*, no caso da Rosa; e *decisão própria dos gestores, indicação de funcionários e indicador social*, no caso da Orquídea. Ao final da fase investigatória, pôde-se averiguar que metade delas, somente a Girassol, das privadas, e ambas as públicas usam indicadores sociais, os quais não coincidiram com os que assinalaram nas assertivas fechadas. No caso da Girassol, esta busca registros na prefeitura ou em estudos em *sítes* de banco de dados, com relação às públicas, quando não possuem dados prontos, elas mesmas originam estes dados por meio de sua inserção na comunidade via pesquisa de extensão.

Nesta primeira parte, utilizando-se de assertivas de múltipla escolha, as IES demonstraram compreender bem o propósito da RS e revelaram compreender a RS como um dever social, em detrimento de utilizá-la com objetivos mercadológicos; visto que, dentro do grupo de questões de múltipla escolha, nenhuma alternativa que caracterizasse ações mercadológicas foi selecionada. No entanto, divergiram quanto ao âmbito e critérios de atuação, como exposto anteriormente.

Outro fato a observar, na investigação por meio dessas assertivas, é que a alternativa que se refere à ação de RS interna só foi assinalada pela IES Acácia, referindo-se ao incentivo dos funcionários para a prática de voluntariado. No entanto, a RS interna pôde ser melhor investigada durante a entrevista, estando relacionada à formação de alunos, sem, no entanto, haver ações focadas nos funcionários.

Nesta segunda fase de aplicação das entrevistas, tratou-se de investigar aspectos gerais da RS, analisados conjuntamente com as três dimensões de Carrol (1991).

Categorias Teóricas	Categorias Empíricas	Categorias Analíticas
RS: Aspectos Gerais	Transcrição das falas dos dirigentes das IES	Aspectos qualificadores
<p>Conceito Responsabilidade de Social</p>	<p>A: “Você ser responsável também pela comunidade que você vive, pela condição social da comunidade em que você vive, para mim responsabilidade social é você estar envolvido com comunidade, não só a comunidade de seu trabalho, mas a comunidade onde você vive”;</p> <p>P: “é o verdadeiro exercício da cidadania, o cidadão hoje deve estar inserido obrigatoriamente na comunidade e ele tem que ter em mente como objetivo a sua responsabilidade para o desenvolvimento e resgate deste país...entendo a RS como uma obrigação de cada indivíduo”;</p> <p>C: “realizar são ações que possam melhorar os índices da qualidade de vida da nossa sociedade, das pessoas que moram na nossa região, tudo aquilo que possa servir de melhoria de indicador da educação, saneamento, de habitação, de saneamento, de saúde, perspectivas de melhoria de qualidade de vida então são ações de responsabilidade social...”</p>	<p>Responsável pela comunidade; exercício da cidadania;</p> <p>ações que melhoram os indicadores;</p>
<p>Importância da RS</p>	<p>A: “A Faculdade foi concebida para promover a inserção social via educação de qualidade e a preços acessíveis. O compromisso é propiciar a melhoria do nível de capacitação e empregabilidade dos seus egressos”;</p> <p>P: “eu acho que é a questão da educação do jovem para a RS”;</p> <p>C: “é a importância que o MEC dá na avaliação da Instituição... nas ações de responsabilidade social... outra é a questão da própria formação do grupo que gere a instituição, nós somos uma família de professores dentro da nossa formação há esse cuidado ... estimular a atuação da responsabilidade social para se ter uma sociedade mais justa porque senão vai ser difícil viver daqui a alguns anos”.</p> <p>R: “ela ganha credibilidade ela tem uma ação responsável na formação de seus quadros e também no desenvolvimento de uma pesquisa responsável. .. ganha parceiros importantes para investir na universidade ela pode crescer com isso”.</p>	<p>Inserção social na educação;</p> <p>preparação dos discentes para a RS; e</p> <p>desenvolvimento responsável da pesquisa e credibilidade</p>
<p>Motivação</p>	<p>A: “a instituição foi concebida dentro do princípio da responsabilidade social, identificando as carências do ponto de vista educacional tanto da comunidade no entorno da faculdade quanto das carências do nível intelectual de seus colaboradores, de modo geral”.</p> <p>P: “primeiro quando chegamos no bairro de iemanjá, nós sentimos que nós estávamos perturbando o bairro, então a primeira atitude foi a parceria com o próprio conselho comunitário do bairro com a polícia comunitária no sentido de nós procurarmos minimizar os efeitos”;</p> <p>C:“o diretor geral da faculdade sempre foi membro atuante de organismos ligados á igreja católica, ligados a ong’s no sentido de estimular a atuação da responsabilidade social.. As duas coisas não somente a exigência do MEC mas é também uma exigência pessoal, “já fazíamos isso antes mesmo do Mec e depois com a exigência do MEC reforçamos as ações”</p>	<p>Percepção de Carências e necessidades;</p> <p>e</p> <p>amenizar impactos causados pela IES no local</p>
<p>Expectativas</p>	<p>A: “a gente espera que a faculdade seja adotada pela comunidade e a faculdade adote também a comunidade”;</p> <p>P: “nossa expectativa é de que todas ações aqui praticadas resultem numa melhoria da qualidade de vida da comunidade”;</p> <p>G: “é aquela de poder dar ajuda a quem precisa do outro lado de qualificar a nossa presença, no mundo do ensino superior privado muitas vezes tem essa dimensão mercadológica muito forte , agora para nós é importante termos um retorno de imagem, imagem diferente...nós queremos nos qualificar como uma instituição de</p>	<p>Atender a necessidades,</p> <p>Qualificar a presença no mercado;</p>

	<p>excelência acadêmica justamente porque tem essa dimensão social não só porque trabalha bem”.</p> <p>R: “a formação dos alunos, quando esses alunos participam desses projetos eles tem uma formação extra sala de aula, que é importante”</p>	<p>e</p> <p>Formação do aluno</p>
Obstáculos	<p>A: “Falta de apoio financeiro de entidades governamentais”;</p> <p>P: “não temos tido obstáculos..em verdade nós não podemos falar em obstáculos porque nós contamos com a comunidade do bairro iemanjá.. apenas quando você precisa fazer alguma coisa de maior porte ... aí fica mais complicado, então hoje nós estamos tentando nos organizar de modo que possamos estabelecer outras parcerias que venham facilitar e viabilizar ações desta natureza na faculdade”;</p> <p>C: “os obstáculos são os recursos financeiros, a disponibilidade também das pessoas porque nós trabalhamos com alguma participação voluntária, também a própria falta de estrutura de representatividade das comunidades”.</p>	<p>Apoio Financeiro de entidades do governo,</p> <p>estrutura de representação da comunidade e parcerias</p>
Resultados Obtidos com a RS	<p>P: “melhoria do bairro”</p> <p>C: “sentimento de colaboração e também a satisfação em vermos jovens sendo beneficiados, porque nossa colaboração aqui se atém muito a questão da formação... fazemos a inclusão digital de jovens e adolescentes e de pessoas que não tiveram acesso, nós também temos uma parte assistencial que não é na nossa visão o ideal,”.</p>	<p>Melhoria da comunidade e a formação</p>
Divulgação de Práticas de RS	<p>A: “é de interesse realizar divulgação destas ações ... a gente não definiu a forma porque a gente não tem ainda um programa específico de atuação...é importante tanto para a comunidade local como a externa que se reconheça este tipo de ação...quando se tem a divulgação de um trabalho que é bem feito pela instituição ela aparece como uma instituição preocupada com esta atividade”;</p> <p>P: “não, a própria instituição não faz disto um marketing... hoje por conta da avaliação do sistema nacional de educação todo mundo vai ter que divulgar....eles vão querer saber como divulgamos o resultado da avaliação externa .. e a comissão interna está obrigada a socializar os dados... divulgação sem cunho mercadológico, mas na forma de palestras, discussões e debates...mostrar até que as IES de educação mesmo com fins lucrativos elas têm, pela natureza da educação, compromisso com a formação dos cidadãos comprometidos com o desenvolvimento do país..”;</p> <p>C: “nós divulgamos no site, eventualmente em alguns boletins internos,lá fora não, até porque fica parecendo que você está ajudando com interesse que as pessoas reconheçam”.</p>	<p>Divulgação para a comunidade externa e interna sem interesse mercadológico;</p>
Resultados esperados/ objetivo da divulgação	<p>A: “seria a adoção da faculdade pela comunidade que ela possa ser uma espécie de referencial para a comunidade do bairro”;</p> <p>P: “se faça atividades conjuntas que se vá às comunidades, que se fale sobre isso”;</p> <p>C: “reconhecimento da comunidade mais do que mercadológico incluiria os funcionários ..o objetivo maior é a questão da consciência individual, social de cada um, da valorização disto pelo Mec”.</p>	<p>Reconhecimento da comunidade</p>

Quadro 8: Responsabilidade social sob aspectos gerais. Fonte: Pesquisa direta, 2006.

Com relação ao entendimento dos gestores sobre RS, confirmou-se que as instituições estão sintonizadas dentro da mesma abordagem: o exercício da RS está relacionado com o desenvolvimento da sociedade; para tanto os gestores expõem suas idéias abordando termos convergentes, como: exercício da cidadania, envolvimento com a comunidade e modificação dos indicadores sociais. Esta

compreensão remete ao conceito de RS de autores como Melo Neto e Fróes (2005) e Passos (2004), que enfatizam o objetivo transformador da realidade social, sendo que a referência ao exercício da cidadania, evidenciada pela Papoula (privada), coaduna-se também com a concepção de RS de Ferrel *et al.*

[...] é o verdadeiro exercício da cidadania, o cidadão hoje estar inserido obrigatoriamente na comunidade e ele tem que ter em mente como objetivo a sua responsabilidade para o desenvolvimento e resgate deste país,...hoje o que surge como possibilidade de intervenção de ajuda qualquer que seja a dimensão e importância eu acho é obrigação do indivíduo, entendo a RS como uma obrigação de cada indivíduo (entrevista concedida pelo gestor da Papoula em 05/04/06).

As IES dividem-se quanto à avaliação da importância da RS para a instituição. A Papoula (privada) relatou que a importância se dá pela oportunidade de colaborar na formação dos jovens *para* a RS, isto implica dizer que os discentes são formados com base em uma estrutura curricular que praticamente só os coloca em atuação direta no contexto social depois de concluídos os créditos necessários a sua formação, visto que, durante todo o curso, os discentes só terão oportunidade de atuar no campo social se tiverem interesse em se matricular nas disciplinas optativas que estão relacionadas ao terceiro setor, ou se o docente propuser trabalhar com alguma temática social envolvendo sua disciplina. O gestor da Acácia (privada) relata que a importância da RS está relacionada à inserção dos jovens da comunidade do bairro da Maré no ensino superior com o propósito de investir na sua formação, dando-lhes condições de empregabilidade.

Contudo, pôde-se observar que há carência de visão estratégica na gestão, no sentido de prever alternativas para consolidar projetos capazes de fazer com que esses alunos possam vivenciar trocas de experiências, entre o ambiente universitário e a realidade do bairro de onde eles provêm. A Girassol (privada) refere-se ao cumprimento da missão religiosa da instituição que é o de exercer o compromisso social viabilizando projetos, atividades e programas sociais, no entanto, junto ao corpo discente, atua de forma semelhante à Papoula, em que as disciplinas específicas são ministradas conforme a demanda. No caso da Cravo (privada), essa se reportou ao cumprimento das exigências do MEC e à preservação

de uma cultura familiar, que tem a preocupação em difundir a solidariedade como valor da IES.

[...] primeiro eu acho que é a questão da educação do jovem para a RS, porque muitas vezes estamos preocupados com a formação meramente profissional ...mas a gente não está preocupado em despertar os alunos para esta questão tanto que a nossa instituição colocou na sua estrutura curricular uma disciplina optativa temas em terceiro setor e a primeira disciplina dada, em temas do terceiro setor” (entrevista concedida pelo gestor da Papoula em 05/04/06).

[...] dois aspectos um é a importância que o MEC dá na avaliação da Instituição, existe um peso que é dado pelo MEC nas ações de responsabilidade social, e uma outra é a questão mesmo da própria ...formação do grupo que gere a instituição, nós somos uma família de professores sempre tivemos dentro da nossa formação esse cuidado, o professor ... que é o diretor geral da faculdade sempre foi membro atuante de organismos ligados a igreja católica, ligados a ong's no sentido de estimular a atuação da responsabilidade social (entrevista concedida pelo gestor da Cravo em 06/04/06).

Na Rosa (pública), o pró-reitor lança um olhar para o âmbito interno da instituição revelando atingir, por meio da RS, o aperfeiçoamento na qualidade da pesquisa. Já na Orquídea (pública) o olhar está no âmbito externo, em que, para seu gestor, é importante obter o reconhecimento de que na instituição pública está havendo o compromisso em retribuir á sociedade, de alguma forma, o esforço pela sua manutenção.

[...] ela ganha credibilidade ela tem uma ação responsável na formação de seus quadros e também no desenvolvimento de uma pesquisa responsável, uma pesquisa. Voltada para essa transformação, ela ganha parceiros importantes para investir na universidade ela pode crescer com isso, hoje as grandes agências de fomento á pesquisa estão de olho nesse retorno social da produção do conhecimento. A universidade ganha muito com isso. (entrevista concedida pelo pró-reitor da Rosa em 06/05/06).

Para o planejamento, discussão, coordenação das ações de RS, faz-se necessário que haja ao menos um setor responsável nas IES, este setor é o núcleo de extensão criado com esta finalidade. No entanto, verificou-se que metade das IES: Acácia, Cravo e Papoula – privadas -, desencadeia ações por um setor

específico, denominado de núcleo social, desvinculado da extensão, sendo que o envolvimento da diretoria é citado com ênfase pela Girassol e Papoula. Portanto, a quase totalidade das IES privadas não tem o departamento de extensão como instrumento de práticas de RS, à exceção da Girassol. Com isso, a associação entre ensino, pesquisa e extensão faz-se de maneira muito incipiente, pois os alunos, apesar de cumprirem disciplinas optativas no campo social, raramente desenvolvem pesquisa, estando ainda as ações sociais concentradas em departamentos ou setores que descaracterizam o papel da extensão.

Já nas Orquídea, Rosa e Girassol, as ações são desempenhadas pelo núcleo de extensão, sendo as duas primeiras instituições públicas, portanto apenas três delas realizam ações de RS pelo departamento criado pela LDB. Nesse ponto é relevante colocar que a RS interna das IES passa pelo cumprimento de sua função social nas três dimensões, portanto, com essa estrutura separatista em que se cria setor especializado para atuar em ações de RS, compromete-se a integração e o efetivo relacionamento entre as três áreas, sinalizando que as IES ainda demonstram dificuldade em definir e integrar as áreas: ensino, pesquisa e extensão.

[...] não há uma área envolvida na prática. há um organograma bem completo e departamentalizado mas que não se usa toda essa departamentalização agrupando em uma pessoa diversas funções que seriam de outras pessoas”ate que a gente tenha o número de turmas adequados para ajustar as funções (entrevista concedida pelo gestor da Acácia em 23/03/06).

A motivação para a prática de RS pelas IES é semelhante na Acácia, Girassol e Rosa (pública), pois está ligada á percepção das necessidades locais e, especificamente na Papoula, a motivação reside em poder minimizar impactos de sua atuação no local e promover melhor convivência obtendo a aceitação da comunidade. Na Cravo, foi ressaltado pelo gestor a questão de se pretender seguir os valores do dirigente. O pró-reitor da Orquídea (pública) colocou a questão da contraprestação à sociedade, sob seus argumentos a motivação vem do dever para com a sociedade.

[...] nós somos uma universidade pública mantida pela sociedade, nós temos que devolver à sociedade o que ela investe ...temos que atender às suas expectativas.(entrevista concedida pelo pró-reitor da Orquídea em 09/05/06).

Nesta categoria teórica, observou-se um enfoque diferente na avaliação de duas IES, o gestor da Papoula (privada) assinalou a questão do *desejo pessoal dos dirigentes* como motivação em investir em RS e, portanto, esperava-se com isso que as ações tivessem se originado por iniciativa destes. Porém, o gestor revelou na entrevista que o que o levou a investir em RS foi a reação da comunidade na qual se localiza a IES, que se posicionou contra a construção da mesma sob o argumento de que iria causar uma descaracterização do bairro lemanjá, logo partiu-se, a princípio, do objetivo de amenizar a reação dos moradores, havendo, assim, divergência na motivação, tendo em vista que as ações não se iniciaram por conta de ações voluntárias.

[...] primeiro quando chegamos no bairro lemanjá nós sentimos que nós estávamos perturbando o bairro, então a primeira atitude foi a parceria com o próprio Conselho comunitário do bairro, com a polícia comunitária no sentido de nós procurarmos minimizar os efeitos aos moradores do bairro como ameaça” (entrevista concedida pelo gestor da Papoula realizada em 05/04/06).

O gestor da Papoula (privada) aparentou ter maior maturidade expressando-se com muita clareza e firmeza, demonstrando consciência do dever de sua atuação no bairro, este fato justifica-se provavelmente em razão de o gestor ter vivenciado negociações com a comunidade, ouvindo suas queixas, pretensões, atuando um pouco como partícipe da cultura local, influenciando, provavelmente, em seu posicionamento atual com a comunidade.

Já o gestor da Cravo (privada), na assertiva de múltipla escolha, assinalou que a motivação se justificaria pelo *compromisso com o desenvolvimento da sociedade* e, na entrevista, revelou que o que o teria levado á prática da RS teria sido interesse pessoal dos gestores pela formação religiosa. Neste caso não há propriamente uma contradição, mas percebe-se que o compromisso em desenvolver o social, está,

primeiramente, associado ao perfil de formação pessoal dos gestores, à satisfação de um desejo, herança da abordagem paternalista da RS nos anos 70. Sendo assim, o compromisso de dever é dependente da vontade do gestor, fato que não caracteriza a RS, mas, sim, a filantropia, destacada por Melo Neto e Fróes (2004).

Cabe observar que apesar de somente o gestor da Girassol (privada) possuir experiência profissional anterior na área social, constatou-se ainda um aspecto comum, na maioria deles, revelado durante a entrevista, exceto com relação aos gestores das públicas. Este aspecto diz respeito à formação religiosa, ou seja, todos eles trazem consigo uma formação católica e foram ou ainda são, na vida particular, praticantes de atividades beneficentes com a família ou parceiros, dando algum tipo de apoio a instituições, como igrejas, creches, além de cultivarem a religião de sua formação. Provavelmente esta formação tem favorecido no processo de sensibilização dos sujeitos dirigindo-o para ações solidárias e coletivas. “tenho envolvimento pessoal com questões sociais formação de jovens, creches, formação de casais” (entrevista concedida pelo gestor da Papoula em 05/04/06).

Com relação à expectativa, duas das respostas convergiram. As IES Acácia e Cravo - privadas - abordaram, como expectativa de retorno pelas ações de RS, a aceitação da IES pela comunidade. No entanto, o primeiro não tem colhido resultados, dadas as recentes atuações, e o segundo afirma que seus resultados são a satisfação pessoal de seus gestores, a formação dos jovens. Portanto, a aceitação pela comunidade não foi mencionada como resultado alcançado.

No caso da Papoula (privada) e Orquídea (pública), a expectativa gira em torno da constatação da melhoria da qualidade de vida da comunidade. Porém, a primeira relatou ter colhido como resultado “a melhoria do bairro”, o que demonstra correspondência entre expectativa e retorno obtido. O pró-reitor da Rosa (pública) coloca como sua expectativa a questão da formação do aluno, no entanto tem observado como resultado o desenvolvimento de comunidades carentes. Suas respostas seguiram a mesma lógica da importância da RS, visto que a boa formação do aluno está relacionada também com a credibilidade que se dá ao aprimoramento e credibilidade da pesquisa.

Na Girassol (privada), seu gestor menciona que tem duas expectativas uma delas seria a de poder ajudar os necessitados, sendo a segunda a de qualificar a presença da instituição no mercado. Este gestor foi bem enfático em assumir essa

questão do diferencial de ensino acadêmico por meio da valorização da sociedade e dos alunos diante do compromisso da IES para com o social. No entanto, quando questionado sobre os resultados obtidos, respondeu: “o interesse da própria comunidade, dos professores e alunos”. As outras IES não assumiram diretamente esta questão mercadológica, pelo contrário, os gestores da Cravo e Papoula - privadas - foram firmes em desvincular a RS de interesses mercadológicos.

Apesar de a Girassol ter enfatizado essa questão mercadológica, ela ultrapassa a visão de RS como imagem (CURADO, 2003), ganhando a direção de cidadania, visto que, dentre as privadas, é a IES que mais se destaca no envolvimento com a RS tendo em vista sua intensa atividade social, com programas permanentes e abrangentes.

[...] é aquela de poder dar ajuda a quem precisa do outro lado de qualificar a nossa presença, no mundo do ensino superior privado muitas vezes tem essa dimensão mercadológica muito forte, agora para nós é importante termos um retorno de imagem, imagem diferente nós não estamos aqui visando lucro, simplesmente mercado, mas queremos nos qualificar como uma instituição de excelência acadêmica justamente porque tem essa dimensão social não só porque trabalha bem (entrevista concedida pelo gestor da Girassol em 30/05/06).

[...] a expectativa de que isto possa gerar resultados muito positivos que seria a adoção da faculdade pela comunidade que ela possa ser uma espécie de referencial para a comunidade do bairro (entrevista concedida pelo gestor da Acácia em 23/03/06).

Para a concretização das ações sociais é possível que as IES encontrem entraves ou alguma dificuldade. Neste sentido, buscou - se conhecer, por intermédio dos gestores, quais eram esses obstáculos no cotidiano delas. Como resultado, obteve-se, como era de se esperar, que todas as IES indicaram a questão financeira, no entanto outros fatores foram apontados como itens de respostas: dificuldade de apoio do governo, falta de representantes das comunidades, bem como de parcerias.

No caso das parcerias, nas públicas, pelo que foi averiguado, não há muita aproximação destas com o setor privado, uma das razões descritas tem haver com a

preservação da autonomia universitária nos projetos, conforme revelado pelo pró-reitor da Rosa, mas também em razão de que os recursos governamentais chegam destinados a fomentar os programas, sendo que elas também contam com as instituições de fomento à pesquisa, como no caso da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão – FAPEX.

O gestor da IES Cravo (privada) também citou a carência de recursos humanos, pelo fato de se praticarem trabalhos voluntários, poucos aderem a estes na instituição. Este aspecto pode indicar que a IES não realiza um trabalho suficientemente motivador para a comunidade universitária a fim de atingir uma adesão satisfatória do grupo em ações que possam se tornar cada vez mais frequentes e consistentes. Porém, este cenário não só acontece na Cravo, mas na maioria das IES privadas, pois, na Acácia e Papoula, existe a dificuldade de conseguir adesão maior nas ações, mesmo quando filantrópicas, que são de curto prazo.

Já nas IES públicas parece haver maior envolvimento. Na Orquídea, essa questão interna de seus recursos humanos parece receber maior atenção tendo em vista que há maior envolvimento dos discentes e docentes não só pela dimensão e profundidade com que são elaborados os projetos de extensão, mas por haver maior cobrança dos coordenadores dos núcleos em função do investimento que a universidade faz com os bolsistas dos projetos. A expectativa é de que eles possam dar o retorno esperado, inclusive, porque são avaliados por critérios de integração na comunidade e participação no grupo de estudos. Não há especificamente uma vantagem substancial da pública e privada com relação aos recursos, pois se sabe que a crise financeira atinge ambos os setores. A diferença é no âmbito político, pois, em determinados momentos, pode vir a favorecer as IES públicas, enquanto que as privadas dependem de seus desempenhos para obter os recursos ou de parcerias.

Mas, ainda assim, a Orquídea justifica a desproporção da oferta em razão da demanda, pelo fato de a demanda de nossa sociedade ser sempre maior do que qualquer instituição possa cobrir. Esse é um dos argumentos que reforçam a necessidade urgente da RS ser aplicada como prioridade por todos os cidadãos e organizações, caso se queira alcançar uma sociedade desenvolvida pela valorização do indivíduo como ser humano, acima de tudo.

[...] uma parte é recursos, a demanda da nossa sociedade é muito maior do que qualquer organismo seja capaz de assumir mas essa é uma questão de necessidade da sociedade, nós precisaríamos de muito mais curso de formação de professores , muito mais cursos de extensão, muito mais apoio a comunidade, mas nós não temos condições de atender a tudo que poderíamos fazer. Há dificuldades de gerenciamento de recursos por que todo dinheiro que entra na universidade entra no orçamento público, mas isto não impede de fazer nada....Há uma natural limitação de recursos humanos porque a universidade tem que cumprir também suas obrigações básicas e tem sido divulgado sempre é a questão de não reposição de professores e funcionários...(entrevista concedida pelo pró-reitor da Orquídea em 09/05/06).

Em relação à divulgação de práticas de RS, dentre públicas e privadas, cinco das instituições não concordam em fazer uso mercadológico de suas atividades sociais. A instituição Acácia (privada) mostra-se preocupada em divulgar para obter reconhecimento de suas ações, mas não admite fazer uso mercadológico; a Papoula (privada) admite conceder espaço para divulgação da temática da RS e de suas ações na forma de palestras e debates com a comunidade, sendo favorável à conquista de mais adeptos á causa da RS. Inclusive esta IES participa do Dia Nacional da Responsabilidade Social, realizando atividades e palestras informativas com diversas comunidades envolvidas.

O gestor da IES Cravo (privada), assim como os das outras instituições privadas, revelaram que a ação de divulgação restringe-se ao âmbito interno da instituição, estando presente nos boletins internos e no *site*, não admitindo ações mercadológicas. No entanto, foi verificada na Cravo uma contradição, quando do levantamento por meio de documentações internos (projetos), visto que no plano do núcleo de ação social (NAS) está previsto estímulo à parceria das empresas privadas nos projetos sociais em troca de publicidade de produtos ou serviços destas empresas. Esta postura é um estímulo à prática social pela visão instrumentalista, em que se avalia a compensação de ganhos e perdas para poder decidir atuar “fora de áreas específicas” da organização, como avalia Drucker (1984).

[...] divulgação sem cunho mercadológico, mas na forma de palestras, discussões e debates ...mostrar até que as IES de educação mesmo com fins lucrativos elas têm, pela natureza da educação, compromisso com a formação dos cidadãos comprometidos com o desenvolvimento do país, desenvolvimento do Estado, desenvolvimento local ela está obrigada ponho aspas neste obrigada, mas tem que está na sua missão nos seus valores imbutidos esta questão da RS (entrevista concedida pelo gestor da Papoula em 05/04/06).

[...] Identificar as empresas parceiras que assimilaram a cultura da ação socialmente responsável, estimulando-as inclusive, por via de marketing publicitário e comercial, podendo ser criado selo de qualificação, ou outro tipo similar de promoção, para as empresas e produtos envolvidos no projeto (trecho de documento do NAS).

A IES Girassol (privada) configurou-se, como exceção, quanto a seu gestor admitir e valorizar ações publicitárias, o que pôde ser verificado sob duas fontes: primeiramente, pelo discurso do próprio gestor, afirmando que faz, além da divulgação permanente no *site*, publicidade em torno do objetivo social da instituição e que esta se configura como o seu diferencial na sociedade. Assim, esta instituição se comporta oscilando entre a visão convencional de RS como imagem – busca associar sua marca a causas sociais -; como negócio - quando busca estabelecer vantagem competitiva, ao enaltecer o seu diferencial no mercado, que está além de sua estrutura interna de organização que é o seu envolvimento social; e a visão pós-convencional de RS como cidadania, visando melhorar a sociedade como um todo, conforme (CURADO, 2003).

A outra fonte de informação teve origem no regimento interno em que consta que o departamento de *marketing* é responsável por “estabelecer política de comunicação para a Faculdade Girassol, que tenha em vista a criação de forte imagem institucional, consoante com seus objetivos e finalidades” e, como um de seus objetivos é atuar no âmbito social, conforme o próprio nome da instituição sugere, nessa função o departamento, naturalmente, encarrega-se de divulgar a imagem social da instituição.

[...] nós divulgamos no site da faculdade, ou algum tipo de comunicação interna jornalzinho interno, nada que tenha grande divulgação além do âmbito interno por enquanto. Mais no site, abrindo nosso site sempre tem alguma ação! Fazemos divulgação às vezes, fizemos uma campanha

publicitária em que diz mais ou menos assim a Girassol no nome e na atuação ...a agente aproveita o nome e faz esta dimensão social algumas vezes , outdoor, às vezes a gente usa essa dimensão social não só de nome mas no conceito. A gente apresenta às vezes para fins de publicidade algumas ações como diferencial, mas a nível de pequena comunicação (entrevista concedida pelo diretor acadêmico da IES Girassol em 30/05/06).

Nas IES públicas Orquídea e Rosa, semelhante à maioria das privadas, o gestor, em seu discurso, afasta a idéia de divulgação das ações para o mercado. No caso da Rosa, de acordo com o pró-reitor, utiliza-se do setor competente, assessoria de comunicação, no entanto verificou-se no decurso da pesquisa que a atuação desse setor está restrita, no caso das ações sociais, à divulgação no *site* da instituição. No entanto, sobre esta questão, cabe sugerir que se faz necessário que se informe á sociedade os benefícios que as IES são capazes de conceder para que a própria população busque nela um meio de inserção social e resgate de sua auto-estima. A finalidade seria a de potencializar qualidades e competências latentes dos indivíduos, portanto, as iniciativas podem e devem partir também da própria comunidade, mas desde que ela esteja informada de que existe o benefício a ser oferecido a elas.

A IES Orquídea, pelo contrário, conforme relato do pró-reitor, não há preocupação em estabelecer uma comunicação com a sociedade sobre seus projetos sociais. Entre públicas e privadas, uma pública, a Orquídea, e duas privadas, Girassol e Papoula, divulgam, mesmo de forma escassa, seja interna ou externamente, com interesses de informar, motivar a comunidade a participar de suas ações, assim são criadas oportunidades como palestras, feiras, bazares e bingos.

A universidade divulga as suas ações através da assessoria de comunicação...a finalidade seria tornar pública as ações de interesse da sociedade (entrevista concedida pelo pró-reitor da Rosa em 06/05/06).

[...] nós não nos preocupamos muito com a divulgação, eu sei que o pessoal da iniciativa privada e de comunicação vai achar uma falha mas como a gente considera as ações como uma obrigação a gente faz e não divulga. Mas de certa forma se sabe o que a universidade faz, mas não tem uma estratégia de divulgação, não há essa preocupação (entrevista concedida pelo pró-reitor Orquídea em 09/05/06).

Sabe-se que as informações de *sites* não chegam á comunidade, pois esta não tem acesso. A Rosa (pública), por exemplo, divulga suas ações sociais além do *site*, na forma de distribuição de convites para a sociedade participar de palestras ou congressos. Nesse caso, deve se estar atento também para o fato de que esses métodos não alcançam o público maior e estas comunidades somente serão informadas no momento em que haja alguma provocação de uma instituição governamental, como o SINE, a Secretaria de Educação e Saúde, que demandam as ações universitárias.

Atualmente estamos com a questão do *site* que está sendo atualizado constantemente, coloca resultados na página....a divulgação em congressos a gente manda convites...(entrevista com o coordenador de extensão em 14/06/06).

Esse trabalho de informação interna e externa, caso realizado cotidianamente, visa atrair, cada vez mais, um número maior de pessoas de classes populares para os projetos, assim como fazê-las acreditar ao ponto de se engajarem nestes projetos, o que seria o propósito fundamental desta divulgação. A população carente precisa visualizar a chance de potencializar suas qualidades, em vista da conquista, não só do trabalho e renda, mas do seu aperfeiçoamento como sujeito ético e capaz de viver de forma integrada e solidária em prol de um futuro melhor.

No que diz respeito aos resultados esperados com a divulgação, o gestor da Acácia (privada) mencionou a expectativa do reconhecimento pela comunidade interna e pelas entidades favorecidas nas doações. Os gestores das outras duas, Papoula e Girassol - privadas -, reafirmaram a vontade de que o tema seja propagado e debatido em mais comunidades, no sentido de “despertar o interesse da própria comunidade, dos professores e alunos”. Porém, de todas elas, o pró-reitor da Orquídea é o que menos se mostrou preocupado com esta divulgação.

No entanto, em contato feito com o coordenador de um dos programas, esta informação pôde ser averiguada: o mesmo confirmou que as ações são expostas no *site*, porém citou a pretensão de aprimorar as comunicações internas além de

coordenar reuniões entre comunidades para expor trabalhos e resultados alcançados.

Os meios de comunicação para divulgar é o site da Orquídea, os murais, as listas, os estudantes não têm costume de ler. Queremos fazer futuramente stands, colocar fotos dos trabalhos e elaborar material informativo para distribuir nas instituições entre os alunos (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da Orquídea em 09/05/06).

Diante das ações e projetos sociais dessas instituições, buscou-se, também, conhecer a respeito da valorização ou reconhecimento destas ações pela sociedade, na forma de contemplá-las com alguma certificação social, semelhante às concedidas a outros tipos de organizações. Foi constatado que em apenas uma Instituição de ensino houve este reconhecimento formal, ainda assim, a honraria foi concedida especificamente para o gestor, que recebeu o título de cidadão honorário pela Assembléia Legislativa do Estado, em 2005, no entanto, esta honraria não foi objeto de divulgação.

Cabe ressaltar que, na análise documental, verificou-se que a Cravo (privada) prevê a criação do selo de qualificação ou outra promoção para empresas e produtos envolvidos nos projetos sociais. Já a assertiva causou estranheza ao gestor da Orquídea, respondendo-a com uma pergunta: *“não, acho que não se aplica às universidades se aplica?”*. A certificação social não discrimina tipo, setor ou atuação da organização, pessoa física ou jurídica, ela diz respeito a um reconhecimento sobre certas condutas, trabalhos relevantes que mereçam ser agraciados perante a sociedade. Desse modo, o gestor demonstrou um certo desconhecimento, naturalmente atrelando o recebimento destes certificados às empresas comerciais, ou a outros organismos específicos, que devem praticar ações sociais visando alcançar premiações que as coloquem em vantagem mercadológica. Não relaciona, portanto, a certificação social a um reconhecimento despropositado.

A seguir, o Quadro 9 reúne as categorias teóricas (ações, parcerias, recursos e freqüência das atividades: permanente ou esporádica) referente à dimensão pragmática (ações) da RS - conforme modelo de Carrol, 1991 - apresentada na

forma de discurso dos gestores das IES e, em seguida, procede-se à análise das respostas mais freqüentes:

Categorias Teóricas	Categorias Empíricas	Categorias Analíticas
Dimensão pragmática da R. Social	Transcrição das falas dos dirigentes das IES	Aspectos qualificados
Práticas Sociais internas e externas	<p>A: “Agora mesmo nós estamos desenvolvendo um Projeto para oferecer á comunidade gratuitamente orientação na área de informática para a comunidade do bairro...alfabetização da terceira idade e cursos profissionalizantes”.</p> <p>P: “estágio na ONG... projeto foco com os pescadores do bairro de iemanjá .. concessão de duas bolsas de estudo a alunos da ONG..”</p> <p>C: “Progrid que é a recuperação de computadores pelos alunos de informática para doação e oferecem cursos de informática aos membros de comunidades carentes; cursos gratuitos de higiene de alimentos para comunidade, doação de materiais..”</p> <p>R: “há demanda das ações determinadas pelo governo tanto estadual quanto federal que demanda da universidade que estes projetos sejam encaminhados através dela, esse de educação para todos do governo estadual o governo oferece curso no modo de um cursinho de vestibular para os alunos que saem das escolas públicas”.</p>	Cursos, estágios, e prestação de serviços
Parcerias (Político-institucionais)	<p>A: “só para descontos especiais de alunos, Petrobrás, caixa econômica, prefeitura de Salvador, secretaria de administração. da prefeitura ...”;</p> <p>G: em geral fazemos parcerias para facilitar mais o acesso ao ensino superior com descontos, com organizações, grupos, institutos que possam ficar interessados, privados ou públicos.</p> <p>O: “Para financiamento de projetos”</p>	Concessão de descontos; Financiamento de projetos
Recursos (ações sociais ou projetos próprios)	<p>A: “próprios dentro do orçamento da instituição está previsto verba específica para o desenvolvimento de atividades sociais”;</p> <p>P: “recursos próprios..a primeira vez que vai haver algum coisa e nós vamos pedir realmente algum financiamento é para o SEBRAE para esse projeto Foco do bairro iemanjá e o da ONG, as outras ações são todas recursos próprios”;</p> <p>C: “são recursos próprios na maioria das vezes e humanos...temos um projeto de criar uma fundação para se obter acesso mais fácil a financiamentos”.</p> <p>R: “públicos, das parcerias às vezes próprios da universidade”</p>	Próprios em sua maioria Repasse do governo Federal
Ações Permanentes (contínuas) ou esporádicas	<p>A: “pelo fato de estarmos iniciando você projeta na teoria alguma coisa e na prática a coisa não ocorre exatamente como você previu, então você vai fazendo de modo esporádico”;</p> <p>P: “com o conselho comunitário ela é permanente são permanentes por haver continuidade de ações, exemplo as bolsas, mas algumas são esporádicas quanto ao assunto tratado”;</p> <p>C: “permanentes e esporádicas, nós estamos sempre vendo novas perspectivas porque não podemos parar”.</p>	Há atividades sociais que são permanentes e outras esporádicas
Planej/ Acomp./ Avaliação	<p>A: “De forma geral não avaliamos, mas as campanhas têm resultados de caráter imediatos, temos como saber”;</p> <p>P: “com o conselho comunitário sim”;</p> <p>C:“existe planejamento existe acompanhamento para justificar os recursos, . os cursos a gente tem como acompanhar e avaliar, mas as doações não”.</p>	Em geral quando as ações são de caráter imediato

Quadro 9: Dimensão pragmática da responsabilidade social. Fonte: Pesquisa direta, 2006.

É unânime entre as IES pesquisadas que a RS esteja relacionada às questões de formação, educação dos jovens, do resgate da cidadania. Por conta de algum esforço pedagógico, para práticas de RS interna, observou-se a preocupação de preparar os discentes para uma formação *com* RS, que condiz com o aprendizado paralelo a sua inserção na realidade de comunidades necessitadas, na perspectiva de fazê-los se sensibilizarem pelas diferenças de condições socioeconômicas. Com isso, podem atuar pensando em minimizar esses desequilíbrios, restabelecendo o diálogo coletivo.

Deste modo, vê-se, no discurso de todas as IES, que existe esta preocupação de envolver os alunos em atividades práticas externas, mas, pelo que se constatou, essas oportunidades não são oferecidas em todos os cursos, este é outro ponto em comum encontrado nas IES privadas, que revelam posturas ainda incipientes diante do que se discursa sobre RS. A exemplo do que ocorre na Papoula (privada), os discentes, em algumas disciplinas, fazem mapeamento do bairro Iemanjá para fins de cumprimento de algum trabalho de disciplina, contudo são ações esporádicas que não acontecem para todos os cursos e surgem como sugestão de professores para os alunos.

Outra ação encontrada, mais representativa no contexto da formação do discente com RS, trata-se de estágio em uma ONG para os alunos do curso de Empreendedorismo. Segundo o gestor, a inserção destes alunos, especificamente numa ONG, favorece os mesmos, pois, em havendo contato com as atividades de terceiro setor, o aluno vai obtendo uma visão da realidade social despertando neles a sensibilidade para a consciência social. Porém, com relação às práticas externas de RS em comunidade, observou-se que estas não envolvem os discentes da instituição. A IES Papoula tem realizado ações, unindo os esforços da diretoria e do núcleo de ação social, para levantamento das necessidades dos pescadores instalados no mercado do peixe, no sentido de orientá-los para aperfeiçoar o serviço, trata-se do projeto Foco.

[...] esta coisa feita com a comunidade do bairro Iemanjá é da direção da instituição, pode ter eventualmente a participação do aluno mas é ação da direção da instituição, é a política da instituição, não é ligada diretamente ao aluno (entrevista concedida pelo gestor da instituição Papoula em 05/04/06).

Há também uma política da instituição de conceber duas bolsas de estudo anuais para os alunos de uma ONG, aprovados no vestibular da instituição, e que tenham conquistado uma boa colocação. Na Acácia (privada), há também uma política de concessão de bolsas, no entanto, essas ocorrem por meio de convênios com instituições públicas. O único projeto encontrado foi o projeto Alfabetização Solidária de jovens e adultos residentes no bairro Maré. Essa formação é realizada pelos professores da instituição, por meio do núcleo social, no entanto não há participação dos seus discentes. Atualmente a turma que está em formação conta com 40 alunos inscritos e tem a parceria do SESI, que dá a estrutura necessária.

[...] como uma forma de ocupar estes jovens e adolescentes que por falta de uma atividade mais interessante, que ocupe seu tempo, não estejam aí pelas ruas roubando, assaltando (entrevista concedida pelo gestor da Acácia em 23/03/06).

Semelhante à Papoula (privada), existe na Cravo (privada) a atuação dos alunos em estágio numa ONG, fora do raio da comunidade local, nela, esses estagiários orientam seu funcionamento com os conhecimentos adquiridos em seus cursos. Por estar situada em bairro privilegiado, a instituição vai buscar realizar ações em bairros de maior carência. A averiguação desta necessidade é feita pelos professores que sugerem a comunidade a ser beneficiada. Há também nesta instituição o Progrid – Programa de Inclusão Digital, estabelecido como um programa permanente, que promove a inclusão digital de jovens e adultos numa comunidade carente de Salvador. A atuação mais recente desse programa foi na comunidade de Canabrava, situada em torno do antigo aterro sanitário da cidade.

Como resultado os discentes já conseguiram instalar um laboratório de informática cujos alunos carentes se tornaram agentes multiplicadores na comunidade, tornando-se responsáveis pelas demandas no local. A finalidade é que todos saiam com conhecimento, desde o básico ao avançado, para ingressarem no mercado de trabalho. Estes computadores são adquiridos por meio de doações de empresas e todo capital necessário para montar a infra-estrutura do ensino é conseguido por meio de rifas e coleta de doações nas empresas pelos discentes da

faculdade. Os responsáveis por essas ações são os alunos-monitores e professores do curso de Informática, assim, todo semestre seguidas turmas são constituídas.

Além desse programa, há o projeto Amigo Integral que oferece atividades esporádicas, como oficinas, palestras, cursos profissionalizantes para o público jovem de baixa renda, sempre aos sábados, porém sem o envolvimento dos alunos. O gestor argumentou que os alunos estudam à noite e não têm interesse e/ou por falta de tempo em colaborar nestas atividades de prestação de serviço gratuito à comunidade. Conforme o gestor revela, seu envolvimento não chega a 1%, em vista disso são incentivadas atividades complementares que, ao final do curso, servem de crédito curricular para os alunos.

[...] pegamos mais de três computadores que foram deixados por empresas desatualizados ou com problemas e os alunos de informática consertam todas essas máquinas para podermos doar às várias instituições. Progrid que é a recuperação de computadores pelos alunos de informática para doação...também oferecem cursos de informática aos membros de comunidades carentes;com participação de alunos é feito semestralmente com uma ou duas turmas para comunidade carente, pessoas que não têm acesso, a gente tem uma carga horária substancial, conhece os programas básicos, acesso à internet...cursos de higiene, saúde bucal para mães, crianças temos uma professora do curso que ministra e é gratuito. São poucos alunos que participam, dentre o universo da faculdade, não chega a 1%. Temos atividades complementares de conclusão de curso como incentivo a estas práticas (entrevista concedida pelo gestor da Cravo em 06/04/06).

Cabe ressaltar que há ainda as ações filantrópicas na Cravo (privada), tipo doações de materiais para instituições carentes, ampliação de creches com a construção de anexos. Embora estas ações ainda façam parte desta instituição, o seu gestor revelou que este tipo de ação vem tirando o interesse dos gestores pelo fato de não haver fiscalização da utilização referente ao material doado, com isso teme-se haver perdas e outra razão é a de que esta prática provoca vícios.

[...] o assistencialismo ele vicia e impede o crescimento das pessoas, cria dependência, dá o peixe mas não ensina a pescar, mas às vezes ele é necessário (entrevista concedida pelo gestor da IES Cravo realizada em 06/04/06).

Quanto às práticas internas em geral, as IES atribuíram os benefícios concedidos aos funcionários e docentes ao cumprimento de leis e das ações específicas do departamento de recursos humanos, que visam melhorar o desempenho de funcionários e professores. Como estas práticas são de responsabilidade empresarial, logo não foram consideradas na pesquisa. Os gestores informaram que a ocorrência de debates, palestras proferidos internamente sobre responsabilidade social têm a missão de propagá-la na comunidade universitária como medida para o despertar da consciência social.

A Faculdade Girassol (privada), caracterizada como entidade filantrópica, tem por isso forte compromisso social, o qual está também justificado pela sua origem e pelo propósito de sua mantenedora, conforme apresentado anteriormente. Todos os cursos prevêem atividade complementar, que conta créditos para a formação profissional, de acordo com o coordenador de extensão. Nela buscou - se pontuar as ações sociais que fossem preferencialmente permanentes, sendo encontradas três ações de RS: o projeto Capobrava, o projeto Formação de Educadores de Escolas Populares e o programa de Política de Acesso das Classes Populares ao Ensino Superior.

O projeto Capobrava tem como missão levar o esporte, a dança e outras artes para 50 estudantes de escolas comunitárias, cuja idade varia de 7 a 16 anos. A finalidade deste projeto é fazê-los permanecer na escola estimulando-os com atividades que possam também resgatar sua auto-estima. Estas atividades acontecem em turnos distintos das aulas e num espaço à parte da escola, que é o centro comunitário do bairro de Canabrava. No entanto, para serem beneficiados, esses alunos necessitam atender a duas condições fundamentais do projeto: ter frequência e rendimento escolar, caso contrário, são desligados das atividades. Este projeto também prevê, caso haja necessidade, aulas de reforço escolar. Participam como monitores do projeto dois discentes do curso de Educação Física e dois de Pedagogia, pois existe a preocupação de se fazer uma leitura educativa dessas atividades. Assim, os monitores aprendem a tratar dessas atividades como um processo educativo. Mais adiante esses alunos da comunidade vão aos poucos se desligando desse projeto e vinculando-se a outros.

[...] essas atividades de dança, música tem um atrativo muito forte para a criança. É uma forma de a gente garantir que ele freqüente a escola, porque se ele abandonar a escola ele perde o espaço da dança, dessa formação dele, ele é eliminado do projeto (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da IES Girassol em 07/06/06).

A dificuldade encontrada por esta instituição diz respeito à distância desta comunidade da sede da faculdade, inibindo que outros monitores possam se integrar ao projeto. Outro aspecto considerado por eles é que já existe outra IES atuando no local, inclusive, com instalações de centros comunitários, sob a perspectiva de uma atuação mais intensa desta instituição no futuro. A IES Girassol (privada) então tem retomado as discussões sobre atuação em comunidades situadas no seu entorno. Não só esta conduta, mas dentro do que foi possível investigar, infere-se que as IES privadas atuam isoladamente sem constituir parcerias umas com as outras. Cabe analisar que se, de um lado, elas têm como atender melhor as comunidades que estão mais próximas, porém quando a IES planeja se retirar ou atuar com menos freqüência numa dada comunidade, por encontrar outra instituição agindo no local, ela está deixando de somar esforços que poderiam trazer respostas muito mais abrangentes para a comunidade.

[...] a girassol ela está projetando outros espaços de atuação que ficam bem mais próximo e são de mesma forma muito carente. Já atuamos lá com o reforço escolar. Estamos fazendo um levantamento do bairro para futuramente envolver todos os cursos da faculdade ... a gente procura fazer em comunidades carentes que necessitem de nosso apoio ou de qualquer outra instituição, porque é o nosso compromisso social (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da Girassol em 07/06/06).

A respeito do projeto de formação de educadores de escolas populares, este é responsável atualmente pela formação continuada dos professores de escolas situadas no subúrbio ferroviário de Salvador, este projeto tem a parceria de uma ONG - Centro de Assessoria Pedagógica dos Jesuítas (CEAP), que financia 50% das bolsas, ficando a parte complementar de responsabilidade da IES Girassol. O que se observou de fundamental nesse projeto é que ele visa atender as demandas desses educadores e, além do mais, procura-se conhecer seus problemas e

observar todo o perfil desta comunidade para conquistar sua confiança antes mesmo de se iniciarem as formações universitária e continuada. É também cobrado das lideranças que eles tanto criem condições de espaço e discussão com a comunidade, como também que motivem todo o grupo para as atividades, portanto, neste caso, a responsabilidade dela é dividida.

[...] em nossos programas de extensão você tem que ter muito cuidado para não ser assistencialistas, porque o assistencialismo não dá autonomia, a comunidade ela não reivindica ela não luta, ela fica no dar e receber, ela te dá receptividade te dá afeto, ela te dá condições de trabalhar mais ela não cresce, a gente quer que o trabalho seja feito não para a comunidade mas *com* a comunidade. Ai a gente está fazendo com que a comunidade cresça e a gente cresce muito com ela. ... Você precisa se inserir na comunidade e isso leva tempo de acompanhar essa comunidade. não adianta levar o curso pronto para eles. Se levarmos algo pronto eles rejeitam, tem que ser construído com eles tem que ter uma paciência muito grande para trabalhar com movimento, você está construindo. Toda sextas-feiras os professores saíam daqui da faculdade iam fazer a formação continuada, de acordo com a solicitação deles que foi a alfabetização.... primeiro você tem que ter uma inserção naquela comunidade de estar sentindo os problemas dela, quando ela adquire a confiança em você ai sim ela diz o que ela está querendo, a uma cultura nossa do dar e receber e da famosa lei de Gerson, aproveitar oportunidade, se puder tirar alguma coisa de você tira (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da Girassol em 07/06/06).

Por último, há o programa de acesso das classes populares ao ensino superior. Esse programa contempla com bolsas de estudos integrais e parciais os alunos originários do colégio Girassol que tenham alcançado melhores desempenhos e que ainda tenham sido aprovados no vestibular da IES Girassol. Os egressos têm bolsa para qualquer curso da faculdade. Porém, o diferencial deste público é que eles são adultos operários, portanto, de classe menos favorecida, que trabalham de dia, são: faxineiros, empregadas domésticas, zeladores, que demonstram vocação para o estudo. Este benefício, no entanto, não faz parte da cota de filantropia a que a mesma está obrigada por lei, trata-se de uma política que se origina do compromisso de responsabilidade social da instituição.

No caso das públicas, foram levantados três programas principais na Orquídea e cinco na Rosa que abrigam ações nas comunidades visando mudar a condição de vida de comunidades carentes. Na Orquídea, a saber: o Conexão de Saberes, o

Movimento Universitário de Alfabetização (MUDA) e o Atividade Curricular em Comunidade (ACC). Cabe ressaltar que estes programas foram desenvolvidos para integrar efetivamente as três dimensões da finalidade do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão sendo dois deles, o MUDA e o ACC, de iniciativa da própria universidade, sendo originários de uma prática experimental, que logo depois se tornou projetos de extensão.

Para expor o primeiro programa, o Conexão de Saberes, é necessário compreender o contexto: a realidade é que, com os programas de cotas, para pessoas carentes nas IES, a problemática que surge recente no Brasil, de acordo com o coordenador de extensão da Orquídea, é a questão da manutenção ou sustentação desses alunos nas próprias universidades públicas. Partiu-se então para um estudo de favelas, no Rio de Janeiro, por meio do observatório de favelas da Universidade Federal Fluminense, para verificar o perfil socioeconômico, a etnia além de se obter o registro do índice de pessoas excluídas das universidades públicas. A partir deste estudo e da problemática levantada, surgiu o Conexão de Saberes com a finalidade de promover não só a inclusão do discente negro e de baixo poder socioeconômico nas universidades, como a sua permanência. Este programa foi reconhecido pelo MEC e hoje está inserido em 31 universidades brasileiras.

[...] ele precisa fazer a conexão entre saberes acadêmicos e saberes não acadêmicos, o princípio da RS é estabelecer o vínculo do aluno com a comunidade... é manter os alunos na universidade pública, há uma grande quantidade de alunos de classe desfavorecida dentro da universidade e o difícil é fazer com que eles se mantenham, com o conexões o aluno ele entra assumindo o lugar dele na universidade. Às vezes as pessoas quando entram na universidade cortam o vínculo com a comunidade (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da Orquídea em 09/05/06).

Para funcionamento do programa são selecionados 25 bolsistas cotistas e 10 não cotistas, sendo estes escolhidos dentre os mais experientes para dar suporte aos iniciantes. Estes bolsistas devem provir de comunidades carentes e atender ao recorte étnico que favorece as pessoas de raça negra e de baixo poder socioeconômico. Feita essa triagem, os bolsistas são capacitados durante seis meses com oficinas de texto, de leitura e agora mais recentemente com aprendizado

de inglês por meio de convênio entre o departamento do curso de Letras da Orquídea e a coordenadoria de extensão da universidade. Estes cursos e oficinas visam auxiliá-los no próprio desempenho dentro da universidade, bem como em sua atuação na comunidade. Esta fase do programa corresponde ao ensino e formação dos discentes bolsistas. Mais adiante, eles fazem um mapeamento do número de estudantes negros na universidade, por curso, para obter um acompanhamento dos alunos negros na universidade, entrando, assim, na fase em que eles se dedicam à pesquisa universitária.

A universidade faz investimento nos bolsistas a fim de que eles promovam como retorno oficinas preparatórias para o vestibular destinadas a jovens de comunidade carente a partir de 15 anos. Essa formação visa o ingresso desses jovens no ensino superior, porém há um direcionamento para que eles sejam aprovados no vestibular da Orquídea, pela razão de que lá dentro espera-se que eles façam a mesma trajetória dos bolsistas, capacitando-se e tornando-se professores das futuras turmas, por isso ele é denominado Conexão de Saberes. Esta é uma forma de fazer com que o objetivo do programa possa ser cumprido mantendo a comunidade negra nas universidades. Para tanto, um grupo de bolsistas instala-se em uma comunidade popular para ministrar as disciplinas, selecionando assuntos já direcionados para o vestibular. Nestas aulas tem-se observado, conforme o coordenador de extensão, a frequência de crianças de onze anos de idade, como também de senhoras que já assistem às aulas motivadas.

[.....] tem jovens muito bons e crianças de 11 que acordavam cedo e estavam com caderninho de baixo do braço querendo aprender, eles não iam fazer pré-vestibular, mas, existe vontade muito forte de aprender (entrevista concedida pelo coordenador de extensão em 18/05/06).

Estes cursos ocorrem atualmente em três comunidades: Ferreira Santos e o Calabar (Ondina) cujo grupo já está atuando com as oficinas para vestibular, e o terreiro do *Gantois* o qual está na fase de trabalho de leitura de textos e escrita preparando os jovens com um nivelamento para logo depois passarem para a fase das oficinas.

Para que não fique isso só para eles então deve haver o retorno para a comunidade...eles têm a bolsa para eles se manterem na universidade, a formação deles aqui na universidade de metodologia de pesquisa, de redação, a publicação de um livro, o memorial, e o retorno à comunidade, então é ensino, pesquisa e extensão.....Quando esses jovens conseguirem ingressar na universidade eles voltem a ser professor para o outro voltar, o irmão, o vizinho que está lá querendo fazer estimular para que ele também consiga ingressar...o estímulo é para que eles façam o ingresso na universidade qualquer que seja mas a gente tem um direcionamento para a Orquídea, informação de prazo de matrícula, isenção de taxa de matrícula... eles tendem a ser multiplicadores dessas ações depois que eles ingressarem na faculdade pressupõe-se que eles farão o mesmo sendo professores nas suas comunidades (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da Orquídea em 18/05/06).

Nesta fase em que os bolsistas beneficiam diversas pessoas, estendendo seus conhecimentos a elas, caracteriza-se como atividade de extensão, portanto, nesse momento, fecha-se o ciclo cumprindo-se com todas as finalidades da IES.

Outro programa é o MUDA que desenvolve 26 projetos de alfabetização de jovens e adultos, em comunidades populares dos Municípios de Salvador e Alagoinhas (interior). Nesse encontro com a comunidade, as pessoas envolvidas com o programa, bolsistas e professores, além de alfabetizarem, têm como meta promover um trabalho de intervenção sociocultural, na medida em que levam discussões para os membros da comunidade, envolvendo questões atuais, como: política, governo, valorização da moeda, questões da saúde, ensinam, também, o reaproveitamento de alimentos, trazendo, como estes, outros benefícios. Este programa produz redes de solidariedade e responsabilidade social, na medida em que contextos acadêmicos e contextos sociais se relacionam.

Como no programa anterior, os monitores são selecionados necessitando ter um perfil adequado, tal como: estar no mínimo cursando o quarto semestre e com experiência em algum trabalho social, para tanto recebem bolsas e, dos critérios de sua avaliação, é o seu nível de participação e inteiração com o grupo, pois é necessário habilidade para vivenciar, resgatar e explorar a linguagem da comunidade reforçando sua identidade cultural. Os bolsistas ou monitores realizam previamente um estudo de cada comunidade, antes da intervenção, sempre respeitando, compreendendo e atuando conforme os valores desta comunidade. Esta fase constitui-se como projeto de pesquisa antes de iniciar o processo de

alfabetização na comunidade. Outro objetivo do programa é potencializar a criação de pedagogias próprias de trabalho para alfabetização, visto que não se aplica método pronto, esta finalidade representa o grande desafio a que se submetem os discentes de todas as áreas do conhecimento. Com alunos de diferentes áreas, os métodos tornam-se originais, criativos, ampliando o campo de experiência e visão dos discentes ao tempo em que exercem a capacidade de influenciar realidades.

[...] Nós não temos uma metodologia pronta temos que fazer trabalhos e contextualizar com a realidade dos jovens e adultos... como é o estudante de ciências naturais alfabetizar pessoas, o estudante de odontologia alfabetizar pessoas .. O programa visa criar espaços para o protagonismo de inovações didáticas no campo da alfabetização e o exercício de pedagogias políticas (entrevista concedida pelo coordenador do programa MUDA em 06/05/06).

Por fim o ACC - Atividade Curricular em Comunidade - é um conjunto de projetos desenvolvidos por grupos de estudantes, coordenados por um professor, nas comunidades de Salvador e do interior. Nasceu em 1996, denominado de Orquídea em Campo, já com o propósito de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tendo amadurecido ao longo do tempo em que esteve aplicado como projeto experimental, foi aprovado e inserido em 2001 nos currículos da graduação, passando a ser permanente em 2003, após aprovação da Câmara de Extensão e de Ensino e Graduação, e denominado de ACC. Sua integração ao currículo como disciplina optativa tem características semelhantes das outras disciplinas, como carga horária (60 horas pó semestre), creditação (4 créditos) e finalidade acadêmica. O que orienta as aulas são temáticas sociais e não conteúdos específicos da área de conhecimento, sendo obrigatório para o docente que ele seja professor de alunos de três cursos diferentes, este critério permite garantir a interdisciplinaridade na formação do aluno. Portanto, há alunos de Medicina trabalhando com capoeira ou alunos de Farmácia trabalhando com teatro, segundo o coordenador, essa estrutura atual quebra a lógica rígida que há nos departamentos.

A finalidade é sempre essa é fazer com que dentro de nossa área específica de conhecimento a gente possa ampliar as possibilidades de se dialogar com esse conhecimento a intenção e fazer um diálogo efetivo entre praticas sociais e práticas acadêmicas...a Escola de nutrição, criação da escola dietética visa o acompanhamento sistemático dentro da escola: atende pessoas do SUS basicamente com diversas anomalias e que precisam de uma orientação e acompanhamento nutricional. São acompanhados pelo pessoal de nutrição. (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da Orquídea em 09/05/06).

A UFBA em campo é...uma aula numa escola sem paredes... uma metodologia de construção da cidadania do estudante, componente de formação geralmente excluído dos melhores currículos....uma forma de experimentar diálogos entre a academia e a população que a ela não tem acesso (DOC: UFBA em CAMPO, 1999).

Os diversos projetos abrangem ações de políticas de desenvolvimento social, sendo possível averiguar as diversas temáticas abordadas por meio de análise de documentos internos disponibilizados pela coordenação do ACC, são temas: melhoria da saúde e da qualidade de vida da população; geração de emprego e renda, preservação e sustentabilidade do meio ambiente, defesa de direitos sociais, formação e cidadania, participação e intervenção em políticas públicas, debates de direitos sociais, resgate e preservação de identidade cultural, entre outros.

A Rosa (pública) mantém cinco programas: o Educar para Vencer; programa nacional de Educação na Reforma Agrária; programa de Qualificação Profissional; programa Universidade para Todos e programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem.

O primeiro programa mantém o projeto de regularização do fluxo escolar da 1ª a 8ª série, nele, a instituição é responsável pela capacitação de mediadores pedagógicos, que irão realizar a capacitação continuada de professores da rede pública estadual. A finalidade desse programa é corrigir disparidades entre idade e série, trata-se de um curso condensado em que o aluno cursa o equivalente a duas séries em um ano.

O programa de qualificação profissional visa ministrar cursos em diversas áreas profissionalizantes com fins de ampliar a probabilidade de obtenção de emprego e geração de trabalho e renda. Cabe ao SINE (Sistema Nacional de Emprego) monitorar o cadastro das pessoas qualificadas, indicando-as a outras instituições que demandam mão-de-obra. Estes aprendizes recebem certificado. O

levantamento é feito pelo SINE que possui um cadastro de demanda, a universidade entra como executora desses cursos.

O PROFAE (Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem), programa do governo federal, ligado ao Ministério da Saúde, tem como foco os profissionais da área de enfermagem com o propósito de dar-lhes a complementação do ensino fundamental. Os professores entram como coordenadores e os alunos da Rosa, como formadores. Eles passam por um processo de capacitação e vão atuar nas unidades como multiplicadores. Esses alunos são de qualquer curso da área de saúde, mas entram também alunos de pedagogia. Por haver muitas pessoas leigas que atuam na área de saúde, este programa objetiva qualificar essas pessoas para que elas possam ter melhor desempenho em suas funções.

Não tem uma pesquisa prévia na comunidade, dentro desses projetos que eu lhe apresentei, para saber qual é a comunidade, a gente escolhe uma ou outra?.. Parte da demanda dessas instituições, tem demanda da universidade, e tem a demanda da extensão... às vezes acontece só pesquisa, só extensão, ou só ensino as vezes acontece ensino com pesquisa, extensão com pesquisa (entrevista concedida pela coordenadora de extensão em 14/06706).

Programa Universidade para Todos – ProUni, é uma parceria com o estado, trabalha com os egressos da escola pública. Surgiu de um projeto de uma professora e depois gerou este programa de abrangência em todo o estado. Trata-se de um cursinho pré-vestibular, destinado aos estudantes que têm pouca oportunidade de estudar e entrar numa universidade. Ele acontece durante oito meses e as disciplinas básicas são ministradas pelos alunos da graduação da Rosa (Pública), desse modo, os alunos de química dão aula de química, os de letras, de português e assim por diante. Esse cursinho acontece nos ambientes das próprias escolas públicas, dando oportunidade de inclusão à universidade àqueles que não podem pagar.

Aparentemente, este programa guarda semelhanças com o Conexão de Saberes da Orquídea, mas difere por uma razão principal: não há ações que possam trabalhar a manutenção desses alunos depois que eles ingressam na universidade. Assim, o compromisso desfaz-se no momento em que ele consegue ingressar na instituição, em vista disso todo o investimento feito com os professores e alunos da universidade pode não trazer os resultados esperados, pois, por não haver continuidade no processo, corre-se o risco de evasão desses alunos carentes da universidade.

Cabe ressaltar, porém, que o enfoque dado para as ações de RS pelas IES privadas é em relação ao público jovem, visto que há a questão inerente à instituição que é a formação, de um lado, tem seu aspecto positivo, na medida em que a formação deste público será determinante para o futuro do país, que, conforme Vallaeys (2003), serão os responsáveis pela qualidade das decisões que trarão soluções para a sociedade no futuro, são eles administradores, economistas, advogados...No entanto, o compromisso de RS está em transformar essa realidade exterminando a parcela significativa de pessoas excluídas na sociedade, independentemente de faixa etária, sexo etc. Assim, enfatiza, a RS não deve estar restrita a setores específicos da sociedade, mas atuar conforme a demanda, isto vale também para a questão da abrangência geográfica de sua atuação, este aspecto pôde ser verificado nas IES públicas e na IES Girassol (privada).

Para que muitas dessas ações de RS aconteçam, é preciso que sejam instituídas parcerias, estas são consideradas como parte da dimensão pragmática de Carrol (1991) e são aconselháveis no sentido de que elas beneficiem um número significativo de pessoas. Todas as IES constituem parcerias para concessão de bolsas de estudo, seja a organização parceira pública ou privada. Em outros momentos esta parceria constitui-se como troca de conhecimentos como o estágio de alunos da Papoula (privada) em uma organização não-governamental.

A Orquídea (pública) faz, conforme o pró-reitor, parcerias com a Secretaria do Ensino Superior do MEC, além da parceria permanente com a FAPESB (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia). A Rosa (pública) firma parcerias com organismos governamentais e, esporadicamente, com instituições privadas, desde que os interesses sociais dos projetos sejam respeitados e a instituição permaneça com autonomia para conduzi-los.

[...] 99,9% de suas parcerias realizadas com o poder público municipal, estadual quanto federal. A privada acontece....por exemplo há pouco tempo atrás realizamos uma parceria com a Odebrecht para a preservação ambiental de uma área de mata atlântica aqui em Salvador, isso acontece, pode acontecer, o que tem que ficar forte, presente nas nossas ações é garantir com isso a autonomia da Universidade, ela pode fazer parcerias, mas em cima de um projeto de um programa de uma proposta que venha da universidade que venha pautado nesse sentido da RS e da responsabilidade acadêmica, que isso sirva para a formação de nossos alunos, uma formação universal, global, a gente não pode ficar refém de nenhuma condição externa senão a gente não caminha. (entrevista concedida pelo gestor da Rosa em 06/05/06).

[...] fazemos parcerias com representações da sociedade civil organizada: igrejas, sindicatos, associação de moradores ONG'S, terreiros, centros espíritas, são instituições q em potencial trabalham com a comunidade as ações funcionam nesses espaços (entrevista concedida pelo coordenador de extensão do programa MUDA em 09/05/06).

Em todas as IES privadas verificou-se a utilização de recursos próprios, o que classifica suas atividades em projetos sociais e não em ações sociais. Nas públicas, a maior parte dos recursos vem de repasses públicos, que subsidiam os projetos, desse modo, conforme MELO NETO e FRÓES, (2004), nestes casos, classificam-se de ações sociais e, quando utilizados recursos próprios do orçamento, podem ser designados de projetos sociais. Nas públicas, há as duas modalidades.

Por haver também limitações de recursos, isso vem influenciar na freqüência das ações podendo ser permanentes ou esporádicas: para a Acácia e Cravo - privadas - as ações são contínuas para bolsas em convênios firmados e, esporádicas, quando se referem a cursos profissionalizantes. A Papoula (privada) mantém ações permanentes que são as bolsas para alunos externos e internos, sendo o estágio na ONG e outras ações esporádicas, pois dão lugar a outros tipos específicos de atividades.

A IES Cravo (privada), da mesma forma, possui para alunos ações de RS interna permanentes, como os estágio na ONG, e com os externos oferecendo cursos de inclusão digital. Já para a modalidade de cursos gratuitos, as ações são esporádicas. Relembrando a concepção de *Schwartzman* (2005), a concessão de bolsas contribui para o aumento da renda e produtividade dos beneficiários, pois se trata de um investimento no capital humano.

Na Orquídea (pública) e Girassol (privada), ambas contam com programas sociais permanentes, como os apresentados anteriormente. Os recursos desta última originam-se da própria instituição e de parcerias com ONGs.

As ações de RS demandam, conforme Fróes (2004), planejamento, acompanhamento e avaliação, sob esta característica a Papoula (privada) como possui um Conselho Comunitário, as ações desenvolvidas por este são expostas e avaliadas em reuniões com a diretoria. De forma semelhante ocorre na Girassol (privada) em que os projetos, inclusive, são reformulados após a etapa de avaliação.

Na Cravo (privada) cumpre-se, na maioria das vezes, duas das etapas: o planejamento e acompanhamento, não havendo a avaliação. Assim, na maioria das privadas, não ocorrem essas etapas, porque existem muito mais ações esporádicas e de filantropia do que ações e projetos permanentes que possam exigir gerenciamento constante.

Nas públicas, projetos de pesquisas acabam demandando projetos de extensão e vice-versa, dessa forma, a vivência das universidades com a pesquisa e atividades de extensão é mais intensa, por isso carecem das etapas de planejamento, acompanhamento e avaliação pelos professores e coordenadores; pelo menos, a respeito dos três programas da Orquídea, seu gerenciamento ocorre com frequência até porque os monitores precisam ser avaliados, os professores e a comunidade precisam ter seus objetivos atendidos e, diante das entidades que financiam estas ações, precisa-se apresentar resultados que justifiquem e demandem mais investimentos, desse modo, o gerenciamento acontece com frequência e responsabilidade, principalmente porque se sabe que os recursos são públicos.

Os Quadros 10 e 11 revelam, em síntese, as ações de RS, beneficiários, participantes e parcerias das IES privadas (Acácia, Papoula, Cravo e Girassol) e públicas (Orquídea e Rosa), respectivamente.

IES Privadas	Ações de Responsabilidade Social Externas	☺ Beneficiários (Foco)	☐ Participantes	☐ Parceiros
Acácia	☼ Alfabetização Solidária	☺ Jovens e adultos do bairro	☐ Professor	☐ SESI
	☼ Bolsas de estudos	☺ Funcionários de instituições públicas e privadas	☐ Núcleo social	☐ não há
Papoula	☼ Bolsas de estudos anuais	☺ Pré-universitários da ONG Pracatum	☐ Núcleo social – NAS	☐ não há
	☼ Projeto Foco intervenção no mercado do peixe	☺ Pescadores do bairro	☐ Diretoria e NAS	☐ não há
Cravo	☼ Programa de Inclusão Social: PROGRID Reciclagem de computadores e ensino de informática básica e avançada;	☺ Comunidade de baixa renda Jovens e adultos	☐ Professores e alunos de informática	☐ Apoio de empresas privadas
	☼ Projeto Amigo Integral: Oficinas, cursos profissionalizantes, palestras, esporte e lazer	☺ Comunidade de baixa renda Jovens de 11 a 18 Anos	☐ Professores	☐ não há
Girassol	☼ Programa de Inclusão Social Bolsas de estudos integral e parcial	☺ Alunos operários	☐ Núcleo de Assistência Social - NAS	☐ CEAP
	☼ Projeto Capobrava Incentivo escolarização: prática de esportes, música, dança e teatro.	☺ Comunidade de Canabrava Crianças e jovens de escolas públicas	☐ Professores e alunos de educação física e pedagogia	☐ CEAP
	☼ Projeto de Formação de Educadores de Escolas Públicas	☺ Professores de escolas públicas	☐ Professores de pedagogia	☐ CEAP

Quadro 10: Responsabilidade social nas IES privadas.

Fonte: Pesquisa direta, 2006.

IES Públicas	☼ Ações de Responsabilidade Social Externas	☺ Beneficiários (foco)	☐ Participantes	Parceiros
Orquídea	☼ Programa ACC: Atividades curriculares.. ☼ Programa Conexão de Saberes ☼ Programa MUDA: Movimento Universitário de Alfabetização	☺ Sociedade ☺ Jovens e adultos de comunidades carentes ☺ Jovens e adultos de comunidades carentes	☐ Professores e alunos ☐ Professores e alunos ☐ Professores e alunos	☐ não há ☐ FAPEX ☐ MEC
Rosa	☼ Programa Educar para Vencer Projeto de regularização do fluxo escolar de 1ª a 8ª série ☼ Programa: PRONERA Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária ☼ Programa de Qualificação Profissional ☼ Programa: PROFAE Programa de profissionalização dos trabalhadores da área de enfermagem ☼ Programa: Universidade para Todos	☺ Professores de escolas públicas ☺ Assentados ☺ Comunidade em geral ☺ Profissionais de enfermagem ☺ Egressos de escolas públicas	☐ Professores ☐ Professores e alunos ☐ Professores ☐ Professores, técnicos e alunos ☐ Professores e alunos	☐ FLEM; ☐ Secret. de Educ. Estado; ☐ Banco Mundial. ☐ Ministério do Desenv. Agrário; e Incra ☐ FAT; ☐ Secretarias Municipais ☐ Minist. da Saúde ☐ Prefeituras Municipais ☐ Secret. de Educ. e Saúde municipais e estaduais ☐ Secretaria de Educ. do Estado

Quadro 11: Responsabilidade social nas IES públicas.

Fonte: Pesquisa direta, 2006.

A seguir as categorias teóricas referentes à dimensão ética da RS:

Dimensão Ética da RS	Transcrição das falas dos dirigentes das IES	Aspectos qualificadores
Relação entre Ética e RS	<p>P: “claro que tem...então quem não tem boas práticas na instituição quem não tem comportamento ético na instituição não é exemplo verdade! ..a gente aqui prima por essa missão, ...Se você não prima por valores como pode passar isso por alunado...Ética e responsabilidade social está muito associado”,</p> <p>G: “A ética para mim é dimensão constante a RS, o envolvimento da pessoa com a coletividade, gente não vive a gente convive, a ética não tem só haver com a vida mas com a convivência social, aprender a conviver é fundamental e conviver sem RS sobretudo no contexto como o nosso não tem sentido”.</p>	A ética está em todas as atividades;
Código de ética	<p>A: “existe fragmentos, não existe um manual de código de ética, mas preocupados com esta questão nós temos inserido no manual dos professores alguns princípios... para atuação de professores e funcionários”;</p> <p>P: “contrato de convivência... kit entregue ao aluno, em CD com tudo direitos e deveres”;</p> <p>O: “que eu saiba não, eu não conheço um código formalizado, aprovado, houve ou há uma comissão de ética, não há uma definição mais formal disso , sei q há empresas fazendo isso, há instituições fazendo mas nós não temos alguma coisa mais definida mais estruturada , eu acho que a gente trabalha tanto que não tem muito tempo do arranjo prévio mas acho interessante ter na medida em que pode balizar outras ações que não tem acontecido até agora”</p>	Manual com princípios éticos, direitos e deveres; Desconhecimento de um código formalizado
Valores	<p>A: “o principal seria solidariedade”;</p> <p>P: “os valores da instituição estão todos na carta de princípios... a ética do comportamento, a ética da transparência, da sinceridade e o compromisso mesmo com a qualidade de vida”</p>	Ética e solidariedade
Ações Pedagógicas	<p>A: “tanto a direção pedagógica como a direção administrativa da faculdade a gente não teve oportunidade de desenvolver um manual ou mesmo convocar uma reunião específica para tratar do assunto devido ao processo de amadurecimento do grupo;</p> <p>P: “com certeza, não só nas disciplinas, mas também nós fazemos trabalhos com pessoas da área pedagógica e tal que duas três vezes ao ano que fazem palestras, para falar sobre ética, falar sobre compromisso, e estar trabalhando essa formação integral do indivíduo”;</p> <p>C: “Existe uma série de ações pedagógicas no sentido de ensinar a pessoa o que é certo.. às vezes há palestras de conduta profissional a ética na profissão...cadeira de filosofia e ética no curso de humanas “.</p>	Execução de palestras e inserção nas disciplinas;
Ética da convicção ou Ética da Responsabilidade	<p>A: “eu não consigo dissociar qualquer programa de ação social desvinculado de ações que estejam rigorosamente pautados em princípios éticos...acredito que não teria muita finalidade, não teria muito sucesso”;</p> <p>P: “... os fins não justificam os meios...eu desafio quem chegue aqui e aponte uma atitude não ética da instituição... fugir aos valores e padrões para se conseguir um contrato, isto não existe não.. prima por méritos e por critérios”.</p>	Segue critérios e princípios éticos (ética da convicção).

Quadro 12: Dimensão ética da responsabilidade social. Fonte: Pesquisa direta, 2006.

Quando questionados os gestores sobre a relação entre RS e ética, em seus discursos, verificou-se que todas as IES reconhecem esta relação, portanto, para as IES privadas, a ética é parte integrante e necessária ao processo de formação e em qualquer atitude que se exerça no dia-a-dia, sendo possível verificar referência a valores cultivados pelas IES em manuais impressos de alunos e/ou exposto no *site* da instituição, ou ainda, em formato de CD. Porém, quando perguntados sobre as disciplinas ou as práticas que demonstravam o estudo da ética, a maioria limitou-se a dizer que a ética é estudada dentro dos cursos que exigem a ética profissional, como os cursos de Direito, Medicina etc.

Na IES Rosa (pública), verificou-se um distanciamento do tema ética no cotidiano dos alunos ou mesmo da comunidade, visto que esta relação da ética com a RS está limitada à maneira de se configurar um projeto, a obediência a critérios que abordam a perspectiva social do projeto para a entrega em órgão competente a fim de obter aprovação, pois em nenhum momento o gestor ateu-se à ética como valor de formação trabalhado para a comunidade universitária especificamente. Pelo contrário, o gestor ainda admitiu não haver manual do aluno ou contrato de convivência, o único regulamento que existe é o da própria instituição e o regulamento do servidor público ou regimento interno que não está acessível ao aluno pelo *site* e, sim, na biblioteca da instituição.

Quando questionado sobre esses valores, o próprio gestor demonstrou desconhecer, passando insegurança. Neste caso, há falta de visão da ética como valor genérico de formação humanística, agravando-se pelo fato de que tenha informado que a instituição tem uma forte inclinação para a formação de educadores. Na realidade, esse distanciamento compromete a aplicação da responsabilidade social, pois, mesmo havendo maior preocupação em torno da qualidade social da proposta, torna as ações mecanizadas para serem aprovadas.

Exclui-se assim a oportunidade de esta IES debater sobre valores e princípios numa realidade social tão carente de compromissos humanitários. Qualquer ação nesse sentido deve ficar a cargo do corpo docente e seus monitores. O lado positivo da questão é que as universidades dão autonomia para as atividades acadêmicas. Por outro lado, se os futuros educadores (discentes), futuros profissionais de todas as áreas do conhecimento, não exercitam as temáticas sociais pautadas em princípios éticos consolidados, que deveriam estar vindo da própria instituição, num

debate em conjunto, é pouco provável que eles, de uma forma geral, como profissionais formados, possam desencadear o compromisso com a sustentabilidade da sociedade, visto que a educação ensina, mas, também, deseduca quando se instala o descompromisso com sua missão.

[...] os projetos que são encaminhados estão dentro de uma rubrica institucional então eles obedecem a alguns encaminhamentos que são determinados pela instituição, que são definidos pelo conselho universitário, eles passam pelos fóruns deliberativos dos departamentos... Há uma observância e há algumas condutas que são determinadas para os encaminhamentos e para o estabelecimento das relações entre a instituição e a sociedade civil... espera de que os comportamentos sejam encaminhadas de acordo com que é definido pelos regimentos...o projeto que tenha um olhar para aquela realidade social, seja de fato de interesse social, não de interesse exclusivamente pessoal, partidário, ideológico, ...(entrevista concedida pela Rosa em 06/05/06).

[...] tem, provavelmente tem deve ter, provavelmente tem, mas, não existe uma disciplina geral, em algum cursos tem, na área de saúde, que trabalhe essa questão de ética direito tem, tem algumas disciplinas que encaminham para uma discussão com relação a conduta, o professor, o advogado, o fonoaudiólogo. Estas questões mais específicas elas estão inscritas nos códigos dos estatutos próprios de cada categoria, aqui a universidade ela discute esta questão sobre ética e moral através das disciplinas que tratam das relações humanas que estão dentro das área de filosofia da educação, da antropologia...o código de ética é definido por cada categoria (entrevista concedida pela Rosa em 06/05/06).

Ao se pesquisar sobre manuais e códigos, percebeu-se a necessidade de verificá-los em documentos, pois, conforme esclarecido na metodologia, o conteúdo descrito pelos gestores nas entrevistas não foi suficiente para a amostra. Na entrevista foram mencionadas de forma enfática a ética e a solidariedade, sendo a primeira a mais enfatizada por três dos gestores e colocada como valor intrínseco às atividades sociais, assim seus gestores dizem primar pela formação do profissional consciente da responsabilidade ética com o social, enquanto cidadãos, e ainda buscam compartilhar este princípio com toda a sociedade, instituições e empresas públicas ou privadas. No entanto, apesar do discurso, infelizmente, quanto á questão ética, os debates e propostas ainda são raros limitando-se, como já mencionado, a ética às especialidades profissionais. Curiosamente os gestores das IES públicas não indicaram valores, a exemplo do gestor da Rosa, consistindo a instruir seu acesso por *site*, no regimento interno. Especificamente, o pró-reitor da Rosa

demonstrou-se desconfortável, até mesmo embaraçado, para admitir que não há um manual do aluno ou código de ética instituído. No caso da Orquídea, não foi encontrado manual do aluno ou regimento interno disponível no *site*.

Comparativamente as IES privadas, ainda que não estejam, na prática, exercendo a ética de forma coesa e consolidada, elas mantêm a vantagem sobre as IES públicas de ao menos constituírem manuais que chegam aos discentes em formato sintetizado, acessível por meio impresso, *site* ou CD, em alguns casos. No entanto, esta informação é passada para o corpo discente sendo que estes não participam da construção desses valores, assim, seus princípios são construídos de forma unilateral não permitindo a eleição ou o julgamento da comunidade universitária, de forma espontânea, sobre seus valores. Porém, constata-se que prevalece o modelo da ética normativa (impositiva) sempre partindo da instituição para a comunidade universitária.

[...] A universidade ao longo de sua história tem voltado as suas ações para projetos sociais, onde a participação da comunidade acadêmica se faz em todas as etapas, seja na construção dos projetos, bem como na sua execução... tais esforços visam a valorização do ser humano e a constituição de valores éticos... a espera de que as condutas sejam realizadas de acordo com que é definido pelo regimento. .. Existe um estatuto do servidor público, existe um estatuto do magistério superior, .. não existe um manual do aluno nesse sentido ... Obvio que não é um instrumento devidamente observado. Acho inclusive que deve ser mais socializado (entrevista concedida pelo pró-reitor da Rosa em 06/05/06).

Durante a análise documental dos dados secundários, foi possível levantar nos manuais e regimentos internos das instituições outros valores expostos a seguir, na horizontal, faz-se a leitura dos valores por instituição e, na vertical, a leitura de valores em comuns encontrados:

IES	Valores Éticos das IES de Salvador						
	Respeito	Democracia Participação Liberdade	Cidadania	Transpar. Verdade	Solidarie dade	Fraterni dade	Auto disciplina
Acácia	“Respeito à diversidade”	“Estabelecimento da democracia”	“Exercício da cidadania”	“Transparência de atos adm. e acadêmicos”	“Solidariedade”		
Papoula	“Respeito ao conhecimento produzido”	“As práticas devem ser resultantes da negociação, discussão e participação de todos”	“Na Papoula vale o cidadão”	“O espírito da verdade prevalecerá sempre na comunidade”	“O espírito cooperativo e empreendedor deve ser construído no cotidiano da Papoula”	“qualquer que seja a disciplina, sua prática deve orbitar em torno de valores essenciais ...e da fraternidade”	“a comunidade deve zelar pela auto-disciplina”
Cravo	“Respeito à comunidade universitária”	“formação integral do ser humano, de acordo com os princípios de liberdade e responsabilidade” “constituir-se em uma instituição aberta à comunidade, livre e democrática”	“formar profissionais competentes ... cômicos da sua responsabilidade ética com o social enquanto cidadão”		“Espírito de cooperação solidária”		
Orquídea		“visão participativa e contemporânea da sociedade”	“consciência da cidadania entre estudantes”				
Rosa	“Respeitar professores e autoridades universitárias”	“participação dos discentes no núcleo de extensão”	“promover eventos destinados à promoção da cidadania”				
Girassol		Aprimorar-se através de processo ... de avaliação institucional, com a participação de professores, alunos, egressos e comunidade..”. “A finalidade da educação... inspirada na liberdade”	“compreensão dos direitos e deveres, individ. e coletivos, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade”		“vivências pessoais e profissionais em ambiente social plural, ético, reflexivo e solidário”		

Quadro 13: Valores das IES.

Fonte: Pesquisa direta, 2006.

Do exposto, vê-se que participação, liberdade, cidadania, respeito e solidariedade surgem como valores mais freqüentes descritos nos documentos

internos. Apesar de o valor participação surgir em metade das IES pesquisadas e pelo fato de ter sido detectado nas privadas que a maioria de suas ações é de caráter filantrópico, verificou-se que este valor, portanto, não é trabalhado na comunidade externa carente, mas apenas na discussão entre docentes e discentes sobre os temas a serem abordados nos projetos da comunidade. Quanto à participação de funcionários – corpo técnico-administrativo – observou-se reduzida participação nas atividades sociais, restringindo a participação destes nas doações e campanhas de arrecadação. A única exceção foi a Girassol (privada) que trabalha a participação das comunidades nos projetos sociais.

No caso das públicas, essa participação ultrapassa o âmbito interno para haver de fato a interação da comunidade na determinação das ações, a exemplo disso, os projetos Muda e o Muda Saúde, este último estando voltado ao atendimento de reivindicações da população acerca de temas restritos à saúde, como: doenças sexualmente transmissíveis, cuidados sobre a gravidez na adolescência entre outros.

[...] Muda saúde educação não é construído com os estudantes, foi um pedido da comunidade que trouxéssemos agentes de saúde então fomos buscar também parcerias com os agentes de saúde da secretaria municipal, o monitor juntamente com o agente de saúde articula um planejamento para que os alunos que fazem parte do programa participem, mas também a comunidade...quem participa é a comunidade que está ao redor da instituição... temas como dengue, doenças sexualmente transmissíveis, uso de preservativo, a maioria das informações são passadas de modo prático, preparo de soro ... (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da IES Orquídea em 09/05/06).

A abordagem das ações pedagógicas em prol da ética relembra Carvalho (2005) que defende que a marca do ensino superior está em construir práticas pedagógicas que levem o aluno a empenhar-se pelo bem comum no cenário em que atua. Esta descrição é detectada nos discursos dos gestores de metade das IES pesquisadas: Papoula, Girassol e Cravo - privadas -, pois seus gestores referiram-se às práticas intradisciplinares e ao envolvimento de pessoas da área pedagógica em desenvolver atividades que fortaleçam a formação ética dos alunos. A IES Cravo fez referência à disciplina Filosofia e Ética que não abrange todos os cursos, mas os

cursos da área de humanas. A sua proposta é tratar e fiscalizar a ética no próprio comportamento e não se limitar a teorizar sobre o tema. Na IES Acácia (privada), o gestor afirmou não haver ainda estas práticas pedagógicas por falta de amadurecimento do grupo. Comparando as instituições privadas com as públicas, constatou-se que estas últimas estão muito aquém das primeiras na questão relativa à formação ética do aluno, apesar de seus gestores compreenderem bem na teoria a ética como base da RS.

[...] com certeza, não só nas disciplinas mas também nós fazemos trabalhos com pessoas da área pedagógica e tal duas três vezes ao ano que fazem palestras, para falar sobre ética, falar sobre compromisso, e estar trabalhando essa formação integral do indivíduo (entrevista concedida pelo gestor da Papoula em 05/04/06).

[...] todo o trabalho que se faz nessa dimensão social é um trabalho pedagógico ele visa este fortalecimento dessa dimensão ética e solidariedade, depois temos em quase todos os cursos tem uma disciplina de ética ligada ao curso, a dimensão profissional mas há sempre tem essa preocupação de trabalhar a ética (entrevista concedida pelo gestor da IES Girassol em 30/05/06).

[...] são ações do próprio comportamento porque a ética não se aprende ela se exerce não pode ficar falando de ética você tem que ser ético ..toda vez que a gente detecta uma situação onde houve perda da ética a gente busca às vezes há palestras de conduta profissional a ética na profissão....cadeira de filosofia e ética no curso de humanas. Existe uma série de ações pedagógicas no sentido de ensinar a pessoa o que é certo (entrevista concedida pelo gestor da IES Cravo em 06/04/06).

[...] não tem disciplinas específicas que estejam nos currículos que discutam sobre a ética. É uma discussão transversal que perpassa os componentes curriculares de todas as disciplinas. As discussões estão talvez mais circunscritas aos cursos de formação profissional voltadas para saúde, advocacia, que lida mais diretamente com a vida do ser humano (entrevista concedida pelo gestor da IES Rosa em 06/05/06).

[...] há tanta ação acontecendo que as coisas vão acontecendo a gente não consegue pegar um arquivo e listar as ações (entrevista concedida pelo gestor da IES Orquídea em 09/05/06).

Todas as instituições de ensino foram categóricas em afirmar seguir a ética da convicção, não admitindo sob qualquer hipótese quebrar princípios éticos para atender a ética da responsabilidade (vertentes da finalidade ou utilidade). No entanto, cabe frisar que dificilmente as instituições podem seguir pela ética da

convicção, sem que existam um consenso e uma base sólida de princípios verdadeiramente conhecidos entre os componentes da comunidade universitária, e isso, provavelmente, não ocorre, pois a ética que se exerce, apesar de ser normativa, está dentro dos seus manuais com raras atividades que busquem discuti-la, não havendo meios de motivação para uma adesão consciente e profunda. Desse modo, a ética corre o risco de ser praticada em função da observação de comportamentos de terceiros, conforme Navran (2000).

Dimensão Legal da RS	Transcrição das falas dos dirigentes das IES	Aspectos qualificadores
Relação das Leis com a RS	<p>A: “ao não desenvolver uma postura ética diante dos princípios legais você pode provocar a redução do investimento necessário para resolver problemas de natureza sociais .. pelo menos uma parte do que esta sendo recolhido vai ser aplicado em programa social “ se não as cumpre (as leis) compromete o projeto social daquela entidade”,</p> <p>P: “com certeza tem...a RS começa por aí, a lei é o princípio básico” “seguir a lei é a coisa mais fácil...a sua ação é que determina”;</p> <p>O: sim, primeiro a lei é o modo civilizado de viver então o descumprimento da lei já é desrespeitar o modo que a sociedade foi capaz de construir, então Rs obrigatoriamente tem que cumprir a lei , se tiver lei obsoleta tem q tentar mudá-la , mas fora da lei é o caos.</p>	Ser Responsável Socialmente está diretamente relacionada ao cumprimento da lei;
Orientar fornecedores / concorrentes e outros com relação ao cumprimento das leis	<p>A: “temos isso em nível de projeto, está previsto a criação de uma empresa Junior, ela vai atuar, orientando do ponto de vista comercial, trabalhista, fiscal, os comerciantes da nossa comunidade para segundo semestre de 2007, orientação técnica e gratuita para seus estabelecimentos”;</p> <p>P: “a atitude já leva a isso”</p> <p>C: “não”</p>	Sem atuação específica

Quadro 14: Dimensão legal da responsabilidade social. Fonte: Pesquisa direta, 2006.

Nesta terceira e última dimensão de Carrol (1991), tratou-se de averiguar a RS e sua relação com as leis, como resultado obteve-se que a maior parte dos gestores das IES (quatro delas), Acácia, Papoula, Orquídea (pública) e Girassol, concorda que o cumprimento de leis está relacionado ao sujeito socialmente responsável, pois, segundo eles, o sujeito quando as cumpre está exercendo sua contribuição para o meio social, na medida em que contribui para o estabelecimento da ordem coletiva, garantindo aos cidadãos seus direitos, enquanto cumpridores dos deveres. No entanto, em duas IES, não se verificou no entendimento dos gestores essa relação, o que denota que ambas não compreendem o conceito de RS na perspectiva mais abrangente.

[...] não tem muito haver uma coisa com outra não, porque se as leis resolvessem nossos problemas nós estaríamos muito bem, o que não falta são leis... não tem lei que me obrigue a fazer uma ação de RS, pode ter como o MEC tem alguns pesos que possa lhe dar melhor avaliação, não é questão de lei...É uma coisa muito mais interna do grupo que participa. (entrevista concedida pelo gestor da IES Cravo em 06/04/06)

[...] as leis devem servir para abrir o fluxo, elas não devem engessar as ações, a RS é o resultado das ações na sociedade, se as ações são satisfatórias, se a gente conseguiu transformar ...o cumprimento da ação, é o resultado de uma conscientização política. Não basta só ação política para que aconteça é preciso observância as normas (entrevista concedida pelo pró-reitor da IES Rosa em 06/05/06).

Apesar de compreenderem o sentido do cumprimento das leis para o exercício da RS, apenas o gestor da IES Papoula (privada) admitiu orientar terceiros para o cumprimento das mesmas, em nenhuma outra se diagnosticou tal visão, no máximo, os gestores afirmaram que deixariam de manter contrato com fornecedores ou empresas que descumprissem acordos.

A respeito do balanço social, nenhuma das IES afirmou praticá-lo, cabendo destacar que a IES Cravo desconhecia seu significado, segundo seu gestor, nunca teria ouvido falar. Quando, porém, foi elucidado seu significado, no momento da entrevista, fazendo-se referência a sua utilidade como instrumento de gerenciamento em que se especificam as ações sociais desenvolvidas e seus custos, duas das IES, a Rosa (pública) e a Girassol (privada), afirmaram que produzem um relatório com base nos projetos sociais que desenvolvem, porém não discriminam recursos nem abordam sobre políticas de relacionamento da instituição. O relatório visa registrar as ações e projetos sociais, por conta tanto da cobrança do MEC, como da necessidade de acompanhamento das ações.

Na Orquídea (pública), instituição de ensino de maior abrangência no Município de Salvador, responsável pela formação de 24.000 alunos, esperava-se que o acompanhamento dessas práticas sociais ocorresse por meio de relatórios sociais estruturados, como o balanço social, capazes de retratar toda a dimensão das ações especificadas por área do conhecimento e ou por região, mas, pelo que se investigou, essa expectativa não faz parte de sua realidade. Essa prática tende a se inserir nas IES conforme se acentuarem as cobranças do MEC sobre os demonstrativos sociais, pois, pela cultura de nossa sociedade, as práticas muitas vezes só acontecem por conta de pressões legais ou de regulamentos.

Dessa forma, pode-se assim dizer que não há registro de ações sob a forma de balanço social como este é definido por Razollini e Pereira (2004) e Kroetz (2000).

[...] temos registro das ações sociais para fins de avaliação do MEC, é a primeira vez que vejo este tema acho não está muito consolidado (entrevista concedida pelo gestor da IES Cravo em 06/04/06).

[...] todo ano fazemos um relatório com as ações desenvolvidas... Não tem uma área específica para investimento, depende da demanda. (entrevista concedida pelo gestor da IES Rosa em 06/05/06).

[...] sim tem o relatório dessas ações, dessas atividades que estamos cumprindo. Nós não chamamos de balanço social...cada ano a gente tem que declarar o relatório das atividades sociais, para a gente e para o MEC (entrevista concedida pelo gestor da IES Girassol em 30/05/06).

[...] eu acho que agente deve procurar ter, não é nem relatório porque este tem um tipo de finalidade nas empresas é a questão vinculada a imagem, de associar isso a imagem da empresa à RS. A universidade deveria ter mais que necessariamente relatório um registro de mais fácil listagem do que faz, a extensão está empenhada em construir este cadastro não só para as ações de maior impacto social mais para toda a atividade da extensão (entrevista concedida pelo gestor da IES Orquídea em 09/05/06).

CONCLUSÃO

Finda a pesquisa empírica e tomando por base os conceitos identificados na metodologia, conseguiu-se responder ao problema de pesquisa concluindo-se ainda que os pressupostos foram em parte comprovados. O pressuposto, relativo às IES públicas, foi confirmado ao sustentar que estas se caracterizam por uma dinâmica de ações e discurso na linha de dever social e, portanto, não estão comprometidas com a divulgação externa de suas ações de RS. Mas, no que se refere às IES privadas, obteve-se a desconfirmação do referido pressuposto, visto que cinco delas, portanto a maioria, ao contrário do que se esperava, não divulga as ações de RS com fins mercadológicos e, mais ainda, a visão de RS de seus gestores é semelhante aos gestores das IES públicas: de dever social.

Os objetivos específicos foram atingidos tendo por referência o modelo de Carrol (1991), Passos (2004) e Razzolini e Pereira (2004), descrito no percurso metodológico. Assim, deduziu-se que os gestores das IES de Salvador expressam uma visão pós-convencional da RS, visto que eles afirmam atuar pelo bem-estar coletivo por meio de projetos, atividades e programas sociais implementados, afastando com isso a idéia de RS como imagem ou negócio. Embora sejam empregadas ainda ações sociais de forma assistencialista há uma consciência tanto dos gestores, como dos coordenadores de extensão, de que estas ações não são suficientes ou ideais para desencadear uma transformação social por desfavorecer o ganho de autonomia, bem como o crescimento da comunidade. Como importância das ações de RS para a instituição, as IES entendem a RS como uma maneira de contribuir para o desenvolvimento social.

Concernente à compreensão dos gestores sobre a relação entre RS e comportamento ético, estes deram respostas convergentes no sentido de entender a ética como base no cumprimento do comportamento socialmente responsável, admitindo, ainda, seguir a ética da convicção ou ética normativa por acreditarem que os comportamentos devam ser regidos por princípios e regras existentes nas normas e regulamentos. Para tanto, algumas IES privadas instituem contratos de convivência ou manuais de alunos, professores e funcionários com regras e valores da instituição.

Tanto em relação aos manuais do aluno, como em relação às ações pedagógicas, deduziu-se que as IES privadas, apesar de ainda muito incipientes no trato de questões éticas no seu âmbito interno, superam as públicas pela iniciativa

de disponibilizar esses manuais, individualmente, aos alunos a cada semestre, sendo ainda estes manuais freqüentemente revisados e atualizados para garantir-lhes o mínimo de informação para instruí-los a uma boa convivência no ambiente universitário. Portanto, as IES públicas, diferentemente do que se esperava, não possuem esses manuais de ética dirigidos a alunos e funcionários. Na prática, verificou-se que, tanto nas IES públicas quanto nas privadas, o que se ensina em termos de ética está relacionado à ética profissional, ou seja, a ética instituída em profissões específicas que tenham forte apelo para o exercício da ética. Mas não há uma discussão sobre uma ética generalista ou sobre os valores instituídos nos manuais. Há assim, uma postura imperialista a respeito dos valores instituídos nas IES e, portanto, unilateral. Os valores mais citados nos discursos dos gestores foram: a ética e a solidariedade. Já nos documentos analisados, foram encontrados, além destes, a participação, cidadania, liberdade e respeito como valores de maior freqüência.

Como ponto forte na dimensão pragmática, observou-se que as IES públicas praticam ações de RS com maior freqüência e de maneira mais abrangente, visto terem a característica de ser multicampi. Além disso, empregam programas auto-sustentáveis, como o Conexão de Saberes e o Universidade para Todos. No entanto, apenas duas IES, a Girassol (privada) e a Orquídea (pública), atuam nas comunidades, conforme a abordagem de Demo (1996), ou seja, no sentido de que, para se organizar uma determinada comunidade, deve-se procurar conhecer sua cultura, hábitos e simbologias que lhe são peculiares. Desse modo é que essas IES têm atuado nas comunidades com a intenção de, principalmente, garantir a aplicabilidade e sustentabilidade dos projetos e obter o resultado almejado que é o de proporcionar o desenvolvimento da comunidade dando-lhe autonomia e responsabilidade na condução das ações. Assim, essas IES têm elaborado projetos, atividades e programas em função do perfil da população demandada e, além disso, muitas vezes com base no que a comunidade requisita.

As IES públicas atuam em áreas e públicos bastante diversificados, trabalhando com idosos, jovens, crianças, não só no âmbito da educação no sentido de formação e instrução, mas da saúde, do meio ambiente, na viabilidade de pequenos negócios, dentre outros. Além disso, são ações externas que envolvem sempre o corpo de alunos para o cumprimento de sua função social, assim foi

observado que nas públicas existe maior dedicação às ações de RS, visto serem seus programas criados com a finalidade de se aplicarem as três dimensões: ensino, pesquisa e extensão.

Foi possível verificar que nas públicas prima-se por uma formação com RS e não a formação para RS, como acontece mais nas IES privadas. Estas, em sua maioria, concentram esforços nas atividades curriculares de seus alunos focando a formação complementar. No âmbito externo, elas mantêm cursos profissionalizantes e outras ações esporádicas, além de programas de concessão de bolsas de estudo, mais do que propriamente realizam intervenções em comunidades carentes. No entanto, essas condutas das IES privadas, que estimulam nos seus alunos a prática do empreendedorismo, servem, conforme Furlani (2005), como medida para enfrentamento dos problemas, no sentido de que o educador auxilia na promoção do desenvolvimento de uma cidade, ou seja, mercados de trabalho.

Ainda sob a dimensão pragmática, percebeu-se que as IES agem isoladamente, não tendo observado parcerias entre elas nos programas verificados. As públicas possuem parcerias constantes com entidades de fomento à pesquisa e órgãos governamentais, em raros casos, empresas privadas entram como parceiras, mas, por critério de preservação da autonomia da universidade, essas parcerias pouco se mantêm.

Por outro lado, não deixa de ser um fator motivante a observância de que as ações sociais desenvolvidas, muitas vezes com propósitos de pesquisa ou mesmo de cumprimento de crédito curricular, evoluem por força de pessoas bem formadas, profissionais sensíveis, que iniciam ações na modalidade de atividades sociais, alcançando até o formato de programas de RS que desembocam em vários projetos. Estes programas permitem reavaliação e recriação de suas estruturas e formatos pedagógicos. E mesmo que estes ainda sejam escassos, se for atentar para a abrangência das IES públicas no estado, a realização continuada de seus programas deixa uma perspectiva otimista em relação à potencialização do benefício social, como também pelo número de parcerias instituídas, abre possibilidades de atuar de maneira mais pulverizada do que as IES privadas que estão comparativamente mais limitadas geograficamente. Nas públicas, além das ações que partem dos núcleos de extensão, a própria universidade serve de instrumento mediador das ações do estado, portanto, grande parte dos programas é instituída

por uma demanda governamental, dessa forma, os recursos financeiros são mais freqüentes, pois se originam dos governos e das instituições de fomento à pesquisa. Dentre outros fatores apontados, o fator financeiro foi o item de maior freqüência em relação a obstáculos enfrentados por todas as IES.

Sob a dimensão legal da RS, o discurso dos gestores, na maioria das IES, convergiu no sentido de compreender que o cumprimento de leis é uma atitude socialmente responsável. Todos foram unânimes em afirmar que seguem a ética da convicção, ou seja, suas condutas e decisões são sempre baseadas em normas e regulamentos pré-estabelecidos. No entanto, relativo a exercer o comportamento de orientar terceiros quanto ao cumprimento de normas legais, cinco delas negaram ter essa postura. Na prática, as instituições procuram quebrar contratos ou desfazer vínculos, quando estes existem.

Relativo ao Balanço Social, verificou-se que não há ainda a realização desse instrumento, conforme abordado nesta pesquisa, no entanto, não se descarta considerar que são constituídos, tanto nas IES públicas quanto nas privadas, relatórios das ações sociais, para fins de gerenciamento interno e externo das atividades sociais, embora não seja trabalhado o aspecto quantitativo indispensável para configuração do Balanço Social como definido por autores da área.

Embora o ponto forte esteja nas práticas de RS instituídas pelas públicas, cabe ressaltar, diante dos resultados e em conformidade com o modelo das dimensões de Carrol (1991), que, na prática, não se estabelece um compromisso de RS em todas as suas dimensões, salvo a dimensão pragmática da RS, visto que, principalmente, os valores éticos ainda estão tratados de forma incipiente já que no máximo são trabalhados na estrutura curricular relativo à ética profissional e não tratados como base de uma formação humanitária prévia independente dos regulamentos e códigos de sua profissão. Além disso, na dimensão legal, não há atitudes de comportamentos cooperados no sentido de educar terceiros quanto ao cumprimento de normas e leis, devendo, por tudo isso, retardar o processo de organização e instituição de uma consciência coletiva solidária e cooperada em nossa sociedade, pelo menos partindo das IES.

Faz-se importante lembrar que, com a constituição do SINAES, é de se esperar que as diferenças em desempenhos na educação possam ser reduzidas trazendo benefícios tanto para a operacionalidade destas instituições, como para a

qualidade da educação brasileira, favorecendo ainda mais toda a sociedade. Desse modo, sugere-se para futuras pesquisas uma investigação das ações de responsabilidade social nas IES numa fase de pós-consolidação do SINAES, complementando esta pesquisa com um estudo comparativo. Poderão ser estudadas também as questões sobre gestão participativa nas IES, a percepção dos discentes, docentes, corpo técnico-administrativo e comunidade local sobre as ações de RS da instituição. De outro modo, sugere-se investigar a respeito da evolução dos resultados dos programas implantados pelas IES com o propósito de verificar os impactos gerados na qualidade de vida das comunidades, podendo ainda observar comparativamente os resultados obtidos com as expectativas da comunidade sobre as ações.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

ASSMANN, Hugo e SUNG, Mo. Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORES DO ENSINO SUPERIOR. Os Números do Ensino Superior no Brasil 2004, ano base 2003. ABMES, 2004.

Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/publicacoes/numeros/2004/Numeros2004>>

Acesso em: 09.02.2006.

_____. *Carta do presidente*. 2006. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/textos/presidente/carta>> Acesso em: 09.02.2006 b.

_____. *Perfil das IES particulares e sua contribuição para o desenvolvimento do país*. 2004. Associação brasileira dos mantenedores do ensino superior. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, 2005, 27 p.

ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESAS. ADCE. *Carta de princípios*. 1961. Disponível em: <<http://www.adcesp.org.br>> Acesso em: 20.08.05.

ARRUDA, Cecília Maria *et al*. *Fundamentos de ética empresarial e econômica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARRUDA, José Maria. *Gestão social no ensino superior*. Jornal o Povo. Caderno Opinião. Fortaleza – Ce.15 de setembro de 2002.

ASHLEY, Patrícia A. (Coord.). *Ética e responsabilidade social dos negócios*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *A Responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção*. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em: <<http://ww.saraivauni.com.br>> Acesso em: 04.06.2006.

BALANÇO SOCIAL. 2006. Disponível em: <<http://www.balançosocial.org.br>> Acesso em: 15.05.06.

BALDRIDGE, J. V. *et al*. *Policy making and effective leadership*. San Francisco: Jossey - Bass Publishers, 1983.

BARBOSA, Calheira, Aurinézio. *Responsabilidade social corporativa do pólo industrial de Camaçari: a influência do conselho comunitário consultivo*. 2003. 150 p. Dissertação de Mestrado em gerenciamento e tecnologia ambiental no processo produtivo. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador- Ba

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro ou a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa / Portugal: Edições 70: 1977.

BATISTA, M. Halcima. *O balanço social como ferramenta estratégica de gestão trabalho nº 270* apresentado no XVI Congresso de contabilidade. Goiânia: 2000. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/siqueira/tema5.htm>> Acesso em: 19.02.2006.

BELLO, José Luiz de Paiva. *História da educação no Brasil*. Pedagogia em foco, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb3.html>>. Acesso em: 16 abr. 2006.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. BID. *Iniciativa interamericana de capital social, ética e desenvolvimento*. 2003. Disponível em: <<http://www.iadb.org/etica>> Acesso em: 28.05.06.

BERVIAN, A. P e CERVO, L. A. *Metodologia científica: para uso de estudantes universitários*. 5. ed. Prentice-Hall, 2002.

BORDENAVE, Diaz. E. Juan. *O que é participação*. 2. ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1995.

BUNDT, C. F. da C. *Universidade: mudanças e estratégias de ação*. 2000. Dissertação Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAPRA, F. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARDOSO, Sérgio. *Autonomia com compromisso social*. 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>> Acesso em: 16.05.06

CALDERÓN, Adolfo Ignácio. *Responsabilidade social: desafios à gestão universitária*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do

ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 34, ano 23, 2005.

CARROL, B. Archie. *The pyramid of corporate social responsibility*. Business Horizons. V. 34, n. 4, p.39-48 jul - ago, 1991.

CARVALHO, de G. Melasso, Gláucia. *Responsabilidade social no ensino superior privado: alguns elementos para reflexão*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 34, ano 23, p 55-58, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo. *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: AAPCS, 1999.

CASTRO. De C. M. Os dinossauros e as gazelas do ensino superior. In: MEYER Jr. V. MURPHY. J. P. *Dinossauros gazelas e tigres: novas abordagens da administração universitária*. Florianópolis: Insular, 2000.

CATÃO. A. *A pedagogia ética*. Petrópolis: Vozes 1995.

CHAUÍ. Marilena. *Ética e universidade*. 2004. Universidade e sociedade. Sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior. 8. ed. Brasília: Rumo, CD-ROOM: v. 1, edições 1 a 24, 2004.

CLARKSON. E. B. Max. *A stakeholder framework for analysing and evaluation corporate social performance*. Academy of management review. V. 20, n. 1, p. 92-115, jan, 1995.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA. COELBA. Disponível em: <<http://www.coelba.com.br>>. Acesso em: 09.06.2006.

COLLINS, James C. PORRAS, Jerry I. *Feitas para durar: práticas bem-sucedidas de empresas visionárias*. Tradução de Silvia Shiros. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

COUTINHO, G. Buarque Renata e MACEDO-SOARES, A. V. L. Diana. *Gestão Estratégica com Responsabilidade Social: Arcabouço Analítico para auxiliar sua Implementação em Empresas no Brasil*. RAC, v. 6, n. 3, p. 75-96, set -dez, 2002.

CURADO, Isabela B. *Responsabilidade Legal, responsabilidade social e compromisso social: uma questão de autoridade?* In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, XXVII, 2003, Atibaia, SP. Anais. Atibaia: 2003, CD-ROM.

DEMO. Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo, Cortez, 1996.

DE PAULA. P. P. Ana. *Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje*. In Revista de administração de empresas (RAE). São Paulo: v. 41, n. 3, p. 77-81, jul-set, 2001.

DIAS. R. Antonio. Marco. *Políticas para o ensino superior a partir da conferência de París*. Universidade e sociedade. Sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior. 18. ed. Brasília: Rumo, v. 1, edições 1 a 24, 2004, CD-ROOM.

DRUCKER, Ferdinand. Peter. *Administrando em tempos de grandes mudanças*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. *Introdução à administração*. São Paulo: Pioneira, 1984

DUARTE, Gleuso D; DIAS, José Maria M. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos: Fundação Assistencial Brahma, 1986.

EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Cursos e Instituições*. INEP, 2006. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>>. Acesso em: 27.01.2006.

ENRIQUEZ. Eugéne. *Desafios éticos nas organizações*. Revista de administração de empresas. São Paulo, v. 37, n. 42, abr-jun, 1997.

EPICURO. *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1973, capítulo 5, coleção.

FERRELL, O. C; HARTLINE, Michael, D; LUCAS JR., George H.; LUCK, David. *Estratégia de marketing*. São Paulo: Atlas, 2000.

FISCHER, Tânia. *Empresa deve criar mentalidade para responsabilidade social: Qualificação facilita o uso de ferramentas* Jornal À Tarde. Caderno Especial, p. 7 Salvador: 22.12.2005.

FORTE, Sérgio H. Arruda Cavalcante. *Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia*. 4. ed. Fortaleza: Universidade de Fortaleza - UNIFOR , 2006.

FRANKEL, C. Terra, temos um problema. In *MBA definitivo: soluções criativas e as melhores idéias das mentes mais brilhantes do mercado*, hurtzman, Joel; Rifking G. & Griffith V. São Paulo: Campus, 2004.

FRIEEMAN, R. e STONER, A.F. *Administração*. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1992.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FURLANI, T. M. Lúcia. *Responsabilidade social: o novo e velho desafio*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 34, ano 23, 2005.

FUNDAÇÃO BRADESCO. Disponível em: <<http://fb.org.br>> Acesso em: 16.05.06.

GIUSTINA, Della. Oswaldo. *Participação e solidariedade*. A revolução do terceiro milênio II. Santa Catarina: Unisul, 2004.

GRAJEW, Oded. 2004. Disponível em:

<<http://www.terra.com.br/istoedinheiro/entrevista>> Acesso em: 04.01.2006.

GRUPO DE INSTITUIÇÕES FUNDAÇÕES E EMPRESAS. GIFE. *Dados Estatísticos*. 2004. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>> acesso em: 18.08.05.

GUIA RH. *Dicionário*. Disponível em: <<http://www.guiarh.com.br/dicionario/htm>>. Acesso em 09.06.2006.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Perguntas Frequentes*. 2005. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 19.08.05.

_____. *Empresas Associadas*. ETHOS, 2006. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 04.02.2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. *Ação social nas empresas*. 2002/ 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 25.10.05.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - *Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior) segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2003*. INEP, 2006 – disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em 27.01.2006.

- _____. *Glossário de termos*. 2006. INEP, 2006. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/glossário de termos](http://www.inep.gov.br/glossário%20de%20termos)>. Acesso em: 27.01.06. b.
- INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Responsabilidade social e empresarial: perspectivas para a atuação sindical*. Florianópolis: IOS, 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br>> Acesso em 18.08.05.
- JAPIASSÚ, Hilton, *O racionalismo cartesiano*. In: REZENDE, Antonio (Org) Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- KARKOTLI, Gilson e ARAGÃO, Sueli Duarte. *Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.
- KREITLON, Priscila, Maria. *A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial*. In ENANPAD, XXVIII, 2004, Paraná: Curitiba. Anais...Curitiba: Anpad, 2004, CD-ROOM.
- KROETZ, César E. Stevens. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Andrade de Marina. *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas: 2001.
- LAMBRANHO, Lúcio. *É de pequeno que se aprende*. Revista empreendedor. Editora Empreendedor, n. 108, ano 9, p. 20 – 26, out., 2003.
- LEITE, F. Tarciso. *Metodologia : iniciação à pesquisa científica, métodos e técnicas de pesquisa, metodologia da pesquisa e do trabalho científico (monografias, dissertações, teses e livros)*. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004. 287 p.
- _____. *Cidadania, ética e estado: premissa cristã: a ética profissional na advocacia*. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2002.
- LIMA, Santos. R. Paulo. *RSE no contexto brasileiro: uma agenda em contínua expansão e difusão*. In ASHLEY. A. Patrícia. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MACEDO, de Roquete, Arthur. *O papel social da universidade*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 23, ano 34, 2005.

- MACEDO-SOARES, A. V. L. Diana. *Apud* COUTINHO. G. B. Renata. *Gestão Estratégica com Responsabilidade Social: Arcabouço Analítico para auxiliar sua Implementação em Empresas no Brasil*. RAC, v. 6, n. 3, p. 75-96, set -dez, 2002.
- MALHOTRA, K. Naresh. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MATTAR, N. Fauze. *Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento, execução e análise*, São Paulo: Atlas, 2000.
- MEDINA, G. Roberto. Paulo. *Responsabilidade social das instituições de educação superior por um ensino jurídico eficiente*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 23, ano 34, 2005.
- MELO NETO, de P. F; FRÓES, César. *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- _____. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- MINAYO, M. Cecília de S. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004 b.
- MOHR, Lois A; WEBB, Deborah J. *Do consumers expect companies to be socially responsible? the impact of corporate social responsibility on buying behavior*. Journal of Consumer Affairs. V. 35, p. 45-62, 2001.
- MOREIRA, Marcos Antônio Lima de. *Mini curso SA 8000*.2005. Disponível em: <<http://www.qualitas.eng.br>> Acesso em 22.08.05.
- MORIN, Edgar. *O Método 6: ética*. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- NATURA. 2006. Disponível em: <<http://www.natura.net.com.br>> Acesso em 15.05.06.
- NAVRAN, Frank e ARRUDA, Maria Cecília. *Indicadores de clima ético nas empresas*. Revista de Administração de Empresas. RAE. V. 40, n. 3, jul-set. 2000.

Disponível em: <<http://www.fgvsp.br/rae/artigos/indicadores.pdf>> Acesso em: 07.02.2006.

NÉRI, Marcelo. *Conseqüências de uma política social mal direcionada*, Gazeta Mercantil, 16/05/00 p A-3.

NETO, Ivan. *A reforma universitária: mitos da educação superior no Brasil*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, v. 34, ano 23, 2005.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Desenvolvimento sustentável*. 2004. OCDE. Disponível em: <<http://www.ocde.org.br>>. Acesso em: 09.04.06.

PANIZZI, Maria, Wrana. *A sustentação social da universidade*. 2004. Universidade e sociedade. Sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior. 18. ed. Brasília: Rumo, v.1, edições 1 a 24, 2004, CD-ROOM.

PASSOS, Elizete. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2004.

PEREIRA, Maise e FORTE, Sérgio. *A construção e disseminação da missão nas IES do Ceará* In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, XXVII, 2003, Atibaia - SP. Anais... Atibaia: ANPAD, 2003, CD ROM.

PESSOA, Ricardo. *Empresas entendem a importância das parcerias* Jornal A Tarde. Caderno Especial, p. 11 em 22 de dezembro de 2005.

PETROBRÁS. 2006. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>> Acesso em 16.05.06.

PLATÃO. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. PUC. *Balanço social*. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br>> Acesso em 10.06.06.

PORTER, M e KRAMER, M. R. *A vantagem competitiva da filantropia corporativa* in Havard Business Review, Dez 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RAZZOLINI, Edelvino, e PEREIRA, Collét Gaspar. *Avaliação do impacto das ações de responsabilidade social da organização, através da matriz do composto mercadológico*. Revista eletrônica administradores sem fronteira. N. 1, 2004
Disponível em: <<http://www.admsf.adm.br>> Acesso em: 11.11.05.

RODRIGUES, M. Gabriel. *Instituições de ensino superior paulistas e o cumprimento da responsabilidade social*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 34, ano 23, p. 97 -102, 2005.

ROSSOUW, G,J. *The scope of business ethics*. South African Journal of Philosophy, v. 20, nº. 3, p. 257-269, 2001.

SÁ. P. P. Ana. *A ética profissional*. São Paulo: Atlas, 1998.

SAMPAIO, Jorge. *Política nacional de extensão: referenciais teórico-práticos para sua construção* In Calderón, Adolfo Ignacio (org). São Paulo: Olho d'água, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consistência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, S. Boaventura. *Para uma pedagogia do conflito*. In: Silva, Heron et al (org) Novos mapas culturais: novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SCHWARTZMAN, Jaques. *Responsabilidade social no ensino superior*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 34, ano 23, p. 47-53, 2005.

SEBRAE. *Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas*. 2005. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>> Acesso em 20.08.05.

SEQUEIROS, Leandro. *Educar para a solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Marina. *Pobreza não rima com desenvolvimento* In Revista Cidade Nova. José Antonio Faro. São Paulo: Cidade nova, 2000.

SILVA, DA Dias. Oberdan. *O que é extensão universitária*. 1997. Disponível em: <<http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html>> Acesso em 13.05.06.

SINAES. *Sistema nacional de avaliação da educação superior*. 2005.

CONAES/INEP. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 19.08.05.

SOARES, Antunes. Gustavo. *Responsabilidade social empresarial teoria e prática: uma análise contrastando a prática nas empresas e a abordagem do tema pelos cursos de administração no município de Salvador*. 2006. 118 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.

SOARES, Correia M. Bárbara. *A abordagem da ética nos cursos de graduação em administração de Salvador*. 2005. 210 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.

SORDI, De L.Regina, Maria. *Responsabilidade social como valor agregado do projeto político pedagógico dos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir*. In Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior (ABMES). Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, n. 34, ano 23, p. 28-39, 2005.

SOUZA, Lima Luiza Ana. *A história da extensão universitária*. São Paulo: Alínea, 2000.

SOUZA, Pires. Zenira. *A responsabilidade social empresarial sob uma perspectiva sistêmica*. 2004. 278 p. Tese de doutorado em engenharia de produção.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa>> Acesso em 09.06.06.

SROUR, Henry. Roberto. *Ética empresarial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. *Poder, cultura e ética nas organizações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

SUCUPIRA, João. *A responsabilidade social nas empresas*. 2003. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>> Acesso em: 19.02.2006.

TAFFAREL, Zulke. Celi. *Brasil: políticas públicas e exclusão social. Desconstruindo o discurso da inclusão para a construção da transformação social*. 2004. In XXV

Encontro nacional de estudantes de educação física, Brasília 24 a 31 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br>. Acesso em: 16.05.06.

TODOROV, J. C. *O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior*. In Estudos. Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES). 2005. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br>> Acesso em: 10.08.05.

TODOROV, J. C; BORGES, M. M. *Universidade e ensino superior*. Correio Braziliense, 27 set, p. 5,1996.

_____;ROSSI, M. J. S. *Extensão universitária*. Correio Braziliense, 11 Jan., p. 5, 1996 b.

TRINDADE. Hélgio. *A reforma universitária de Córdoba e seu legado simbólico*. 2004. Universidade e sociedade. Sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior. 17. ed. Brasília: Rumo, v. 1, edições 1 a 24, 2004, CD-ROOM.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. UNISUL. *Balanço social*. Disponível em: <<http://www.unisul.br>> Acesso em 10.06.06.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. UNISINOS. *Balanço Social*. 2004. Disponível em: <<http://www.unisinos.br>> Acesso em 09.06.06.

VALLAEYS. François. *Orientaciones para la enseñanza de la etica, el capital social y el desarrollo en las universidades latinoamericanas*. 2003. Pontificia Universidade Católica Del Peru. Disponível em: <<http://www.iadb.org/etica>> Acesso em: 28.06.06.

VÁSQUEZ. S. Adolfo. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

VERGARA, Constant, Sylvia. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, F. M. Marcelo; ZOUAIN, M. Deborah. *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZADEK, Simon. *Empresas sustentáveis são empresas responsáveis*, In MBA definitivo: soluções criativas e as melhores idéias das mentes brilhantes do mercado, Hurtzman, Joel; Rifikin G. & Griffith. Rio de Janeiro: Campus, v. 2004, p.41, 2004.

ZYLBERSZTAJN, Décio. *Organização ética: um ensaio sobre comportamento e estrutura das organizações*. RAC, v. 6, n. 2, maio-ago, 2002.

WOOD *apud* KREITLON. Priscila, Maria. *A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial*. In ENANPAD, XXVIII, Paraná: Curitiba. Anais...Curitiba: Anpad, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE I – carta aos gestores

Salvador, 08 de março de 2006

Prezado dirigente,

As instituições de ensino superior têm prestado enormes serviços a nossa sociedade contribuindo no desenvolvimento da pesquisa científica, no desenvolvimento econômico-social, na formação ética e cultural e, mais recentemente, com debates e práticas de responsabilidade social no intuito de alcançar melhoras na qualidade de vida de nossa sociedade e ampliar as chances para o necessário desenvolvimento sustentável.

No entanto, a respeito da responsabilidade social das Instituições de ensino superior há uma carência de registros científicos que possibilitem saber como as IES compreendem a responsabilidade social, bem como estão desenvolvendo na prática as atividades a respeito deste tema. Portanto, como pesquisadora e mestranda acadêmica em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza- UNIFOR –é que, sensibilizada com este tema, abraço a problemática de estudo a fim de realizar esta pesquisa de dissertação como conclusão do referido curso. Esta pesquisa tem como objetivo geral traçar o perfil de responsabilidade social das instituições de ensino superior, públicas e privadas, de Salvador, devidamente credenciadas pelo MEC ou CEE.

Para tanto solicito a participação desta instituição na investigação a que se propõe esta pesquisa. Saliento a importância de se conhecer como as IES estão tratando a questão da RS visto que as mesmas têm papel fundamental na transformação social de nossa sociedade.

Agradeço também, em nome da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, a receptividade desta carta e de antemão pela possibilidade em colaborar com nosso estudo, acreditando que, ao seu final, proporcionaremos não só aos gestores, mas à sociedade melhor visibilidade acerca do tratamento da responsabilidade social pelas IES de Salvador.

Marta Guimarães D´Afonseca Vieira – (Mestranda da UNIFOR)
E-mail: martaunifor@yahoo.com.br
tel: 8835-9758 / 3335- 3687

APENDICE II – Entrevista semi-estruturada

2006

Caracterização das IES

1. Nome da Instituição _____
2. Dirigente: _____ Tempo de gestão: _____
Responsável pelo preenchimento: _____
Função: _____ Tel: _____ E-mail: _____
3. Teve alguma experiência anterior na área social? Sim () Não () Qto tempo? _____
4. Ano de funcionamento da instituição (a partir do reconhecimento do MEC): _____
5. Número de funcionários (técnico adm.): _____ Professores: _____ Alunos _____
6. Abrangência da instituição: Capital () Interior () outra _____
7. Organização acadêmica:
 1. Universidade 2. Centro Universitário 3. Faculdade Integrada
 4. Faculdade 5. Instituto Superior de Educação 6. Centro de Educ. Tecnológica
8. Natureza jurídica:
 1. Sem fins lucrativos 2. Com fins lucrativos

Compreensão do Tema:

9. **O que você entende por responsabilidade social?**
 - a) () mais um modismo dentro da IES
 - b) () um aspecto longe da realidade da IES
 - c) () importante para o fortalecimento da marca
 - d) () uma maneira de contribuir para o desenvolvimento da sociedade
10. **Qual a motivação para investir em responsabilidade social?**
 - a) () desejo pessoal dos gestores
 - b) () uma maneira de se tornar mais competitivo no mercado
 - c) () interesse em contribuir com a qualidade de vida da comunidade
 - d) () Compromisso com o desenvolvimento social
11. **Como a responsabilidade social é difundida na instituição de ensino superior?**
 - a) () não existe ação específica para isto
 - b) () com treinamentos internos
 - c) () com ações realizadas na comunidade
 - d) () no planejamento estratégico
12. **Quais os principais aspectos de responsabilidade social que a IES considera em sua política?**
 - a) () preservação ambiental

- b) () reciclagem do lixo
- c) () trabalhos sociais com crianças e adolescentes
- d) () trabalho social com idosos
- e) () doação de alimentos
- f) () incentivo de funcionários a se inserirem em trabalhos voluntários
- g) () Outros _____

13. Qual o comprometimento que esta instituição tem com o tema de responsabilidade social? (estágios)

- a) () ações internas
- b) () ações externas no raio da comunidade local
- c) () ações externas que ultrapassam o raio da comunidade local

14. Qual o critério que a IES utiliza para definir os aspectos que são trabalhados na responsabilidade social?

- a) () decisão própria dos diretores e /ou reitor
- b) () indicação de funcionários e/ou docentes
- c) () disponibilidade de verbas
- d) () indicador social da comunidade

Responsabilidade Social - aspectos gerais

- 15. Caso tenha tido experiência anterior na área social relate-a de forma sintética _____
- 16. O que você considera ser responsabilidade social? _____
- 17. Qual o setor ou área(s) envolvido(s) com (a) a responsabilidade social da IES? _____
- 18. Qual a importância da responsabilidade social para a IES? _____
- 19. O que motivou esta organização a desenvolver trabalhos na área social? _____
- 20. Quais as expectativas acerca do retorno destas ações? _____
- 21. Quais os obstáculos enfrentados para a execução das ações de responsabilidade social? _____
- 22. Quais os resultados obtidos com as ações de responsabilidade sociais? _____
- 23. A IES divulga as práticas sociais? Tem interesse em divulgar? Quais os meios? _____
- 24. Com que objetivo? (mercad., concorrência ou reconhecimento da comunidade) _____
- 25. Quais os resultados esperados com esta divulgação? _____
- 26. A IES possui algum tipo de certificação social ou ambiental? Qual? _____
- 27. A IES divulga esta certificação utilizando-se de alguma mídia? Com qual objetivo? _____

Dimensão da Responsabilidade Social

- 28. Quais são as ações de RS realizadas e a quem beneficiam? _____
- 29. A instituição promove a formação de parcerias de atividades sociais com: empresas, escolas da comunidade, governo? Quais são? _____
- 30. Que recursos são utilizados nas ações sociais? _____
- 31. As ações de RS são permanentes ou esporádicas? _____

32. São realizados planejamento, acompanhamento e avaliação destas ações? _____

Dimensão Ética

33. Na sua ótica a ética tem haver com a responsabilidade social? Por quê? _____

34. Existe código de ética ou conduta na IES? _____

35. Quais os valores (balizamentos) existentes na IES? _____

36. Há ações pedagógicas para clarificar e fortalecer a necessidade de implementar a ética?

37. A instituição baseia suas decisões obedecendo restritamente às normas (vert. princípios, vert. Esperança) (convicção) ou ela se concentra nos critérios causuísticos, ver-se objetivos e utilidade a maior número de pessoas (critérios de finalidade ou utilidade? _____

Dimensão Legal

38. Na sua opinião o seguimento das leis tem haver com a responsabilidade social? Como?

39. Para a realização de ações de responsabilidade social a IES orienta-se pelas leis vigentes? _____

40. A IES procura fiscalizar a fim de orientar seu concorrente ou fornecedor com respeito ao cumprimento das leis? Por quê? _____

Balanço Social

41. A IES realiza Balanço Social? Sim () Por quanto tempo? _____
Não () Por quê? _____

42. Qual a motivação em realizar o BL Social? _____

43. Trata-se de divulgação interna e/ou externa do BL Social? Qual o objetivo? _____

44. Quais áreas recebem mais investimentos? _____

45. Qual (is) área(s) o (a) senhor (a) gostaria de dar prioridade? _____

ANEXOS

I - Balanço Social UNISINOS - 2004

Cont. - Balanço Social UNISINOS

Cont. - Balanço Social UNISINOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)